



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 39

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de dezembro de 2017

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre “Investigação, Conhecimento e Política de Ciência na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Após a intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

O debate prosseguiu com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Tiago Branco (*PS*), Rui Martins (*CDS-PP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Francisco Coelho (*PS*), Carlos Ferreira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), Bárbara Chaves (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*), José Contente (*PS*), António Lima (*BE*), Luís Garcia (*PSD*) e André Bradford (*PS*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 46/XI – “Proteção, dignificação e divulgação dos dialetos açorianos”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as César Toste (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Maria de Fátima Ferreira (*PS*), Zuraida Soares (*BE*), Susana Costa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Submetido à votação do diploma foi rejeitado por maioria.

A sessão prosseguiu com o [Projeto de Resolução n.º 40/XI – “Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*), António Lima (*BE*), Graça Silveira (*CDS-PP*), André Bradford (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), João Corvelo (*PCP*), Zuraida Soares (*BE*), bem como do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

O diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 07 horas.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 07 minutos.

Agradeço que ocupem os vossos lugares para que o Sr. Secretário da Mesa possa fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Lopes Araújo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório Ávila

Manuel Alberto da Silva Pereira

Manuel José da Silva Ramos

Maria da Graça Oliveira Silva

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto

Mário José Diniz Tomé

Mónica Gomes Oliveira Rocha

Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho

Sónia Cristina Franco Nicolau

Susana Goulart Costa

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva Almeida

António Oldemiro das Neves Pedroso

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Catarina Goulart Chamacame Furtado

Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

O primeiro ponto dos nossos trabalhos é o **Debate de urgência sobre “Investigação, Conhecimento e Política de Ciência na Região Autónoma dos Açores”**, requerido pelo Grupo Parlamentar do BE.

Os tempos são os seguintes e foram definidos pela Conferência de Líderes:

O Governo Regional, o PS e o requerente dispõem de 32 minutos;

O PSD de 24 minutos;

O CDS/PP de 15 minutos e,

O PCP e o PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três sucintos pontos de partida:

Primeiro: “A investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação são os principais impulsionadores da competitividade, do crescimento económico e do emprego de uma região (portanto, também da nossa),

contribuindo decisivamente para a riqueza e bem-estar social” – belas palavras e melhores considerações do preâmbulo do documento que estabelece o ‘Regime Jurídico do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores’.

Segundo: A esta evidente constatação acresce o facto indesmentível dos Açores “constituírem um laboratório natural para o desenvolvimento da investigação científica em domínios de excelência, cuja relevância importa potenciar no quadro do Espaço Europeu de Investigação” – outra simples constatação, presente nos considerandos de um outro documento, desta feita, o “Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação”.

Terceira e última citação, nesta fase: “(...) a formação qualificada e o emprego científico são fundamentais para a promoção das atividades de investigação científica e desenvolvimento tecnológico, constituindo-se como um dos pilares da modernização e do crescimento económico” e “(...) o desenvolvimento de atividades especializadas em contexto de investigação e a formação avançada são essenciais para a consolidação do sistema científico e tecnológico regional” – Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, há apenas uma semana atrás.

Simultaneamente, será pacífico afirmar que todo o pensamento crítico implica interrogar de forma ampla e integrada os processos de construção e de partilha de conhecimento – conhecimento este que sempre foi, é e será (não o esqueçamos) ‘poder’, ‘riqueza’ e ‘progresso’, obviamente, de teor emancipatório, porque democrático e cada vez mais global.

Dito assim, tudo parece fazer sentido e seria expectável que, com premissas tão clara e clarivamente estabelecidas, à ação política mais não restasse do que criar e regulamentar as condições necessárias para passar da teoria à prática.

Ora, se estivermos a falar – e estamos! – da Investigação, Conhecimento e Política de Ciência, na Região Autónoma dos Açores, a evidência fenece perante a realidade.

Senão, vejamos:

Nos últimos anos, muito se tem falado das ciências do mar. Contudo, pouco ou nada se tem feito para a sua concretização, seja no país, seja na Região. Esta situação é particularmente gravosa para os Açores, que é responsável pela maior área de soberania marítima do país, a qual pode vir a aumentar, caso a ONU aprove a extensão da plataforma atlântica, elevando para cerca de 2,6 milhões de quilómetros quadrados a área do mar da nossa Região. De facto, tendo em conta estas novas oportunidades, os últimos anos foram inclusivamente marcados por uma regressão, na disponibilidade dos instrumentos para o estudo do mar e das suas potencialidades, exatamente ao contrário do desejável e obrigatório, atento o facto de, a cada dia que passa, surgirem sinais do interesse das grandes empresas internacionais pela prospeção dos fundos marinhos do nosso mar.

Por outro lado, a capacidade da Região para fiscalizar esta atividade de prospeção e, mais relevante, a capacidade para avaliar os seus impactos, garantindo a manutenção dos habitats e ecossistemas é, no momento, praticamente, nula. Esta fragilidade expõe o mar dos Açores a uma futura exploração sem controle, com todos os riscos – ambientais e outros – inerentes a uma exploração desenfreada. Além disso, a riqueza da biodiversidade do mar dos Açores e, particularmente, das fontes hidrotermais é, já hoje, motivo de cobiça, sem que a Região tenha capacidade instalada para uma investigação científica profunda, que permita que as mais-valias deste trabalho sejam património da Região.

Neste contexto, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, saudámos a aprovação, no Plano e Orçamento Regional para 2015, da criação de um Centro Público Internacional das Ciências do Mar, tendo ficado o Governo Regional mandatado para negociar com o Governo da República, no âmbito dos Projetos

de Interesse Comum, e nos termos Estatutários, o processo para a sua implantação, na Região Autónoma dos Açores.

Ao longo dos últimos 10 anos, o BE/Açores bateu-se pela implementação deste Centro, debateu com a comunidade científica a sua oportunidade e premência, solicitou pareceres e contributos diversos, pressionou (tanto quanto pôde) o poder político regional e nacional e, finalmente, congratulou-se com o facto de ver esta proposta subscrita por diferentes partidos políticos.

Era suposto que tudo fosse assim mas, afinal, não é. Falemos, então, da vida real.

Já todos/as percebemos que o ‘centro’ ou o ‘observatório’, sediado no Faial, é tudo uma mentira. E, se tivéssemos dúvidas, bastará recordarmos toda a campanha eleitoral feita pelo Partido Socialista sobre este tema, durante as últimas eleições regionais, bem como a resposta do Governo Regional (poucos meses após as referidas eleições), ao chumbar a proposta do Bloco de Esquerda para operacionalizar este projeto, identificando as suas valências, recursos, estatuto, objetivos e prazos de concretização.

A este propósito, basta ter em conta as declarações do Governo Regional – através do Secretário da tutela -, justificando o referido chumbo, dizendo qualquer coisa como isto: ‘o Governo Regional mudou de ideias e está a ponderar outras soluções’.

Do ponto de vista político, podemos dizer que o Partido Socialista mentiu aos/às eleitores/as. Do ponto de vista do futuro dos Açores, o Governo Regional e o Partido Socialista claudicaram, mais uma vez, perante interesses externos aos Açores.

De facto, num mundo globalizado, os Açores só poderão ter um papel de destaque e ganhos económicos significativos se tiverem capacidade para ter centros de investigação, inovação e ciência próprios. Caso contrário, não

passarão de meros espectadores das diferentes mais-valias extraídas do laboratório natural que eles próprios são.

Impunha-se, portanto, que o Governo Regional se batesse por um projeto científico concreto, sedado nos Açores, a partir do qual fosse parceiro científico e não um simples arrendatário das suas riquezas naturais.

Contudo, esta falta de projeto, de ambição, de ideia de futuro é, hoje, plasmada, nessa nuvem difusa que é o chamado AIR Center. É conflagrador ouvir o Senhor Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia perorar sobre este projeto, quando não é capaz de dizer o que é que os Açores pretendem dele, como é que se concretiza, quais as valências concretas que aqui ficarão, nem sequer quando se concretizará. Apetece dizer que tudo isto acontecerá (não por acaso) quando o Senhor Secretário aqui já não estiver para assumir qualquer tipo de responsabilidade.

E, entretanto, o que é que está a acontecer?

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quer nós queiramos, quer não, esta falta de projeto para o futuro dos Açores resume-se, neste momento, não a ‘cartas de conforto’, mas a cartas de despedimento endereçadas a parte significativa da ‘inteligência’ dos Açores. Bem pode o Governo Regional atirar as culpas para a Universidade e esta devolvê-las ao Governo Regional, o qual, em desespero de causa e para atamancar, declara-se disposto a colaborar, no sentido de manter os postos de trabalho dos/as investigadores despedidos.

E é isto – Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Membros do Governo – um projeto científico para os Açores?

Como bem percebemos, isto não é nada!

Nem um Observatório no Faial, por um lado, nem um Air Center, na Terceira, por outro, têm qualquer tipo de suporte concreto, estratégico e, menos ainda, científico, para os Açores e para o seu desenvolvimento futuro.

É esta a política do Governo Regional: esperar sentado, que as coisas aconteçam.

A este propósito permitam-me recordar a história da nêspira (é inevitável!): uma nêspira que estava na cama, deitada, muito calada, a ver o que acontecia. Chegou a velha e disse: olha uma nêspira! E zás! Comeu-a!

É o que acontece às nêspiras deitadas, caladas, à espera do que lhes acontece.

Quando a comunidade científica – regional, nacional e internacional – afirma, de forma persistente, que os Açores são um ‘laboratório natural’, ao mesmo tempo que o poder político desiste de edificar os instrumentos essenciais para transformar este laboratório num polo de conhecimento e de economia, sucumbe a interesses externos e presta um tão mau serviço à Autonomia!

O Bloco de Esquerda tomou a iniciativa deste Debate de Urgência para dar oportunidade ao Governo Regional de, uma vez por todas, apresentar a esta Assembleia, aos produtores de ciência e aos/às Açorianos/as projetos concretos, conteúdos concretos, prazos concretos e parceiros concretos para a criação de uma real e palpável política de ciência.

Disse.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E disse muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ao longo dos últimos anos, o Governo dos Açores tem vindo a dirigir um conjunto de políticas orientadas para o fortalecimento da Ciência e do Conhecimento produzidos na Região.

O reforço do apoio aos centros de investigação e centros de ciência, do apoio à implementação de projetos de investigação, desenvolvimento e inovação e de

base tecnológica, do apoio à qualificação do capital humano para a sociedade do conhecimento e à cooperação e criação de parcerias em investigação e ainda do apoio à organização tripolar da Universidade dos Açores são algumas das linhas mestras que têm orientado a ação governativa.

Neste sentido, gostaria de enumerar algumas das medidas que adotámos e que iremos ainda adotar e que, acreditamos, contribuem para o desenvolvimento da Ciência e da Investigação que se faz nos Açores:

- Desde 2013 que o apoio ao funcionamento dos centros de investigação aumentou 160%, havendo a perspetiva de estabilizar o valor de financiamento na presente legislatura na ordem dos 180 mil euros por ano.

Em 2018, iremos investir 8,2 milhões de euros no programa de incentivos ao Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, o que representa um aumento de 21% face à verba disponível para este ano.

- Permitam-me salientar a colaboração estreita, ao longo dos anos, entre o Governo dos Açores e a nossa Universidade. Criaram-se na Região programas específicos de apoio financeiro ao desenvolvimento científico e tecnológico, destacando-se o PRO-SCIENTIA, em vigor desde 2012, cujo acesso é restrito a entidades de Investigação & Desenvolvimento sediadas nos Açores e cujo principal e quase único beneficiário é a Universidade dos Açores.

- No que respeita a apoios diretos à Universidade dos Açores, desde 2014, estabilizámos o apoio anual à tripolaridade no valor de 350 mil euros;

- Estabilizámos também o apoio à organização de reuniões científicas, correspondendo, em média, a 160 mil euros por ano;

- O investimento em Ciência e Tecnologia na Região no período até 2020, com financiamento do FEDER, corresponde a 56 milhões de euros, contabilizando-se aqui também os investimentos nos parques de Ciência e Tecnologia;

- O financiamento até 2020 em projetos de Investigação e Desenvolvimento em centros de investigação correspondem a 9,3 milhões de euros. Saliente-se que,

neste momento, estão em execução 22 projetos num montante de cerca de 3 milhões de euros e que promoveram a contratação de 34 técnicos qualificados;

- Já em janeiro será lançado um novo concurso para projetos de Investigação no âmbito da Estratégia de Especialização Inteligente da Região (RIS3), com um montante global de 3,3 milhões de euros, em que existe a obrigatoriedade de contratação de um doutorado por 24 meses, por projeto, contribuindo, assim, para os objetivos de promoção do emprego científico nos Açores.

Saliente-se que este concurso de apoio a projetos científicos pretende contribuir para assegurar um financiamento regular do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, otimizando a aplicação dos fundos comunitários do quadro de apoio 2014-2020.

- Por via do programa INTERREG, estão a ser aplicados um milhão de euros no desenvolvimento de projetos de Investigação e Desenvolvimento onde a Universidade dos Açores é entidade participante;

- Temos vindo a apostar na formação avançada com o lançamento de 24 bolsas de doutoramento e de 12 bolsas de pós-doutoramento, num investimento que corresponde a cerca de 2,5 milhões de euros; e prevemos lançar, no próximo ano, mais seis bolsas de pós-doutoramento, orientadas para o contexto empresarial.

E gostaria aqui de frisar que o valor das bolsas atribuídas nos Açores pelo Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia é superior ao praticado pela FCT. A título de exemplo: uma bolsa de pós-doutoramento da FCT é de 1495 euros, sendo que uma bolsa de pós-doutoramento do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia é de 1750.

No total, durante a vigência do PO Açores 2020 já se investiram mais de 4 milhões de euros em formação avançada na nossa Região.

- Ao nível dos projetos de âmbito internacional, temos o envolvimento do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia em mais de duas dezenas de

projetos, que representam a captação de investimentos no valor de 3 milhões e 750 mil euros, e que se distribuem por diversas equipas de investigação, em especial na área do Mar.

Gostaria de frisar, neste âmbito, que o Governo dos Açores, através do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia, venceu, no passado mês de novembro, o prémio internacional Atlantic Project Awards, na categoria 'Proteção, Segurança e Melhoria do Ambiente Marinho Costeiro', pelo trabalho desenvolvido no âmbito do projeto europeu MISTIC'SEAS. Estes prémios, financiados pela União Europeia, pretendem distinguir os melhores projetos implementados na área geográfica integrada na Estratégia do Atlântico, sendo que a atribuição deste prémio à Região traduz-se no reconhecimento do bom trabalho que estamos a desenvolver na área da Ciência ligada ao Mar.

- Aliás, foi por reconhecer a importância do conhecimento ligado ao Mar que o Governo Regional alterou a sua orgânica e criou a Secretaria que tutelo, e que juntou as áreas do Mar, da Ciência e da Tecnologia.

- Ainda no que diz respeito ao Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, e tendo em conta toda a sua dinâmica e competência, já nesta legislatura, propusemos à Fundação para a Ciência e Tecnologia um programa que permitisse troca de experiências com os seus técnicos, de modo a melhor capacitar os nossos funcionários a apoiar o Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, com vista a um maior sucesso nas suas candidaturas a fundos nacionais e internacionais.

Sabemos que os Açores possuem uma comunidade científica ligada ao mar reconhecida pela sua excelência. A notoriedade que a nossa Região tem hoje nas áreas da investigação marinha deve-se à qualidade da investigação que é produzida cá. Aliás, não é por acaso que surge o Observatório do Atlântico, que será instalado aqui, no Faial, e que representará uma oportunidade para um novo impulso na investigação marinha com impacto internacional, contando

com envolvimento de centros de investigação regionais, nacionais e internacionais que se queiram associar.

Os projetos científicos de vanguarda que aqui se desenvolvem em várias áreas contribuem para um maior conhecimento do nosso mar e, juntamente com investigação mais aplicada, são fundamentais no apoio à decisão política. O Governo dos Açores não é, por isso, indiferente aos desenvolvimentos da situação do IMAR, nomeadamente com os seus colaboradores, situação que temos vindo a acompanhar, como já referi, com preocupação e perplexidade. Mas, tal como já afirmou o Sr. Presidente do Governo dos Açores sobre o assunto, “preocupa-nos também que a questão se possa reduzir a mais instituto ou menos instituto, quando o que, para nós, está verdadeiramente em causa é que Conhecimento é Poder e a Região não pode prescindir ou fazer perigar esse poder”.

Reforço, por isso, a nossa intenção da salvaguarda do investimento em Ciências do Mar, e no que diz respeito ao apoio à decisão, destaco aqui em particular a garantia da concretização, nos próximos anos, do Programa de Recolha de Dados para as Pescas, financiado pela União Europeia, e que tem vindo a ser realizado pelo IMAR.

Ao longo dos anos, o Governo dos Açores privilegiou nesta área de investigação e de apoio à decisão o relacionamento com o IMAR e com outros Centros de Investigação da Universidade dos Açores; no entanto, as ligações não são eternas e outras soluções podem ser encontradas. O desenvolvimento dos Açores é para nós mais importante e, por isso, não pode nem vai parar. Este Governo saberá reconhecer os mais capazes para nos apoiar neste percurso.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Ainda há duas semanas, aquando da apresentação do Plano e Orçamento para 2018, defendi nesta tribuna que, para este Governo, “o Conhecimento e a Inovação não são meros chavões do discurso político,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai não, não!

O Orador: ... mas, efetivamente, o caminho a seguir numa Região que se quer mais competitiva, mais dinâmica e capaz de criar novas oportunidades”.

Pretendemos criar mais e melhores condições para a investigação, converter ideias e conhecimento em soluções e medidas de valor acrescentado, que promovam o desenvolvimento humano e social, bem como o crescimento económico sustentável e inteligente, capaz de gerar ganhos significativos no tecido produtivo e empresarial da nossa Região.

Neste sentido, gostaria de recordar os objetivos definidos para a presente legislatura, expressos, de forma clara, na apresentação do programa de Governo e nos planos anuais de investimento:

- Fortalecer o financiamento ao sistema científico regional;
- Reforçar a transferência de conhecimento para os agentes económicos;
- Fomentar e potenciar a internacionalização da investigação que se faz nos Açores;
- Captar novos saberes e novas competências científicas;
- E promover o nosso potencial espacial.

Como é do vosso conhecimento, porque foi recentemente discutido nesta Casa, 2018 prevê um investimento reforçado em algumas destas áreas: Assim, temos:

- A promoção da internacionalização da investigação, da participação em redes e infraestruturas de excelência, em projetos tecnológicos e de investigação em consórcio, envolvendo instituições nacionais e internacionais, de modo a favorecer a capacitação e o crescimento do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, o desenvolvimento da Região e a sua projeção no Espaço Europeu de Investigação;
- O fomento da transferência do conhecimento e de tecnologias, da investigação em contexto empresarial e a cooperação entre as entidades do Sistema

Científico e Tecnológico dos Açores e o tecido socioeconómico, com vista à promoção de áreas de valor acrescentado e de uma cultura de inovação;

- A aposta na formação avançada em Ciência e Tecnologia e no emprego científico, enquanto impulsionadores do aumento da massa crítica e da qualificação e capacitação dos nossos recursos humanos;

- E a promoção da formação científica especializada e uma "educação para a Ciência", contribuindo para o acesso generalizado ao conhecimento e tecnologias, com vista a despertar de vocações junto dos mais jovens e que prevê, por exemplo, a criação de clubes de robótica em escolas do arquipélago a partir de 2018.

O próximo ano será dedicado ao lançamento de novos instrumentos financeiros que estimulem a ligação entre empresas e centros de investigação.

Para além do financiamento de projetos de investigação em contexto empresarial – que já tem 4 projetos aprovados, num montante superior a 700 mil euros – o Governo dos Açores irá lançar, durante o primeiro semestre de 2018, várias medidas que pretendem simplificar o acesso aos recursos científicos, promovendo uma transferência de conhecimento mais célere. Nesse sentido, serão criados Vales de Investigação & Desenvolvimento, de apoio a iniciativas de Pequenas e Médias Empresas, para a aquisição de serviços de consultoria em atividades de investigação e de desenvolvimento tecnológico; e será criada uma linha de financiamento para núcleos de Investigação & Desenvolvimento em contexto empresarial, incluindo os centros de investigação. Esta medida destina-se à aquisição de equipamentos e ao reforço das competências internas para a produção de conhecimento que contribua para a competitividade das empresas açorianas e para a inovação empresarial.

Estes mecanismos financeiros representam, na totalidade, um investimento de 1,3 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 160% face ao orçamento para 2017 no que respeita a investimentos em inovação, capacitação

científica e implementação de projetos de investigação em contexto empresarial.

Temos um Plano de ação integrado e estruturado na área da Internacionalização da Investigação, Desenvolvimento e Inovação dos Açores, que representa um investimento global de 1,8 milhões de euros e corresponde a um crescimento de 44% face a 2017. Através deste plano, pretendemos potenciar a estabilização das linhas de cofinanciamento das entidades do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores, incluindo empresas, bem como a alavancagem de projetos que captem para a Região fundos de diversos programas europeus como o Horizonte 2020, as ERA-NETs e os MAC-INTERREG.

Minhas senhoras e meus senhores,

O Governo Regional assumiu como compromisso o fomento da inovação e do empreendedorismo de base tecnológica enquanto força motriz na dinâmica económica dos Açores, tendo em vista a promoção da competitividade das empresas e o crescimento económico sustentável, gerando riqueza, coesão e emprego. É precisamente nesse contexto que surgem os Parques de Ciência e Tecnologia de São Miguel e da Terceira, o NONAGON e o TERINOV.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora sim!

Deputado Paulo Parece (PSD): Depois diz que não tem tempo!

O Orador: Durante o primeiro trimestre de 2018, iremos concluir a empreitada do Parque de Ciência e Tecnologia da Terceira – TERINOV, e iniciar a aquisição dos equipamentos necessários ao seu funcionamento. Este é um espaço que irá impulsionar o desenvolvimento de áreas como a indústria agroalimentar e a biotecnologia.

O TERINOV será, à semelhança de tantos outros investimentos realizados pelo Governo dos Açores, uma mais-valia para as empresas, para os jovens e para a comunidade em geral. Tal como no caso do NONAGON, onde se tem verificado um relevante impacto no desenvolvimento de novas empresas, na

integração de jovens qualificados no mercado de trabalho e na dinamização económica e social da ilha de São Miguel.

Mas não queremos que este parque se destine apenas às empresas dos Açores. Não temos de vender a nossa ciência apenas ao tecido local; queremos continuar a atrair investimento externo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, isso é bom! Curso de Economia.

O Orador: E acreditamos que a investigação realizada, na Terceira, pela Universidade dos Açores em ciências agroalimentares poderá representar uma mais-valia para grandes empresas internacionais de produtos alimentares.

Em 2018, iremos também dar início aos procedimentos e à construção do 2.º edifício do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, o Lote 32 do NONAGON, que será um Centro Empresarial de Tecnologias de Informação e Comunicação, cujo investimento global é de 5 milhões de euros.

O NONAGON e o TERINOV são infraestruturas que visam catapultar a Região, criando novas condições para o tecido empresarial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai ficar sem tempo para responder!

O Orador: O investimento na área das infraestruturas tecnológicas para 2018, tal como anunciei recentemente, perfaz o montante de 1,2 milhões de euros, orientados para a instalação de projetos com base em tecnologias espaciais.

Destaco a nova antena que será instalada na ilha de Santa Maria, e que será dedicada ao programa científico PROBA3 da Agência Espacial Europeia, e ainda a instalação de uma estação de receção e emissão de dados, para a nova constelação de satélites meteorológicos polares, no âmbito da Organização Europeia para a Exploração de Satélites Meteorológicos (EUMETSAT), e que irão potenciar a localização dos Açores, em geral, e da ilha de Santa Maria, em particular, na esfera dos serviços espaciais.

De salientar que com a entrada em funcionamento da nova antena da ESA e dos serviços da EUMETSAT estão garantidos contratos com empresas regionais no valor de 700 mil euros, ou seja, com estes dois projetos, só este ano foi possível obter em contratos para o setor empresarial regional um retorno de 58% do total do valor despendido pela Região para o setor aeroespacial.

Há, no entanto, ainda a considerar o valor agregado à manutenção paga pelas empresas que usam aquelas infraestruturas e ao impacto económico e social que esta atividade já representa para a ilha de Santa Maria. Ambos correspondem a investimento privado externo, ao qual acresce a criação de valor através de emprego muito qualificado.

Estes projetos, minhas senhoras e meus senhores, assumem-se como um importante contributo para o futuro AIR Center, no que respeita a estudos de observação da Terra e ao desenvolvimento de novos negócios ligados ao setor aeroespacial.

E sobre o AIR Center – uma iniciativa do Governo da República, e que conta, desde o início, com o envolvimento do Governo dos Açores – gostaria de tentar dissipar, de uma vez por todas, todas as dúvidas que têm assombrado algumas das senhoras e dos senhores deputados.

No requerimento enviado pelo Bloco de Esquerda, são-nos colocadas várias questões sobre o tema: O quê? Como? Onde? Quando?

Pois bem, o AIR Center, que terá sede na Terceira, será uma agência intergovernamental de investigação com base em várias infraestruturas já existentes, algumas nos Açores, e que contarão com investimentos do Governo Regional.

Projetado para servir toda a comunidade internacional e orientado para o estudo do espaço, do oceano, da atmosfera, alterações climáticas e da energia, o AIR Center, desde o início, foi entendido e explicado como sendo um centro

multipolar, envolvendo várias infraestruturas de vários países que se quisessem ligar ao projeto.

Deputado Luís Garcia (PSD): Misericórdia!

O Orador: Este projeto, que vai permitir o fortalecimento e o alargamento das redes internacionais em que já se inserem as equipas de investigadores dos Açores, visa envolver empresas, centros de investigação, universidades nacionais, europeias e americanas, incluindo as que têm programas específicos com Portugal, como é o caso do MIT e da Universidade do Texas.

Portugal, Brasil, Espanha, Angola, Cabo Verde, Nigéria, Uruguai, São Tomé e Príncipe, Reino Unido e África do Sul são, para já, os países envolvidos neste projeto, para o qual, como sabem, já foi criada, no passado mês, em Florianópolis, no Brasil, uma comissão instaladora com o objetivo de definir um plano financeiro e de implementação desta plataforma internacional e intergovernamental.

Minhas senhoras e meus senhores,

O AIR Center é um projeto com visão e ambição: visão sobre as potencialidades dos Açores e da cooperação entre todos os países, instituições científicas e setor privado; e ambição de fazer o futuro acontecer aqui, na nossa Região.

É um projeto que surge nos Açores por vários motivos, entre os quais, pelo facto de nos vários governos regionais do Partido Socialista se ter pensado mais à frente e se terem criado infraestruturas de índole espacial – em que ninguém acreditava na altura, bem como pela notoriedade que a Região ganhou em áreas de investigação de excelência como as Ciências do Mar.

E considerando todas as reuniões realizadas, bem como os países e instituições envolvidos, gostaria que as senhoras e os senhores Deputados levassem mais a sério este projeto e o esforço do Governo Regional e do Governo da República para a sua concretização. Citando o físico Albert Einstein: “É mais fácil

desintegrar um átomo do que um preconceito”. Sobre o tema AIR Center, gostaria, de facto, que fossem desfeitos alguns preconceitos e que pudéssemos acreditar na boa fé...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o átomo liberta energia!

O Orador: ... das instituições envolvidas na criação, passo a passo, deste projeto, que poderá representar um forte contributo para o desenvolvimento económico e científico da nossa Região.

Minhas senhoras e meus senhores,

Defendo que todas as medidas e os projetos elencados comprovam a importância que este Governo atribui à Ciência e à Tecnologia como pilares de desenvolvimento para a nossa Região. Medidas e projetos que valorizam os recursos humanos qualificados enquanto fatores fundamentais para uma verdadeira política científica porque são eles que garantem uma produção científica de qualidade, verdadeiramente transformadora e promotora de desenvolvimento e inovação, que suporte e apoie a decisão.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Branco.

Deputado Tiago Branco (PS): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado dia 24 de novembro foi publicada em Diário da República uma resolução do Conselho de Ministros que constituiu e estabelece as condições de funcionamento da Comissão Instaladora do Observatório do Atlântico.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e acredito que para todos os faialenses e açorianos, a criação desta organização científica internacional na ilha do Faial constitui um desígnio que revela a aposta do Governo da República e do Governo dos Açores na área da Economia do Mar e da investigação científica marinha.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Uma infraestrutura que será única no país, com projeção internacional, e que esperamos que possa fixar recursos humanos qualificados, permitindo o desenvolvimento de áreas ligadas à investigação dos oceanos, uma área em que a Região ainda tem competência para se afirmar e destacar.

Para além do Observatório do Atlântico, quero também recordar a Escola do Mar dos Açores, que estará em condições de entrar em funcionamento já no próximo ano, e contribuirá para a qualificação e certificação de marítimos.

A Escola do Mar vai também garantir novas oportunidades profissionais em áreas relacionadas com atividades marítimo-turísticas,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... náutica e turismo costeiro, mergulho profissional, observação de pescas e ambiente.

Trata-se de investimentos que reforçam e espelham a aposta da Região em dotar-se de instrumentos e mecanismos que nos permitem ir mais além nas áreas da ciência, da inovação e da investigação marinha.

Mas para irmos mais além, não podemos prescindir do trabalho de excelência que tem vindo a ser desenvolvido até aqui, nomeadamente através do Instituto do Mar, uma instituição que ao longo dos anos tem tido uma relevante importância no desenvolvimento da investigação científica na Região, através de parcerias tanto com o Governo Regional e com a Universidade dos Açores, designadamente através do Departamento de Oceanografia e Pescas.

Mas deixem-me lembrar que o mérito das instituições, resulta das pessoas, resulta, nestes casos em concreto, dos muitos trabalhadores e investigadores que desenvolvem um trabalho de excelência ao nível científico e da investigação marinha e que, por essa via, contribuem também para o desenvolvimento económico desta ilha e da Região Autónoma dos Açores.

Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E por isso, Sr. Secretário Regional, pergunto-lhe em que local, na ilha do Faial, está prevista a implementação do Observatório do Atlântico?

- Pergunto também, se o Governo já sabe quem será o representante da Região na comissão instaladora desse Observatório?

Questionar se o Governo está ou não preparado para dar uma resposta à situação do IMAR...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pelo menos já tinha dito!

O Orador: ... nomeadamente no que concerne ao programa de recolha de dados?

Disse

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, o que eu lhe perguntava especificamente era acerca do Programa Nacional de Recolha de Dados de Pesca, que se tornou uma obrigatoriedade ao

nível nacional e europeu, e que está regulado ao abrigo da Portaria n.º 63, de 2016.

Na sua alínea e), do artigo 6.º, estipula que “o IMAR é o responsável pela recolha e tratamento de dados biológicos e de variáveis transversais, nomeadamente esforço e descarga de pescas”.

Assim sendo, o IMAR é o instituto que se pode candidatar ao FEAMP recebendo 100% das despesas elegíveis.

No entanto, o triénio 2014/2016, foi regulado já por esta portaria. Como isto apenas é regulado em março de 2016, sabe-se que houve um adiantamento, digamos, por parte, da Secretaria ao IMAR nos moldes anteriores, que era 50-50, 50% de Fundos Europeus, 50% do Governo Regional.

Seguindo esta lógica de ideias, se calhar na lógica do deve e do haver, uma vez que a candidatura só é feita no final dos dados efetivamente recolhidos, se calhar ainda há é uma dívida da parte do IMAR à Secretaria (não é?).

Se há essa dívida eventualmente, e neste clima que nós vivemos agora no IMAR, gostaria que me esclarecesse como é que compreende a decisão, que eu diria pouco racional, para não dizer irracional, do Presidente do IMAR, no despedimento das pessoas e dos responsáveis por este programa,....

Deputada Zuraida Soares (BE): E a justificação! A justificação?

O Oradora: ... já para não dizer que no último Plano e Orçamento, que aprovou aqui a sua bancada parlamentar há 15 dias, também está um compromisso de mais 1 milhão e 200 mil euros para gestão pelo IMAR?

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não!

O Orador: Com este tipo de gestão, gostava que me explicasse como é que está esta relação.

Também gostaria de saber como é que tenciona resolver o incumprimento, a partir de janeiro de 2018, que é a data após a qual estes investigadores veem os

seus contratos resolvidos, na recolha de dados e na observação de rejeições, isto que é uma obrigação da secretaria e que é uma responsabilidade do IMAR?

Também gostaria de saber concretamente qual é que é o Plano B que me disse há 15 dias que tinha, que o Governo tinha? Gostaria de saber concretamente o que é?

Também gostaria de saber quem é que vai fazer a candidatura ao FEAMP, do Programa de Trabalho aprovado, que só é candidatável quando o mesmo estiver materialmente concluído em dezembro de 2019 (ou seja, estou a falar do período 17/19)? Quem é que vai fazer esta candidatura?

Também gostaria de saber como é que compreende que após mais de uma década de precariedade destes profissionais e destes responsáveis do programa, que têm conhecimento e competência adquirida e que contribuíram para a projeção do nome dos Açores no país e na Europa, para não dizer no mundo, quem é que está capacitado para garantir a não interrupção do Programa a partir de janeiro?

Também gostaria de saber o que é que vai acontecer a estas oito famílias no imediato, para não dizer 90 no futuro, uma vez que o IMAR está nestas condições de gestão que podemos observar, e se o Plano é atribuído nos cabazes de compras, ou nos cabazes de produtos alimentares que o seu Governo anda a distribuir, se passa por aí?

Gostaria de saber se efetivamente é este o novo ciclo?

O Governo vai mudar ou aqui não há um novo ciclo para o IMAR?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputada Graça Silvera (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Francisco César (PS): É sempre um gosto ouvi-lo!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu estive a ouvir com atenção a intervenção de tribuna do Sr. Secretário Regional e fiquei desde logo preocupado com aquilo que parece ser uma bastante evidente desconexão entre aquilo que o Governo anuncia como investimentos na ciência e o tecido económico e social da Região, ou com a criação de riqueza e de emprego nos Açores, que é uma intenção que todos os anos vem plasmada nos documentos previsionais do Governo, mas tarda em conseguir concretizar-se e de novo a retórica e os anúncios vão sendo bastante diferentes dos factos ou da inauguração de sedes vazias.

Diz o Sr. Secretário Regional que quer tratar estes assuntos, nomeadamente a questão do AIR Center, que temos debatido aqui neste Parlamento, eu e V. Exa, de forma séria, e fica muito incomodado com algumas alegorias, ou alguma forma mais humorística, chamemos-lhe assim, com que algumas bancadas da oposição e a bancada do PSD, têm abordado os assuntos e a propaganda do Governo com a falta de concretização, na prática de investimentos e de dados concretos.

Eu tenho que lhe lembrar que o Reitor da Universidade dos Açores, que não é uma pessoa qualquer, lamentou, em nota da Universidade, que está aqui, e que vou passar a ler, o facto “do supercomputador da Universidade do Texas ter sido concedido à Universidade do Minho e não à Universidade dos Açores como havia sido conversado na reunião para constituição dos Açores AIR Center realizada na Ilha Terceira em abril último”.

Disse ainda que “não é verdade que a Universidade dos Açores não tenha capacidade para desenvolver uma infraestrutura tecnológica deste tipo” e estranha que “as declarações atribuídas ao Governo Regional sobre esta matéria”, e corrijo eu, não foram atribuídas, foram aquelas que V. Exa. proferiu no debate do Plano e Orçamento nesta Casa,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... “tendo em atenção que a instalação de um supercomputador nos Açores é uma ideia de há vários anos, defendida pela Universidade dos Açores e pelo próprio Governo Regional, o que fez com que tivesse incluído no Plano de Desenvolvimento do Parque Tecnológico da Ilha de São Miguel um Data Center com requisitos para tal”.

Ora, o Reitor da Universidade dos Açores, por si só, não é uma pessoa qualquer pelo cargo que ocupa e volta a não ser uma pessoa qualquer porque foi Diretor Regional de um Governo do Partido Socialista com a tutela destas áreas, portanto, sabe do que faz e do que diz.

O Reitor garantiu ainda que “a Universidade dos Açores já se tinha disponibilizado perante o Governo Regional para receber o supercomputador e que a Universidade dos Açores continua a aguardar para saber exatamente qual vai ser o papel que os Açores e a Universidade dos Açores vão ter numa estrutura em rede como o AIR Center”. Estas palavras não são do PSD. Volto a repetir que são palavras de citação direta do Reitor da Universidade dos Açores. Disse ainda: “a Universidade dos Açores foi colhida de surpresa na decisão da ida do supercomputador para o Minho.”

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas nós não somos comentadores, Sr. Deputado!

O Orador: Mas vai ouvir com atenção, certamente, e se quiser pode participar no debate, Sr. Secretário.

Foi colhida de surpresa com este anúncio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto é um desmentido a um secretário que mentiu no Parlamento, e que fica muito incomodado com a forma como se debatem os assuntos, usando mais ou

menos humor, mais ou menos trocadilhos, mas mentiu no Parlamento quanto a conversações e quanto a temas discutidos pelo Governo acerca deste assunto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Isso, sim, é que é grave; isso, sim, é que é muito grave e revela a forma como este Governo se relaciona com os Deputados, com a Democracia e com a opinião pública lá fora.

Mais grave ainda, quando essa mentira do Secretário no Parlamento é repetida e reiterada pelo Gabinete de propaganda do Governo na nota que põe cá fora, de novo a atacar o PSD e sem referir diretamente nem a Universidade dos Açores, nem João Luís Gaspar, o seu Reitor e ex-diretor regional de Governos do Partido Socialista, ele, sim, o grande crítico de tudo aquilo que V. Exa. disse no debate do Plano e Orçamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje sabemos e podemos confirmar que a Universidade do Minho não tem um centro de supercomputação.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E nesse sentido está em igualdade de circunstâncias ou estava em igualdade de circunstâncias com a Universidade dos Açores, uma vez que todas as medidas que vieram, ou que têm vindo a ser postas em prática nessa Universidade foram feitas a seguir ao anúncio da ida do supercomputador para lá.

Nós tivemos a oportunidade de contactar a Universidade do Minho e alguns dos seus docentes sabendo que, de facto, há gente que trabalha nas tecnologias de informação, mas não há nenhum tipo de experiência, ou não havia nenhum tipo

de vantagem concreta entre a Universidade do Minho e a Universidade dos Açores, que estariam em igualdades de circunstâncias nesta matéria.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, não serve de nada anunciar que as sedes dos projetos se vão situar nos Açores quando os investimentos, quando a tecnologia, quando aquilo que é significativo, não fica nos Açores e mais uma vez isto serve apenas para fachada, que é o que está a acontecer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Serve apenas de código postal!

O Orador: Em segundo lugar, ficámos também a saber pela voz do Reitor que a Universidade dos Açores não foi contactada para saber sequer se tinha condições para receber o supercomputador.

Ainda ficámos a saber, por parte do Reitor, que a Universidade dos Açores não foi envolvida e não está envolvida em nenhum dos projetos do AIR Center, como o Sr. Secretário anunciou daquela tribuna.

Portanto, meus senhores socialistas, entendam-se!... Entendam-se, porque já chegou a hora de começar a trabalhar, sim, com a seriedade que o senhor apregoa, mas que não implementa.

Depois, em setembro de 2016, em plena campanha para as eleições regionais, o atual Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, anunciou em comício na Ilha Terceira que “o projeto Açores AIR Center assentaria na investigação e no conhecimento, afigurando-se como um grande projeto científico internacional no domínio da Oceanografia, Climatologia, entre outras áreas, sendo ainda um importante contributo para gerar um novo setor de criação de riqueza e de emprego na Terceira.”

Muito bem!... Concordamos!... Sublinhamos!...

Mas se formos a ver hoje o que é que está para a Ilha Terceira e para a mitigação da saída dos americanos da Base das Lajes é uma sede vazia, sem

concretização do que quer que seja, e uma antena usada numa oficina para reparação.

Isto choca um bocadinho com a dimensão dos anúncios e da propaganda e a questão que eu lhe coloco hoje é: Sr. Secretário, os anúncios feitos de utilização da Base das Lajes e das infraestruturas deixadas vagas pelos norte-americanos no domínio do AIR Center e que o Governo Regional apregoou como sendo disponíveis para toda esta panóplia de intenções na área e no domínio científico, colidem ou não colidem diretamente com os constrangimentos militares da Base das Lajes?

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, (disse alguma coisa, Sr. Deputado João Bruto da Costa? Que participar?)...

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

O Orador: Sim, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Eu sei que V. Exa. só fala nesta Casa sobre assuntos históricos. Eu não tenho este problema e sinto-me à vontade para falar sobre política, de ciência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Posso falar de ciência a seguir.

O Orador: Eu gostava naturalmente de saudar a iniciativa do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sobre este tema.

Lembrar mesmo que nós, neste Parlamento, fazermos uma interpelação, acharmos que temos matéria para analisar, para criticar, para pedir mais sobre investigação científica é, por si só e implicitamente, o reconhecimento de que estamos num estádio bem diferente a este nível do que estávamos há 20 ou 30 anos e é, por si só, também já um motivo de saudação e um motivo de esperança.

Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Gostava também de dizer, Sra. Deputada Zuraida Soares, que concordo com o diagnóstico inicial e estratégico que fez de um conjunto de matérias que são verdadeiramente importantes para os Açores ao nível do mar, do domínio público marítimo, da sua fiscalização, da gestão partilhada, dos problemas também que estas novas questões têm levantado, da relação e da interdependência que necessariamente há nestas questões com o Governo da República e da necessidade que nós temos aqui de sensibilizar para esta realidade e para a aposta estratégica nacional que é a aposta, o investimento, a atenção do Governo da República, de todos os Governos da República. Isso é que é importante.

Também, creio eu, que quando falamos de investigação científica, numa Região como os Açores, face à nossa realidade institucional, não podemos nunca esquecer a importância que tem e que sempre terá, apesar da sua autonomia, apesar das suas concretas vicissitudes, uma instituição que é a Universidade dos Açores, apesar da sua autonomia, apesar do que isso também implica de relação e apesar, sem fazer qualquer juízo de valor, mas registando à cautela o facto histórico, dessa autonomia, por decisão de um dos últimos Governos Regionais de Mota Amaral e do Governo da República de Cavaco Silva, ter passado em 92 para o Governo da República.

É preciso, pois, concertação e em matérias essenciais, em matérias estratégicas, de forma indireta, também aquilo que é feito, aquilo que é essa concreta

política, também tem claramente reflexos imediatos, reflexos eventualmente positivos, eventualmente deletérios naquilo que é a produção científica e a investigação científica nos Açores.

Nesse aspeto nós não podemos esquecer e nós não vamos esquecer que a investigação científica em Portugal, com o Governo PPC (Passos-Portas-Cristas), passou um período de desinvestimento verdadeiramente negro.

Também devemos ter consciência, designadamente ao nível da Universidade dos Açores, o que é que aconteceu ao nível do depauperamento, ao nível dos muitos doutorados que foram dispensados, ao nível daquilo que será a médio prazo o futuro e a continuação de pessoas criadas na casa, suportadas e com um enorme investimento na casa, na sua formação, e que acabaram, por questões mais ou menos contabilísticas e financeiras, de serem dispensadas, de serem desperdiçadas.

Quando falamos em investigação científica nos Açores, não nos podemos também esquecer deste período negro e deste défice, porque ele certamente condiciona-nos, ele vai ter que ser levado na devida conta. É disso também que nós devemos falar.

Eu acho que todos também temos consciência, até porque também discutimos há poucos dias o Plano e o Orçamento nesta Casa e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia teve na altura oportunidade, na sua intervenção, de referir os investimentos significativos e o número de projetos significativos que nesta área estão em desenvolvimento. Também os referi-o agora.

Portanto, nós, também sabemos que pela sua natureza este tipo de projetos, pela relação com as universidades, com a sua autonomia, pelo carácter absolutamente não paroquial, antes transnacional e universal do saber científico e da investigação científica, que a forma de agir nesta matéria é necessariamente uma forma em que temos que estabelecer parecias de cooperação em termos nacionais e internacionais.

Portanto, não será nunca uma forma apenas exclusiva, paroquial e hierarquizada e isso naturalmente será uma forma diferente de funcionar e ela também leva um determinado tempo de maturação e um determinado tempo de formas de concretização e de ser verdadeiramente executável.

Mas, no fundo, eu creio que falar-se em investigação científica, pôr-se um conjunto de dúvidas nesta matéria e a este respeito, acaba por ser também uma homenagem ao Partido Socialista, porque acaba por significar que a oposição tem consciência que apesar das dificuldades, apesar dos ritmos e apesar das vicissitudes, foram com os Governo Socialista na República que estas matérias sempre andaram ao nível, inclusive, da própria Universidade dos Açores e das suas infraestruturas, de um conjunto de projetos e de investigação científica.

Ao nível dos radares, também pelos vistos, e aqui fazendo uma justiça histórica ao Sr. Deputado Artur Lima e ao CDS-PP/Açores que tem um passado de alerta e de sensibilização nesta matéria e que também sabe as agruras e as dificuldades, porque ainda o Governo PPC estava em funções e o CDS-PP apresentou aqui uma Resolução a sensibilizar o Governo da República para a necessidade dos radares, e não duvido da intenção do proponente. A concretização, como sabemos, foi mais difícil. Estas coisas por vezes acontecem.

Talvez seja agora que em vez de termos um radar por empréstimo, um radar meteorológico, venhamos a ter três.

O problema com certeza não nasceu ontem, mas o seu anúncio e a sua concretização só aconteceu agora.

Daí, face a estas circunstâncias, ao conjunto de projetos enumerados e à verba financeira envolvida que o Sr. Secretário Regional anunciou, Sra. Deputada Zuraída Soares, se comecei por concordar com o seu diagnóstico e a sua priorização inicial, parece-me que a análise que faz do atual estágio é injusta.

Parece-me que face àquilo que disse, nós não estamos “paradinhos como a nêspera”, “não estamos à espera da velha”, “não temos medo do lobo mau”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, deixe-me registar que contrariamente aos elogios que lhe haviam sido feitos em debates anteriores o senhor aderiu ao velho ciclo do Governo de fazer intervenções longas que depois, intencionalmente ou não, lhe retiram tempo para responder adequadamente às perguntas das bancadas parlamentares. Esperemos que isso não aconteça novamente hoje.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem observado!

O Orador: Na sua longa intervenção o senhor falou em muitos milhões, mas no ar pairam apenas dúvidas, dúvidas e mais dúvidas: dúvidas da Universidade dos Açores, dúvidas dos institutos desta área, dúvidas da comunidade científica dos Açores e de forma mais concreta da Ilha do Faial.

Já se percebeu também, ao longo deste tempo, que o Governo também tem muitas dúvidas, o Governo não sabe o que é, ou o que será, o AIR Center.

Sabemos apenas que um supercomputador vem da Universidade do Texas, vai sobrevoar os Açores, mas nem sequer aqui faz uma escala técnica e vai aterrar na Universidade do Minho.

Já percebemos também que o Governo não sabe ainda o que será o Observatório do Atlântico.

O Sr. Secretário também declarou há uns dias, na Comissão Parlamentar, que o Governo não tinha ainda definido o representante do Governo dos Açores na Comissão instaladora. Percebemos todos que não há uma estratégia, tem havido apenas muita propaganda.

Por isso pergunto-lhe de forma muito direta, Sr. Secretário, quando teremos nos Açores, e em concreto na Ilha do Faial, o Observatório do Atlântico concretizado?

Qual será o modelo funcional? Qual será o quadro de recursos humanos e de forma também muito frontal, em quantos mais atos eleitorais o Observatório do Atlântico vai ser utilizado como arma de propaganda antes de os açorianos e os faialenses verem algo de palpável acontecer no terreno?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Ss. Membros do Governo:

Há pouco, na sua intervenção o Sr. Deputado Francisco Coelho acusava-me de falar aqui muitas vezes de história.

É que eu acho que a história é importante do ponto de vista da contextualização daquilo que está a acontecer e dos desenvolvimentos deste século ou de outro períodos em que os fenómenos são comparáveis e em que é possível retirar ilações daquilo que aconteceu no passado.

Eu devo dizer que na área da ciência é exatamente a mesma coisa. É o mesmo exercício que eu considero que deve ser feito, porque no séc. XIX a ciência foi utilizada, foi um dos instrumentos.

O desenvolvimento científico, a exploração científica foi exatamente o argumento mais importante para o processo de colonização das regiões menos desenvolvidas, a quem os países mais desenvolvidos estavam a fazer chegar a ciência, mas além da ciência também instalaram outras coisas, também instalaram o colonialismo, também instalaram a dependência.

Eu penso que esta lição do séc. XIX se pode repetir, em relação aos Açores, em relação ao que está a acontecer neste momento e na atual conjuntura.

O que eu vejo é um Governo Regional sem estratégia e que se deslumbra perante projetos internacionais, em que não tem qualquer capacidade de negociação e em que não demonstra uma visão de médio e de longo prazo.

Eu pergunto: quais foram as contrapartidas efetivamente negociadas no âmbito da instalação nos Açores do AIR Center?

Porque o que nós verificamos atualmente é que se no passado as matérias primas foram absolutamente fundamentais e eram o grande objetivo estratégico das grandes potências e das potências mais desenvolvidas, no século XXI há uma nova matéria prima que é fundamental, que são os dados.

Os Açores, pela sua posição geográfica, pelo seu contexto, é uma Região que tem uma importância fundamental na criação destes dados.

O que nós estamos a verificar é que neste momento, as grandes potências o que estão a fazer é a obter esses dados para transformar em conhecimento, conhecimento que é transformado em capacidade produtiva e industrial.

Eu pergunto se o que aqui está a acontecer não é pura e simplesmente o facto de os Açores estar a ser utilizado pelas grandes potências internacionais e pelas grandes companhias internacionais, para aqui obter gratuitamente dados. É uma

nova forma de colonização em que não há nenhuma contrapartida por parte dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os Açores não está a ter nenhuma contrapartida.

Portanto, eu considero que neste momento o que existe é uma impreparação total por parte do Governo Regional para negociar.

Eu acho que nem sequer entendem completamente os projetos internacionais em que estão envolvidos e não defendem, de facto, os interesses dos Açores.

Não têm uma visão de médio prazo, não estão informados, não conseguem montar uma estratégia que alguém compreenda.

Vejam! A própria Universidade dos Açores não compreende. O Reitor diz aqui (ainda não compreendemos): “continuaremos a aguardar para saber exatamente qual o papel dos Açores e da Universidade dos Açores”.

Eles não compreendem e eu devo dizer-vos, como responsável político, que eu tenho a certeza que os senhores também não compreendem, por isso é que não conseguem transmitir.

Os senhores não conseguem compreender qual é o vosso papel nestes projetos e não têm um conhecimento suficiente para defender convenientemente os interesses dos Açores.

Para utilizar outra vez esta comparação histórica, eu considero que estamos neste momento num processo de colonização dos Açores no âmbito da obtenção de dados, dados que não são transformados em conhecimento nos Açores, são transformados noutros locais e sem contrapartidas evidentes para os Açores.

Eu não compreendo, a Universidade dos Açores também não, mas o mais grave é que os senhores também não.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Ciência, a Tecnologia e a Investigação são componentes fundamentais para o desenvolvimento cultural e económico em qualquer sociedade contemporânea. A investigação científica deve criar e aplicar o conhecimento e o saber-fazer para que o conhecimento científico e técnico seja incorporado na sociedade: por um lado, assimilado na economia no seio das empresas; por outro, sendo objeto de Ensino e tornado Cultura, difundido como conhecimento das massas.

A Ciência nos Açores tem sido usada com objetivos políticos opacos e de forma casuística, sendo que a sua efetiva promoção no desenvolvimento cultural e económico da Região pouco tem acontecido. Pela parte do Governo Regional não parece haver qualquer estratégia claramente definida para uma aposta e expansão da investigação científica nos Açores.

O nível de desenvolvimento científico dos Açores encontra-se muito aquém do que deveria ser. A privilegiada localização geográfica da Região e as nossas condições naturais pouco têm sido utilizadas de forma a constituir um chamariz para o desenvolvimento de investigação científica de ponta na nossa Região.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As condições laborais de tremenda incerteza e completa precariedade de vínculos de trabalho a que a grande maioria dos investigadores científicos estão votados são um caso muito gravoso, como são exemplo claro os bolseiros de investigação científica.

Os bolseiros de investigação científica constituem-se, na sua generalidade, como mão-de-obra altamente qualificada, mas barata e precária, sendo-lhes roubados direitos fundamentais no trabalho e na sua vida, poucos sendo aqueles que têm acesso a uma digna carreira de investigadores com contratos e plenos direitos.

É de exploração que falamos. E, no caso dos bolsheiros doutorados, de uma exploração requintada de pessoas que dedicam anos, alguns até décadas da sua vida, para obter um grau de doutoramento, que seguem para pós-doutoramento, que o alcançam e ainda ficam sujeitas a dar o seu contributo ao Sistema Científico e Tecnológico através de uma bolsa de investigação.

A situação de precariedade no trabalho científico é penalizadora e gera instabilidade para todos: para os investigadores, para as instituições, para o desenvolvimento científico, para a nossa Região enquanto sociedade. Têm de existir soluções para estes trabalhadores, que são plenamente merecedores de um vínculo laboral digno e estável. É urgente haver estas respostas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com alguma surpresa que se tornou do conhecimento público o eventual encerramento do IMAR – Instituto do Mar. Para o PCP é fundamental e estratégico que este polo de investigação marinha prossiga o seu trabalho na cidade da Horta e apetrechado de todos os meios técnicos e humanos.

Perante as dúvidas que subsistem sobre o futuro do IMAR, é necessário existir um esclarecimento claro sobre qual o futuro da investigação no polo da Horta da Universidade dos Açores. É necessário saber se estão assegurados todos os meios técnicos e salvaguardados os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores no suposto período de transição entre o anunciado encerramento do IMAR e a ativação de um Centro de Investigação da Universidade dos Açores designado por Okeanos.

Não é aceitável que se siga um caminho que tenha como consequência ou vise a desvalorização do prestigiado e reconhecido polo de investigação científica da Universidade dos Açores na cidade da Horta. Para tal, o PCP estará alerta na sua defesa de forma intransigente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Torna-se imperioso que sejam esclarecidas algumas questões que preocupam o PCP. Assim, questionamos se este novel Centro de Investigação da Universidade dos Açores (designado por Okeanos) e o Governo Regional estão em condições de assegurar que vão existir todas as garantias e meios necessários para que o polo da Horta desenvolva o seu trabalho científico? Vão ser criadas as condições para se acabar com a precariedade laboral dos seus trabalhadores?

Subsiste também grande receio sobre o futuro dos navios de investigação Arquipélago e Águas Vivas e outras embarcações.

Estará perspetivado que mantenham as suas atuais funções? Tendo em conta que alguns dos seus trabalhadores têm vínculo ao DOP e outros estão vinculados ao IMAR com contratos precários, perguntamos então que garantias pode o Governo Regional assegurar aos trabalhadores desses próprios navios propriedade da Região?

Perante tantas dúvidas e incertezas, urge então saber que posições o Governo Regional vai tomar no sentido de contribuir para o regular, útil e indispensável funcionamento do polo de investigação marinha na Horta.

Para o PCP tem de ser assegurado que a cidade da Horta mantenha o seu polo de investigação científica, não sendo possível esquecer a tremenda importância na dinâmica social, cultural e económica que a presença dos trabalhadores desta instituição fazem repercutir na sociedade faialense.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Subsistem ainda algumas outras dúvidas que preocupam e alertam o PCP. Irá a Escola do Mar ter ensino de grau de licenciatura e que impacto isso poderá ter na captação de alunos para o DOP/Universidade dos Açores?

Que interligação poderá existir entre o polo de investigação científica da Horta (quer tenha o nome de IMAR ou tenha o nome de Okeanos) e o Observatório do Atlântico? O mesmo perguntamos para o Air Center.

Para o PCP é necessário e urgente que todas estas perguntas sejam esclarecidas, e que sejam tomadas todas as medidas necessárias para ultrapassar, quer os constrangimentos existentes, quer as práticas de inexistência de diálogo que surgem no meio do processo de eventual encerramento do Instituto do Mar que está a ser muito pouco claro.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pontuar o muito que já aqui foi dito e registar também aquilo que ainda continua a não ser dito e reafirmar, Sr. Secretário Regional, que este debate de urgência, como eu disse na minha primeira intervenção, procura dar ao Governo a oportunidade clara de apresentar projetos concretos, conteúdos concretos, prazos concretos, parceiros concretos para a criação de uma real e palpável política de ciência na Região. Continuamos ainda à espera.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas o Governo não quer!

A Oradora: Sr. Secretário Regional, eu não posso deixar de dizer o seguinte: tanto milhão, Sr. Secretário, tanto milhão que o Sr. Secretário Regional anunciou daquela tribuna e tanta precaridade na ciência e tanta precaridade laboral naqueles que dedicam anos da sua vida ao conhecimento e ao desenvolvimento desta Região.

Tanto milhão, tanto milhão, Sr. Secretário, e nos últimos 15 dias tanta carta de despedimento a pessoas (é bom recordar) que não só veem posto em causa, enfim, uma forma de sobrevivência legítima, mas mais do que isso, a pessoas que têm um know-how, um conhecimento acumulado e uma capacidade de entender e de ajudar a desenvolver esta Região, que levará muitos anos a alcançar.

Portanto, tanto milhão e não conseguimos pôr fim e estancar essa sangria.

Tanto milhão, Sr. Secretário Regional, e tanta falta de reagentes, de *toners*, de recursos humanos, em variadíssimos laboratórios, em variadíssimos projetos de investigação?

Tanto milhão e não temos na nossa Região uma verdadeira carreira de investigador?

Uma situação onde esta Região, com a sua autonomia podia fazer a diferença a nível nacional, sendo essa diferença uma forma de atrair para esta Região mais conhecimento, mais inteligência e criar também mais emprego qualificado?

Dizia o Sr. Secretário Regional que não se preocupa com mais instituto, menos instituto.

O Bloco de Esquerda preocupa-se! É porque a ciência que se faz, faz-se em algum lugar, não se faz pendurada no ar.

Portanto, o tal do observatório, o tal do AIR Center, ou mais instituto, ou menos instituto, estamos a falar de uma base de produção de ciência, de produção de conhecimento, e não é indiferente que seja um centro, um observatório ou um instituto, porque como o Sr. Secretário Regional bem sabe são coisas, apesar de tudo, na sua forma até jurídica, diferentes e nas suas implicações também.

Portanto, eu preocupo-me se é um instituto ou se não é um instituto; se é um centro ou se não é um centro; se é um projeto de interesse comum ou não é, e parece que já não é, de acordo com aquilo que o Sr. Secretário Regional já afirmou relativamente ao Centro de Investigação na Ilha do Faial.

Parques de Ciência e Tecnologia!... Bom, variadíssimos, pelo menos dois, Terceira e São Miguel.

Mas, Sr. Secretário Regional, o Bloco de Esquerda, tem tudo a favor dos parques de ciência e tecnologia. Venham eles. Quantos mais melhor. Um em cada ilhas. Mas parques de tecnologia são uma coisa, produção de conhecimento científico, vai desculpar-me, mas é outra. Pode dar jeito até em termos estatísticos misturar as duas coisas, mas elas não são a mesma coisa.

Portanto, nós aqui estamos a falar fundamentalmente não é dos parques científicos, é da produção do conhecimento científico e é da mais-valia que esta Região tem, naturalmente, graças aos Deuses e às Deuses, para permitir que esse conhecimento se produza e rentabilize nesta Região e não fora desta Região.

Air Center!... Diz o Sr. Secretário Regional que gostaria que nós, Deputados e Deputadas desta Casa levássemos este centro um bocadinho mais a sério.

Ó Sr. Secretário Regional, mas como é que isso é possível? Eu queria levá-lo muito a sério, mas olhe:

O Sr. Ministro da Ciência diz que vai à China, porque quer que o AIR Center integre a rota da seda.

Sr. Secretário Regional, nós tivemos vários avisos, de várias personalidades importantes a dizer que a Administração Norte-Americana não quer estrangeiros ao pé da Base.

Não sei se estrangeiros também são os terceirenses. Pode ser que sejam, mas de certeza que são os chineses.

E então como é que nós vamos pôr a rota da sede no AIR Center, mesmo ali, portas meias, com a Base das Lajes.

“Bate a bota com a perdigota”?

Não bate, Sr. Secretário Regional!

Depois há um supercomputador que anda. É como “as pombinhas da Catrina”, é de quem o apanhar.

O Texas atirou-o ao ar e a Universidade do Minho apanhou-o, mas o Sr. Reitor da Unidade dos Açores diz que em abril do ano passado já estava determinado que esse supercomputador iria para a Universidade dos Açores.

Afinal, parece que era para ficar na Terceira, mas já não é. Afinal, se viesse, era para ir para São Miguel, mas o supercomputador, que é, digamos, o ponto de partida, de acordo com aquilo que nós temos compreendido da nublosa, que é o

AIR Center, para coligir dados, para trabalhar dados, afinal vai para a Universidade do Minho.

Mais!... A sede!... A sede do AIR Center será nos Açores.

Mas o que é a sede do AIR Center, Sr. Secretário Regional?

Agora temos uma sede de uma empresa que é tipo um offshore?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Código postal!

A Oradora: Mas o que é, é um código postal?

O que é a sede do AIR Center ficar na Terceira?

O que é que isso quer dizer em postos de trabalho, o que é que isso quer dizer em projetos, o que é que isso quer dizer em infraestruturas? E depois o Sr. Secretário Regional quer que nós levemos isto a sério?

Aliás, levamos tão a sério o AIR Center, como temos que levar o Observatório da Ilha do Faial, cuja resolução do Conselho de Ministros, por uma coincidência divina e mágica, acontece exatamente no dia em que nós começamos a debater nesta Casa o Plano e Orçamento. É coincidência, Sr. Secretário Regional? Não me parece que seja coincidência.

Como é que nós podemos levar a sério um Observatório dos Açores, implantado nos Açores, com os investigadores dos Açores, quando a Comissão instaladora para implementar o mesmo tem apenas um representante dos Açores nomeado pelo Governo Regional? Nem sequer é pela comunidade científica, é pelo Governo Regional e é um!

Como é que podemos levar a sério um Observatório que vai ser gerido, do ponto de vista logístico, administrativo, técnico e financeiro, pelo IPMA, o Instituto Português do Mar e Atmosfera?

O IPMA, Sr. Secretário Regional, caso não saiba, tem vindo a público notícias de que não tem dinheiro para pagar a meteorologistas na Ilha de Santa Maria.

Portanto, como é que um instituto que não tem dinheiro para pagar a meteorologistas vai gerir...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é assim! Seja verdadeira, Sra. Deputada!

A Oradora: ... o observatório que vai ficar sedado na Ilha do Faial?

Depois, cartas de despedimento!...

Sr. Secretário Regional, eu tenho aqui uma das cartas que os investigadores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que a senhora foi despedida!

A Oradora: ... do IMAR receberam. E a carta diz o seguinte, Sr. Secretário Regional (é estranho e eu pedia-lhe também esclarecimento):

“Como é do conhecimento de V. Exa., o contrato de trabalho...

Deputado André Bradford (PS): Mas quem enviou essa carta?

A Oradora: Diga, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (PS): Quem enviou essa carta?

A Oradora: Mas o senhor tem alguma coisa a ver com isso, Sr. Deputado?

Deputado André Bradford (PS): Não posso perguntar quem enviou a carta?!

Presidente: Srs. Deputados, por favor não entrem em diálogo.

A Oradora: O senhor tem alguma coisa a ver com isso?

Peço desculpa! Não tem nada a ver com isso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Deputado está interessado em arranjar emprego a quem vai ser despedido?

A Oradora: “Como é do conhecimento de V. Exa., o contrato de trabalho a termo resolutivo incerto em referência [o contrato de trabalho deste investigador] enquadrava-se no Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca nos Açores para o triénio 2014/2016, vigorando pelo prazo necessário para a sua execução com sujeição ao limite legal de cinco anos.

Sendo certo que o contrato de programa subscrito entre a Secretaria Regional dos Recursos Naturais da Região Autónoma dos Açores e o IMAR cessou, inexistindo igualmente contratualização com a entidade financiadora do

programa, por motivos que nos são alheios, não é, pois, possível a manutenção dos contratos de trabalho para além do triénio suprarreferido.”

O que é que isto quer dizer, Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia?

Dir-me-á o Sr. Secretário: ah, isso é um problema do IMAR, é um problema da Universidade, todos têm autonomia administrativa, financeira. Autonomia!...

Ninguém se quer intrometer na autonomia, mas nós temos toda a legitimidade de nos intrometermos na estratégia do Governo Regional para lidar com os seus parceiros, para exigir dos seus parceiros, para corrigir os seus parceiros e para lhes perguntar o que é que isto que aqui está quer exatamente dizer e qual é a gravidade do que está escrito nesta carta de despedimento?

Finalmente: lei do mar!

Ainda não ouvi dizer uma palavra sobre a lei do mar, Sr. Secretário Regional e a palavra que eu queria ouvir dizer em nome do Governo Regional é para quando a revisão desta lei?

Deputado André Bradford (PS): Para ingerir nos assuntos do IMAR! Para se gerir. Carta branca para gerir

A Oradora: Está prometida há dois anos que esta lei seria revista tão cedo o Partido Socialista fosse Governo na República. Já o é há dois anos.

Esta lei continua exatamente na mesma.

Para já ficaria por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas 32 minutos.

Presidente: Vamos então continuar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas 06 minutos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS)**: Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de iniciar a minha intervenção neste debate dizendo que hoje, às 17H36, será lançado da Guiana Francesa o Foguetão Ariane 5, com quatro satélites que integram a constelação, ou que integrarão a constelação Galileu.

A estação Galileu de Santa Maria, que é uma das quatro existentes no mundo, acompanhará este lançamento (para quem conhece a estação) numa fase crítica deste lançamento.

Desafio por isso o Sr. Deputado Luís Rendeiro, e a todos aqueles que não acreditam nas tecnologias, a acompanhar este lançamento online, porque ele existe online, para poderem acreditar que existem foguetões, para poderem acreditar que as tecnologias existem, para acreditarem que os Açores estão na vanguarda da tecnologia e são uma realidade nos Açores.

Vozes de alguns dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): *Very nice!*

A Oradora: Isto porquê? Porque o PSD já nos habituou...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pensei que fosse lançado da Ilha de Santa Maria, mas afinal é na Guiana Francesa!

A Oradora: Ainda é lançado na Guiana Francesa.

... ao seu ceticismo. O PSD nunca acredita em nada do que existe.

O PSD não acreditou na estação da ESA em Santa Maria. Ela existe, está instalada, já criou postos de trabalho, já foi ampliada.

Não acreditou também no Centro de Formação Aeronáutico dos Açores. Também não acreditou! Dizia que nunca iria ser uma realidade.

Ele existe, tem mais-valias económicas para a Ilha de Santa Maria e é reconhecido por todos os marienses.

Também não acredita agora no AIR Center.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O AIR Center existe?

A Oradora: Não estávamos à espera que acreditasse certamente.

Não acredita nada. São certamente os céticos do costume.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Minhas senhoras e meus senhores, Sras. e Srs. Deputados:

Reduzir a instalação do AIR Center à instalação de um computador é, no nosso entender, redutor.

É redutor, é puxar os Açores para baixo, é não conhecer a realidade dos Açores relativamente às tecnologias que existem na Região.

Para isso, Sras. e Srs. Deputados, não contem com o Partido Socialista. Não estamos aqui para pôr os Açores para baixo. Estamos aqui, sim, para pôr os Açores para cima.

Ignorar todos esses esforços, os esforços feitos desde há muitos anos, era então Ministro Mariano Gago e Secretário Regional, um Deputado desta Casa, é não conhecer a Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso, isso. Muito bem!

A Oradora: Ignorar que a estação da ESA existe em Santa Maria, que a estação Galileu existe em Santa Maria, e que dá uma projeção não só à Ilha, mas também aos Açores e a Portugal, é não conhecer os Açores.

Ignorar a integração nos Açores da Rede RAEGE, em que tem já uma estação em Santa Maria, com postos de trabalho, com pessoas de Santa Maria a trabalhar lá, ignorar que vai existir uma mesma estação na Ilha das Flores e que ajudará também a Ilha das Flores a criar mais postos de trabalho e a ter mais projeção nos Açores é não conhecer os Açores.

Ignorar a estação de climatologia da Graciosa e o impacto que tem em termos locais, em termos nacionais e em termos internacionais, é não conhecer os Açores.

Deputado Luís Maurício (PSD): E o computador?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Magalhães.

A Oradora: Ignorar a instalação já anunciada do Observatório que vai ser instalado aqui no Faial, ignorar a Antena de Perth que vai instalada em Santa Maria e que aumentará os serviços a prestar pela estação da ESA, o EUMETSAT, ignorar todas estas infraestruturas é, Sras. e Srs. Deputados, em nosso entender, não conhecer os Açores.

Todos esses serviços, todas essas infraestruturas, todos esses investimentos, fazem ou farão parte do AIR Center.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Serão rentabilizados, potenciados e permitirão que outros investimentos acontecerão, quer na Região, como logicamente em outras partes de Portugal, em outras partes do mundo, porque o AIR Center não é um projeto só dos Açores, não é um projeto só de Portugal. É um projeto internacional.

Também dizer que se não tivesse existido a visão do Partido Socialista desde há 10 anos a esta parte para apoiar, para promover e captar investimentos para os Açores nas áreas das tecnologias, não estaríamos hoje aqui a discutir o AIR Center, porque o Air Center existe, porque o Governo Regional dos Açores e os Governos do Partido Socialista tiveram essa visão estratégia de apoiar a instalação dessas infraestruturas nos Açores, porque se não existissem essas infraestruturas não estariam aqui os senhores com essa oportunidade de falar sobre o AIR Center.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): Não apoiado!

A Oradora: Dizer também que tal como ontem estaremos hoje aqui para projetar o futuro a bem dos Açores e dos açorianos.

Obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que neste momento devíamos esclarecer algumas questões relacionadas com estes projetos megalómanos tipo AIR Center, observatórios, etc., etc....

Não existe, Sr. Deputado Luís Rendeiro, um Açores Air Center,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nós sabemos, Sra. Deputada!

A Oradora: ... porque AIR, não quer dizer AR. AIR queria dizer inicialmente *Azores International Research Centre*.

Curiosamente, a palavra *Azores* desapareceu e agora chama-se ainda AIR, mas *Atlantic International Research Centre*.

Para nós, o desaparecimento da palavra *Azores* do tão falado AIR Center, indicia, de forma preocupante...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a falta de vontade política de que efetivamente o AIR Center venha para a Região.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já disse isso...

A Oradora: Mas aquilo que verdadeiramente preocupa neste momento o CDS é o silêncio ensurdecedor em relação ao Observatório do Mar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aprendam!

A Oradora: ... que foi prometido pelo Sr. Primeiro-Ministro aquando da visita em 2016 à Região que ficaria no Faial e o Sr. Secretário não venha causar confusões a dizer à Sra. Deputada Zuraida que uma coisa é Center, outra coisa é Observatório, outra coisa é outra coisa qualquer, porque o Sr. Secretário sabe exatamente do que é que estamos falando.

Enquanto que o AIR Center é um Centro de Investigação a nível internacional e que está na tutela do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Observatório do Mar está na tutela do Ministério do Mar e seria a componente de Portugal com que Portugal entraria no AIR Center, e em relação ao Observatório do Mar, que é aquilo (é, Sr. Secretário!) com que Portugal poderia concorrer ao AIR Center, deixou de se falar, não sei se por omissão se por estratégia.

Deputado André Bradford (PS): Não se sabia nada, mas afinal já se sabe muita coisa!

A Oradora: Portanto, pergunto-lhe: em relação a esta promessa, assumida pelo Primeiro-Ministro e reiterada pelo Sr. Presidente do Governo Regional, em que ponto está verdadeiramente a instalação do Observatório do Mar no Faial?

É porque já passaram quase dois anos e nunca mais se ouviu falar do assunto. Ou o Sr. Secretário está à espera que com o fim do IMAR se vá fazer o desmantelamento da comunidade científica que existe no Faial para depois começar a pensar no assunto?

Já agora, qual é a contribuição do Governo Regional para que a instalação do Observação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não vai ter tempo!

A Oradora: ... do Mar se dê efetivamente na Região?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas já agora devo-lhe dizer, Sr. Secretário, porque a ciência na Região, como o senhor bem sabe, ou até há muito pouco tempo sabia, está muito para além dos deslumbramentos megalómanos da propaganda socialista em relação à ciência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Portanto, devo-lhe perguntar, Sr. Secretário, voltou a reafirmar daquela tribuna que o Governo garantia uma regularidade ao financiamento da ciência na Região.

Pergunto-lhe por que é que desde 2015 não voltaram a abrir bolsas de doutoramento, quando o seu Governo se tinha comprometido que os concursos seriam anuais?

Deputado Luís Maurício (PSD): Em 2016. Bolsas...

A Oradora: Já agora pergunto-lhe se é verdade ou não, se confirma ou não, que o Programa para o financiamento de bolsas de doutoramento e pós-doc., do Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 estoirou, ou seja, se a Região já utilizou todos os fundos comunitários para o pagamento de bolsas?

Mais!... Quantos projetos já foram financiados com vista à tão falada transferência de conhecimento para as empresas?

Comprometeram-se! Criam criar um programa de financiamento especial para apoiar projetos de investigação nas empresas. Quantos foram criados e em eu empresas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero!

A Oradora: E quanto ao emprego qualificado que também era uma prioridade para a ciência deste novo Governo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Zero!

A Oradora: ... pergunto-lhe, quantos doutorados e quantos pós-doc., já foram efetivamente contratados por empresas regionais ao abrigo do sistema de incentivos à inovação empresarial?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Queremos respostas! Sr. Secretário, ninguém nasce aprendido.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer nenhuma viagem histórica até à Monarquia do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque ela levaria a dizer aquilo que eu já uma vez disse aqui nas palavras de Antero de Quental, nós atrasámo-nos em relação à Europa por falta de ciência. Curiosamente ele estava a falar da Monarquia e não de nenhuma República em particular, muito menos da nossa.

Mas queria passar para o início daquilo que é a ciência nos Açores, porque, Sras. e Srs. Deputados, não tenham dúvidas que isto começou com a primeira Direção Regional da Ciência, do Governo dos Açores que, em boa hora, introduziu as questões do conhecimento e do digital na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário da Ciência e Tecnologia tem a sua responsabilidade.

O Orador: Foi aí que isso começou, com efetivamente muitos projetos, postos de informação, de tecnologia de informação e de comunicação, com a digitalização da administração.

Foi exatamente nesse preciso momento, em que ninguém ainda sonhava que isso teria interesse, a não ser um Deputado na República (não era o computador Magalhães, mas era o Deputado Magalhães), que aqui nos Açores, pela Direção Regional de Ciência e Tecnologia, o Governo começou a abraçar essa causa.

Naturalmente que isso não interessava a nenhuma oposição, como não interessou a nenhuma oposição este tema até quase 2012.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Este assunto só começa a entrar na agenda política a partir dessa altura quando começam a perceber que de facto isto tem todos os pergaminhos e todo o contexto que foi aqui traçado numa intervenção inicial pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Mas deixem-me dizer que foi este Governo também que deu a dose certa da importância ao assunto, porque a Direção Regional da Ciência e Tecnologia evoluiu para outras competências e houve também outra evolução transformando mesmo a Secretaria, que eu tive o gosto de ter responsabilidades nessa matéria, da Ciência, Tecnologia e dos Equipamentos, e agora do Mar, da Ciência e Tecnologia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Umas saudadezinhas!

O Orador: Portanto, há aqui uma evolução do Governo do PS que demonstra que foi o primeiro a estar presente na Agenda do Conhecimento e da Tecnologia. Portanto, entendamo-nos nesta matéria.

Esta breve viagem histórica é para dizer também que nós quando falamos (e já ouvi falar aqui muito) de estratégia, nós temos um conceito preciso para isso. Nós não utilizamos o conceito etimológico da estratégia militar dos séc. XVII, XVIII ou XIX, nem utilizamos essa estratégia que dá pelo nome,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É o RIS3!

O Orador: ... como nós vemos às vezes aqui, de tática, que é uma coisa pormenorizada, detalhada.

A estratégia é uma coisa mais flexível. E o Governo tem ou não estratégia?

Bom... Nós achamos que sim, por várias razões. Quem não tem estratégia, provavelmente é quem aborda estes temas com intervenções avulsas ao longo do tempo, que é isso que nós temos visto.

Por mais respeito que eu tenha, e tenho, pela Sra. Deputada Zuraída Soares, em termos intelectuais, eu devo dizer que não é conhecido grande pensamento do Bloco de Esquerda acerca da ciência e tecnologia.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso não vai dar certo!

O Orador: O pensamento que nós conhecemos do Bloco de Esquerda em matéria de ciência e tecnologia é um pouco, ou são as suas intervenções aqui,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já estás a levar Zuraída.

O Orador: ... parcelares, em relação a alguns assuntos, mas eu tive o cuidado de ir ver o “Esquerda.net” e também o site do Bloco de Esquerda e a única coisa que eu vi foi o manifesto eleitoral...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qual foi?

O Orador: ... de 2015 onde curiosamente fala em coisas que estão feitas pelo Governo:

- a criação do Centro Internacional de Investigação do Mar e das Alterações Climáticas,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Onde? Onde é que ele está?

O Orador: ... sediado na Ilha do Faial, que possa contribuir para a investigação;

- valorizar o papel do mar.

Tudo generalidades que têm aqui neste manifesto eleitoral e que essas, sim, não correspondem, a nenhuma estratégia. Isso é muito diferente do programa do Governo que foi aprovado aqui e que apresenta um rumo naturalmente também com os investimentos que são feitos em cada um dos Planos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Por isso devo dizer no âmbito deste debate que o Governo Regional e o Partido Socialista não vai falar naturalmente naquilo que já foi dito aqui pela Sra. Deputada Bárbara Chaves, desde a ESA até à Rede Atlântica

Geodinâmica Espaciais. Já abordámos isso, da Rede Prestige, dos Projetos de Climatologia na Graciosa...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não se esqueça da NASA!

O Orador: ... do *Atmospheric Radiation Measurement*, ou do *SuperDarn*.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é muito avançado.

O Orador: Nós não vamos naturalmente enveredar porque já está feito, mas como nós dissemos ainda há poucas semanas é verdade que este Governo (e se isto não é estratégia, não é sei qual é que é a vossa?) apresenta a segunda fase do programa Estratégia para o Ambiente Marinho, Açores PM2, que obedece à iniciativa Quadro Comunitário.

Tem como grande preocupação o acompanhamento e a vigilância da Região nas questões do Ordenamento do Espaço Marítimo, o funcionamento da Escola do Mar, o crescimento em investimento de vários programas do sistema científico e tecnológico e regional.

A este propósito devo dizer também que de 2012 a 2016 o total de investimento em bolsas e em complementos é da ordem dos 7,8 milhões de euros.

Portanto, não sei por que é que não há estratégia, o que é que é mais do que aplicar os objetivos do Programa do Governo em Bolsas de Doutoramento, como já foi dito aqui, e pós-doutoramento, são superiores àquelas que são dadas pela Fundação da Ciência, Tecnologia e da FCT.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Desde 2015 que não há bolsas de doutoramento!

O Orador: Como é que isto não tem importância, apoiar os centos de investigação?

Como é que não tem importância apoiar no Plano de 2018 a Universidade dos Açores em mais de 6 milhões de euros em várias Secretarias?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas está a brincar?

O Orador: Como é que não tem importância a posição do Governo dos Açores em não se imiscuir na autonomia da Universidade dos Açores, quando parece que aqui, às vezes, era útil que nós pudéssemos ser os mandantes ou mandatários da Universidade dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não existe

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Das outras vezes tínhamos que ser os respeitadores da sua autonomia, porque, Sras. e Srs. Deputados, para nós a Universidade dos Açores é importante e os Açores contam com ela, mas os Açores não são a Universidade dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os Açores são mais do que a Universidade dos Açores e é por isso que nós entendemos que o que se passa na Universidade dos Açores cabe-lhe também.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Onde? Só no papel.

O Orador: É preciso também aqui clarificar outra coisa: é que esta questão do IMAR que é importante, tem sido assumida com ponderação pelo Governo dos Açores, mas é preciso voltar a repetir aqui: essa é uma decisão da Universidade dos Açores, da sua Autonomia, do Conselho Geral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conselho socialista!

O Orador: Portanto, não se vire o jogo ao contrário,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque não foi o Governo dos Açores que deu o primeiro passo para a eventual extinção do IMAR. Isso tem outras causas que até podem ser legítimas no quadro da política de ciência da Universidade dos Açores.

O que nós estamos a fazer, e naturalmente acreditamos, que muitos partidos da oposição têm essa preocupação, é como fazer essa transição sem prejudicar os quadros qualificados da Universidade dos Açores e é isso que é bom senso e sensatez nesta fase transitória. É isso que o Governo está a fazer, é isso que nós também continuaremos a apoiar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E responder àquelas perguntinhas da Deputada Zuraida!

O Orador: Por isso queria dizer que este debate é importante pelo seu tema, mas se mostra alguns buracos negros é daqueles que efetivamente, mostrando que queriam ter uma estratégia científica e tecnológica para a Região, demonstram com algumas bravatas e políticas que são avulsas, que nós temos visto aqui algumas situações, ou então provavelmente gostariam de repetir o último encontro que o Bloco de Esquerda fez da Universidade do Porto, subordinado ao tema do Conhecimento e que agora teria alguma propriedade nesta sessão plenária.

Mas acreditamos que para além da espuma que estes assuntos têm sido considerados aqui com alguma falta de ligação, nós não percebemos, por exemplo, como é que na intervenção a Sra. Deputada Zuraida acha que toda a investigação não tem que ser aplicada, tem que haver só conhecimento.

Isso é uma dicotomia do séc. XIX entre a investigação aplicada e a investigação fundamental.

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu disse isso? Uma coisa é uma coisa e outra coisa é outra coisa. Nada tem a ver!

O Orador: Nós aplicamos os dinheiros públicos em investigação aplicada, que é o que se faz no mundo atual e isso não tem nada a ver com o conceito que eu vim aqui tentar exprimir.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não existe!

O Orador: Por isso o Governo dos Açores, na vigência deste Quadro Comunitário, dos investimentos que estão em curso, do Apoio que dá à Universidade dos Açores, às Bolsas de Doutoramento, com a estratégia que tem para os Parques de Ciência e Tecnologia, tem sim uma estratégia e este debate demonstra que a estratégia de alguma oposição é trazer as coisas avulso a esta Casa para dizer exatamente o contrário.

Não concordamos e discordamos exatamente por esses fundamentos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo deste debate foram várias as referências, e nos últimos meses, a vários centros de investigação a serem criados nos Açores, e não é nas páginas do “Esquerda.net” que se lê, é nas páginas dos jornais que por aí andam.

É claro também que estes centros até agora não saíram disso mesmo, do papel. São um “inconseguinto”, até agora. Não passam daquilo que está no papel.

No entanto, há iniciativas claras e propostas claras do Governo da República.

A Sra. Ministra do Mar apresentava no ano passado, no Atlantic Council, um grupo de reflexão, as potencialidades da exploração do mar aos Estados Unidos. Nessa apresentação a Sra. Ministra referiu-se fundamentalmente à questão do abastecimento do gás natural liquefeito, da energia das ondas e à mineração do mar profundo, apontando os Açores como um dos principais locais no mundo...

Deputada Zuraida Soares (BE): Para minerar!

O Orador: ... com maior potencialidade de exploração desse mar.

Ou seja, antes sequer de estar implementado o tal Observatório do Mar, que terá nas suas competências, ou teria nas suas competência e na sua atividade, a investigação do mar profundo e das suas potencialidade, mas também dos riscos associados a essa exploração,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: ... antes mesmo disto já estamos a vender aquilo que não conhecemos sequer exatamente que lá existe.

Deputada Zuraida Soares (BE): Vender barato.

O Orador: Ou seja, se assim é, Sr. Secretário, não será o Observatório do Atlântico isso mesmo, um mero observatório que irá observar ao longe as riquezas e o potencial que está no nosso mar e que será explorado por entidades que não controlaremos e que não teremos sequer os meios e a capacidade de observar nem sequer ao longe.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Participo neste debate não para falar do AIR Center, não para falar do Observatório do Atlântico (havia muito para dizer sobre essas questões), mas participo neste debate para falar de pessoas, falar de despedimentos, porque se tem feito passar a mensagem e a ideia há muito tempo que os despedimentos que aconteceram no IMAR estão relacionados com a decisão do eventual encerramento do IMAR anunciado pela Universidade dos Açores.

Ora, isto não corresponde à verdade. São duas coisas absolutamente diferentes.

Os despedimentos que aconteceram no IMAR acontecem, em primeiro lugar, e eu já explico porquê, mas quero dizê-lo frontalmente, por teimosia do Governo Regional e por teimosia do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Ah, pois claro! Ora aí é que está!

Deputado André Bradford (*PS*): Sim, sim... Isso é demagogia.

O Orador: O Governo Regional tem-se recusado a assinar com o IMAR um protocolo, um contrato-programa que havia assinado...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Isso não é verdade!

O Orador: ... ao longo de todos esses anos e que terminou em 2016.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O Sr. Deputado sabe que não é verdade!

O Orador: O IMAR tem pedido esse protocolo para formalizar a cooperação que tem com o Governo Regional no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Isso não é verdade!

O Orador: ... cooperação, aliás, que visa responder às obrigações da Região nesta matéria.

Portanto, Sr. Secretário, o senhor não pode ir àquela tribuna anunciar que fica perplexo com esta decisão do IMAR.

Diz o Governo que o IMAR passou a ter a possibilidade de aceder a esses fundos diretamente, porque figura na portaria nacional esses fundos do FEAMP.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Ora aí está!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Porque?

O Orador: Mas, os serviços jurídicos do IMAR e os serviços financeiros querem algo de palpável para formalizar esta cooperação. Dizem que não basta essa portaria.

Diz que precisa um documento para formalizar essa parceria, pois entende que não pode andar um ano a contratar pessoal, a pagar salários, a efetuar despesa, sem ter qualquer tipo de garantia de que essas despesas serão elegíveis no Fundo Europeu dos Assuntos do Mar e das Pescas.

Portanto, no fundo, o IMAR, o que pedia ao Governo Regional, e pediu durante o ano de 2017, era uma formalização desta cooperação, aliás, o que sempre o Governo fez ao longo dos anos.

Essa questão, Sr. Secretário Regional, teria sido resolvida se tivesse havido boa vontade, o que não houve, da parte do Governo Regional, pelo contrário, houve má vontade do Governo Regional e o senhor sabe muito bem como é que essas coisas funcionam.

O senhor quando esteve no DOP e foi também responsável por este Programa sabe muito bem como é que essas coisas funcionam, as garantias que ao IMAR precisa para contratar pessoas, para efetuar despesas e o senhor sempre se negou, ao longo de 2017, a assinar esse protocolo, esse contrato-programa com o IMAR.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Isso não é verdade!

Deputado André Bradford (*PS*): Só falta fazer um elogio ao Presidente do IMAR!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado José Contente, não querer virar o jogo, é querer dizer a verdade...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e dizer quais são as responsabilidades neste processo do Governo Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E o que fez o Governo?

O Governo esticou a corda e sem essa garantia e sem essa formalização desta cooperação e desta parceria, o IMAR, perante o fim dos contratos do pessoal afetos ao Programa Nacional de Recolha de Dados (sem essa garantia, o que é que fez o IMAR?), rescindiu os contratos, o que quer dizer que o IMAR não teria rescindido esses contratos se o Governo tivesse encontrado uma forma legal e administrativa para formalizar esta parceria e esta cooperação com o IMAR.

O Governo esticou a corda, deixou que o Presidente do IMAR, ex-Secretário Regional do Governo Socialista, ex-líder parlamentar desse grupo parlamentar, ficasse mal perante os colaboradores do DOP e perante a opinião pública (sabe-se lá porquê), para depois, Sr. Secretário, o senhor aparecer como o salvador.

O senhor deixa o IMAR e a sua direção ficar mal,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): A ficar mal!

O Orador: ... obriga o IMAR porque se recusa a estabelecer uma parceria com o IMAR e a formalizar essa cooperação, obriga o IMAR a rescindir os contratos e depois aparece como salvador a dizer “o Governo vai resolver a situação”, uma situação que se tivesse havido boa vontade, se tivesse havido diálogo, se tivesse havido vontade política, este problema poderia ter sido evitado.

Portanto, a conclusão (e isto tem que ficar claro) é: aconteceram despedimentos no IMAR.

Em primeiro lugar, o responsável por esses despedimentos é o Governo Regional dos Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Pois claro!

Deputado André Bradford (*PS*): Dá jeito!

O Orador: ... porque foi teimoso, porque não mostrou boa vontade para resolver esse problema, e essa teimosia e essa falta de boa vontade afetou pessoas, Sr. Secretário, despediu pessoas, afetou a sua vida profissional e a sua vida familiar.

Portanto, entendam-se e as vossas brigas não podem afetar as pessoas, a sua vida profissional e a sua estabilidade familiar. Entendam-se!...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar pela última intervenção e dizer que lamento profundamente o tom e as inverdades que o Sr. Deputado acaba de trazer para esta Assembleia.

Vou dizer-lhe porquê?

Eu reuni várias vezes com o Sr. Diretor do IMAR, a 14-12-2016, sobre o Programa de Recolha de Dados.

Tivemos uma outra reunião a 30-05-2017, tivemos uma outra reunião a 19-10-2017...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Tiveram uma a semana passada!

O Orador: ...e tive uma a semana passada, para chamar a atenção do IMAR sobre qual o andamento do Programa de Recolha de Dados e qual era o andamento dos reembolsos que o IMAR tinha que ir conseguir buscar.

Essas reuniões aconteceram nesse tom. Aliás, nós nunca fizemos finca-pé de não assinar nenhum protocolo, porque o protocolo que havia anteriormente foi um protocolo em que nós adiantámos dinheiro para que o IMAR pudesse executar, porque o Plano de Recolha de Dados, como sabe, era no âmbito do Mar 2020, e só entrou em funcionamento, os seus regulamentos, com tudo, em meados de 2016. E nós, o Governo Regional, apoiámos o IMAR antecipadamente para que eles conseguissem executar. Portanto, a primeira parte da sua intervenção é falsa.

Em relação ao protocolo que o senhor diz que nós teimámos em não assinar com o IMAR, Sr. Deputado, sendo o IMAR, neste novo figurino do Programa de Recolha de Dados, e que está definido e portaria nacional, o único beneficiário direto do Programa de Recolha de Dados, não pode haver duplo financiamento.

O Governo Regional, a assinar um documento com o IMAR, só poderia ser um protocolo a dizer que o Governo reconhece com o IMAR uma garantia, mas sem qualquer fundo, mas isso nunca foi posto em cima da mesa, nem pelo Sr. Presidente do IMAR, nem por ninguém, porque era uma coisa que na portaria nacional o IMAR está como o único beneficiário de um Programa de Recolha de Dados nos Açores.

Ora, se isto não é suficiente para o Sr. Presidente do IMAR, em que consta numa portaria que ele é o único beneficiário, que ele é que vai buscar o dinheiro (se isto não é suficiente para o Sr. Presidente do IMAR), pronto, é uma opinião que ele tem, certamente abalizada pelos juristas que ele tem. Esse não é o entendimento do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não sabe quem é?

Deputado Luís Garcia (PSD): E a Secretaria não tinha como resolver essa questão?

O Orador: De qualquer maneira, em relação a isto, também lhe posso dizer o seguinte:

Não é o entendimento legal que nós temos sobre este assunto, aliás, a própria Autoridade de Gestão Nacional também não compreende porque é que isso acontece assim.

Posso dizer-lhe o seguinte:

Neste momento o IMAR irá submeter a candidatura para o novo período de financiamento.

Como eu disse, nós, a cada momento, vamos aferir se o IMAR terá condições ou não de implementar este projeto.

Há aqui questões que são situações laborais, que nos ultrapassam, entre o IMAR e os seus trabalhadores, mas eu tenho a coragem de olhar para aquelas pessoas que estão ali em cima na bancada e de falar diretamente para elas...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ohhh!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Não pode!

O Orador: ... porque tenha a coragem de o fazer, porque são elas as pessoas neste momento afetadas por este programa.

Em relação à concretização deste programa, o que é que é necessário fazer e que já o fizemos há cerca de um mês e tal?

Pedimos uma alteração da portaria nacional para que as tarefas que são feitas pelo IMAR possam também ser executadas pela Direção Regional das Pescas, que já é um beneficiário também deste programa e também já tem experiência neste Programa.

Portanto, é possível que a Direção Regional das Pescas execute este programa e era isto, Sr. Deputado Rui Martins (já agora também lhe respondo a si)...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Alteração da portaria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem várias respostas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pois claro que tem.

O Orador: ... era este o Plano B que nós temos e a alteração da portaria será o mais breve possível.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Será em janeiro?

O Orador: Entretanto, terá que haver também o reembolso que o IMAR só conseguiu fazer há cerca de dois meses, se não me engano. Portanto, o IMAR vai receber esses reembolsos.

Portanto, até por aí poderia continuar com os contratos eventualmente que diz não poder, mas isso é uma matéria do IMAR e não tem nada a ver com o Governo Regional em matérias laborais. O Governo Regional aí não se mete.

Em relação ao supercomputador e já se falou aqui tanto deste supercomputador, havia um articulista, aliás que a Sra. Deputada do Bloco de Esquerda deve conhecer, que é o senhor Rui Tavares, que escreve no “Público”, em que ele tinha uma crónica muito interessante em que o título era: “A tolémica”.

Tudo o que anda à volta deste supercomputador é uma verdadeira “tolémica”, em que ele desdobrava a palavra “tolémica” no sentido em que era uma polémica gerada por uma coisa tola.

Deputado Luís Maurício (PSD): O senhor está a chamar tolo ao Reitor da Universidade?

O Orador: É o que se passa com esta coisa do supercomputador.

Deputado Paulo Parece (PSD): É uma coisa tola!

O Orador: O supercomputador, e ficamos muito agradados, que a universidade tenha vindo a público dizer que estava interessada num centro de computação, etc.. Ainda bem! Ainda bem que o tem.

Agora este processo era um processo que já vinha de trás, não é um processo que o Governo Regional tenha qualquer interferência.

É um projeto que integra uma opção política do Governo da República de colocar vários nós de supercomputação no país. Era um acordo que existia entre a FCT, a Universidade do Minho e a Universidade do Texas.

A Universidade do Minho, apesar do senhor dizer o contrário, nós temos outras informações, de facto, é uma das Universidades do país que tem capacidades nessa matéria. Portanto, eu não vim aqui mentir nada.

Aliás, o tom com que o senhor coloca isso, de acusação pessoal, não lhe fica bem. Eu não vim aqui mentir...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Fica-lhe bem falar em tolices!

O Orador: ... porque eu não tinha, nem nunca chegou qualquer vontade da Universidade dos Açores à Secretaria Regional. Não teria que haver, porque a tutela deste assunto é do Ministério da Ciência e da FCT.

Portanto, nunca houve nenhuma demonstração de vontade nesse sentido.

Mas digo-lhe mais: um supercomputador com estas características é uma máquina complexa que é preciso pessoas que saibam mexer nesta tecnologia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: E mais!... Esta tecnologia vai servir o país todo. O supercomputador é um nó da supercomputação nacional, que vai ser instalado na Universidade do Minho...

Deputado Duarte Freitas (PSD): É puxar a Universidade dos Açores para baixo!

O Orador: ... e vai permitir que todas as universidades utilizem aquela infraestrutura.

Portanto, a Universidade dos Açores está em pé de igualdade com todas as universidades deste país para utilizar o supercomputador, mesmo à distância se o quiser.

Quanto à questão do encerramento do IMAR, que eu já disse que foi uma afirmação, penso eu, extemporânea, de quem a fez, tenho aqui um artigo do “Incentivo”, em que diz “Reitor da Universidade dos Açores desconhece projeto para o encerramento do IMAR”.

Portanto, se o Reitor desconhecia eu também desconhecia. Aliás, ele vem clarificar o que é que se passava com essa questão, quem encerra ou quem quer sair ou não do IMAR, são os seus sócios, neste caso, os Reitores das Universidades.

Em relação à antena velha que vem. Sr. Deputado, eu não sou perito em antenas, mas se especialistas da ESA acham que a antena que veio da Austrália tem condições para funcionar e será uma mais-valia em termos dos serviços que a ESA pode prestar e para os projetos que a ESA está a desenvolver, eles são especialistas. Eu julgo que o Sr. Deputado Luís Rendeiro não é especialista nesta matéria.

Se a ESA diz que sim, e se a Edisoft também diz que é uma antena que vai dar um *upgrade* e vai potenciar muitíssimo mais os serviços que são feitos em Santa Maria, Sr. Deputado, está tudo dito, penso eu, nesse aspeto.

São muitas questões, eu corro o risco de me esquecer de algumas, mas há aqui uma outra questão.

Em relação ao emprego científico eu gostava de clarificar. O emprego científico, como eu disse na minha intervenção, nós temos elencado, naquilo que são projetos de investigação, a obrigatoriedade desses projetos incluírem contratos com pessoas, técnicos de investigação e, neste caso, no próximo programa, doutorados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Um!

O Orador: Em relação a isso, também devo dizer o seguinte:

Como sabe, existe uma lei nacional que é muito recente, que tem a ver com o emprego científico de pessoas que estavam há muito tempo com bolsas etc. e que ao abrigo de uma integração geral que vai haver de funcionários na função pública, muitos dos investigadores que, penso eu, estão a avaliar a sua posição dentro daquilo que será o enquadramento nessa lei, e poderão ser integrados nas universidades.

Ora, se nós falamos que as universidades necessitam de ser rejuvenescidas, se falamos que é preciso sangue novo nas universidades, que existe um envelhecimento, e todos nós reconhecemos isso, pois as universidades têm agora aqui também a nível nacional uma lei (e a Universidade dos Açores é da tutela nacional) a que se pode agarrar para contratar investigadores e assim, digamos, aumentar a sua massa crítica e rejuvenescer a sua massa crítica. Está em pé de igualdade com todas as outras universidades.

Em relação à participação também da Universidade do Açores no AIR Center, eu devo dizer que a Universidade dos Açores tem participado e eu, pelo menos, enquanto não governante, participei, e muitos investigadores da Universidade dos Açores participaram em vários workshops que têm havido em relação a este projeto do AIR Center.

Portanto, quanto ao envolvimento, as pessoas são livres de se envolverem naquilo que querem, mas a Universidade dos Açores mais uma vez tem estado em pé de igualdade com todas as Universidades e os investigadores da Universidade e dos seus centros têm estado em pé de igualdade de participarem e de influenciarem, inclusive alguns investigadores da Universidade dos Açores contribuíram para o próprio “*white paper*”, aquilo que define o conteúdo programático do que virá a ser o AIR Center.

Em relação às questões do Observatório, do Centro Internacional de Ciências do Mar, Sra. Deputada Graça Silveira, que eu saiba, antigamente o CDS só se chamava

CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sempre foi.

O Orador: Agora, mais recentemente, é CDS-PP.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está desatualizado.

O Orador: Ou seja, não é uma questão de nomes. Não é uma questão de nomes que provavelmente tira o conteúdo programático e ideológico do CDS.

Eu penso que o conteúdo programático e ideológico do CDS continua, pois o princípio programático e o conteúdo programático do Observatório do Mar ou do Centro de Ciências do Mar, como queiramos chamar, agora é Observatório do Atlântico, terá o mesmo objetivo.

O objetivo de ser um centro que estude o mar profundo, o mar aberto, as ciências do mar, que atraia investigadores, que atraia centros de investigação, que atraia mais competências para a Região no aproveitamento cabal que nós temos...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Eu perguntei em que ponto e que está a investigação!

O Orador: ... e na potencialidade que os Açores têm na investigação marinha.

O estado em que ele está é, neste momento, tanto o AIR Center, como o Observatório,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São duas coisas diferentes! Não as ponha no mesmo saco! Em que ponto esta o Observatório do Mar?

O Orador: ... são duas comissões instaladoras que foram criadas, e que vão ser criadas, para definirem aquilo que é o financiamento, o funcionamento, etc..

Ninguém pode neste momento... É essa a função das comissões instaladoras, é pensarem como é que estas coisas podem funcionar, qual é o seu programa, qual é o seu tipo de financiamento, etc.. Seja o tempo que for. Mais vale tarde do que nunca.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Há dois anos!

O Orador: Agora, o Observatório do Atlântico já está definido que vai avançar, que é na Horta, que vai ter uma Comissão instaladora, já está em resolução do Conselho de Ministros.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Perguntei-lhe qual era a sala? A salinha?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual é a sala? É do Teatro Faialense?

O Orador: Em relação a algumas das observações que foram feitas aqui em relação ao Okeanos e a esses outros centros, julgo que na CAPAT tentei explicar o que é que se passava.

Na minha opinião, oxalá que o Okeanos tenha sucesso, porque disso também depende muito da ciência, mas não só da ciência que a Universidade dos Açores fará na ciência do mar, em termos do financiamento que pode vir da FCT para este Okeanos, mas outra coisa que também é importante, como instituição de acolhimento que passará a ser, de bolseiros de investigação e de projetos de investigação, que são critérios que estão sempre na base das avaliações dos bolseiros e dos projetos de investigação, que é a qualidade das instituições de acolhimento, eu faço votos para que o Okeanos consiga essa reconhecimento...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já não tem tempo?

O Orador: ... e que consiga ter uma boa classificação para ter um financiamento plurianual que merece.

Vou ter que terminar por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário. O Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já cumpriram o objetivo! Não têm tempo para responder à oposição.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que não percebi a referência inusitada do Sr. Deputado José Contente à questão da Monarquia e da República no contexto da investigação científica. Mas, Sr. Deputado, se quer que eu lhe diga que a investigação científica é mais importante em países como a monarquia inglesa, a norueguesa, ou a sueca ou a holandesa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe muito!

O Orador: ... do que por exemplo na República da Bolívia, eu posso dizer-lhe isso.

Deputado Francisco César (PS): Arábia Saudita é um grande exemplo.

O Orador: Mas também posso dizer-lhe que considero a observação de V. Exa. uma infelicidade, tendo em conta que estamos numa Região que tem, por exemplo, o Banco Princesa Alice.

Também posso dizer-lhe que a sua referência com uma figura que foi tão importante para a Oceanografia, como o Príncipe Alberto do Mónaco, reforça essa infelicidade. Também posso dizer-lhe que também reforça essa infelicidade Portugal ter tido um Rei que teve uma importância tão importante na Oceanografia como o Rei D. Carlos.

Deputado André Bradford (PS): Uma importância tão importante.

O Orador: Mas resolvida esta questão do ponto de vista da questão de regime, em que, como lhe demonstrei, a monarquia fica a ganhar, vou à questão fundamental que é aquela em que os Açores estão a perder.

Eu quero reforçar aquilo que disse no início da minha intervenção. Eu estou a ver os investigadores nos Açores, profundamente dececionados com o papel que este Governo lhes está a incumbir no âmbito da ciência, que é, no fundo, recolher dados, recolher dados para os outros. Esta é a vossa estratégia. A vossa estratégia é criar as condições para que os investigadores nos Açores recolham dados para multinacionais, para outros países com interesses muito específicos

que depois podem transformar esse conhecimento em desenvolvimento económico...

Deputada Zuraída Soares (BE): Nos seus países.

O Orador: ... e em interesses económicos nos seus países.

Portanto, transformar os nossos investigadores em gente que pura e simplesmente recolhe dados para os outros, eu não acho que seja uma grande estratégia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Também quero dizer-lhes que, em relação ao IMAR, o que o Sr. Secretário acabou de referenciar... O senhor contou toda a história.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sabe muito.

O Orador: Contou toda a história em relação ao IMAR, que é, o senhor comportou-se e o seu Governo, como “Pilatos”, “lavou as suas mãos”.

As consequências que aqui estão... O que está a acontecer em relação ao IMAR podia ou não podia ter sido evitado se o Governo tivesse tido a intervenção que tinha que ter no período em que o deveria ter desenvolvido?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não respondeu!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Tive várias reuniões Sr. Deputado. Várias reuniões.

O Orador: A verdade é que o Sr. Secretário, na fase crucial em que deveria ter tido uma intervenção não fez nada (não fez nada!). Foi negligência absoluta!

Eu até acho que não foi negligência, eu acho até que foi propositado da vossa parte esse comportamento que tiveram em relação ao IMAR.

Termino dizendo o seguinte: o que este Governo nos deixa é, de facto, uma Região que em relação à grande matéria prima do séc. XXI, que são os dados, a Região Autónoma dos Açores está a ficar numa situação da região colonizada, em que nos estão a deixar completamente submetidos e sem qualquer visão estratégica a médio prazo e a longo prazo para os Açores.

Os senhores estão a deixar-nos é numa situação de dependência em relação aos outros.

Este é que é o vosso património nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra para uma interpelação à Mesa. Tem a palavra, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas isso é necessário porquê?

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Uma interpelação à Mesa.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve interpelação para dar uma informação à câmara. Nós estamos a fazer este debate de urgência depois do Sr. Secretário ter estado também cerca de uma hora e meia na CAPAT a discutir esse assunto e o Bloco de Esquerda, legitimamente, entendeu que deveria prolongar esse debate aqui nesta interpelação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, não há tempo! Truques destes!...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Está a transformar a interpelação em intervenção!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário Regional vai interpelar a Mesa, naturalmente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é então a interpelação à Mesa?

Presidente: Sr. Secretário Regional...

O Orador: Para informar a câmara que, tendo em conta que o Governo deixou de ter tempo, já gastou o seu tempo, o Sr. Secretário está obviamente disponível para voltar à Comissão Parlamentar para, caso os partidos que lá estão assim entendam, continuar a esclarecer as dúvidas que tem para colocar ao Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu queria manifestar desde já a disponibilidade do Grupo Parlamentar do PSD para ceder três minutos do seu tempo para o Sr. Secretário Regional dar as respostas que tiver que dar a esta câmara, porque há muitas perguntas que ficaram por responder, e outras certamente que ainda estão por fazer, porque os grupos parlamentares têm tempo, e é o Governo que sistematicamente esgota o seu tempo da tribuna, com declarações e proclamações, em vez de responder às questões que os Deputados dos vários partidos lhe colocam nesta Casa.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, Sr. Secretário, o senhor está a ficar useiro e vezeiro em fazer considerações acerca do interesse e importância das questões aqui colocadas pelos Deputados e do conhecimento, ou da ignorância, dos mesmos relativamente aos temas.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, o senhor está a ficar useiro e vezeiro em fazer considerações acerca do interesse e importância das questões aqui colocadas pelos Deputados e do conhecimento ou da ignorância dos mesmos relativamente aos temas.

Devo desde já dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do PSD não lhe reconhece nenhuma autoridade para classificar de tolices ou de outra coisa qualquer os

assuntos que os Deputados trazem a esta Casa aos quais o senhor tem a obrigação de dar respostas com verdade (com verdade!).

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Vasco Costa (PS): Não! O senhor tem a obrigação de fazer perguntas com verdade!

Deputado André Bradford (PS): Diz o senhor, que chamou de mentiroso.

O Orador: Eu não quero que a minha intervenção interrompa os apartes dos Srs. Deputados do Partido Socialista.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: O que me traz às questões que queria colocar e que tem a ver com a verdade.

Na visita do embaixador dos Estados Unidos à Região em abril, o Sr. Embaixador, que se chama Robert Sherman, fez questão de sublinhar a constituição de um AIR Center nos Açores, uma iniciativa integrada na mitigação dos efeitos da redução nas Lajes, e na qual adiantou, “os Estados Unidos se têm empenhado”, envolvendo, por exemplo, alguns dos seus serviços e agências, destacando o caso da NASA.

Portanto, o AIR Center existe e existe com o empenho dos Estados Unidos pela mitigação do contingente americano na Base das Lajes e nós não podemos ter um Governo e um Partido Socialista com duas caras, em que quando as coisas correm bem vêm os Deputados do Partido Socialista, como fez a Deputada Bárbara Chaves, e o Deputado José Contente, anunciar que é tudo graças à intervenção do Governo Regional,...

Deputada Bárbara Chaves (PS): E é!

O Orador: ... e quando correm mal, nomeadamente na perda de um investimento concreto e gerador de emprego e de conhecimento, como o supercomputador que não fica na Região e a Região é que tinha que beneficiar do AIR Center e vai para a Universidade do Minho, dizer que tem a ver com FCT, com o Governo da República, com a Universidade do Minho, e não tem nada a ver com a Região.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Outra vez o supercomputador.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois, Sr. Secretário Regional, o Reitor da Universidade dos Açores desmentiu as suas afirmações no debate do Plano e Orçamento.

O comunicado do GaCS, que é o Gabinete de propaganda do Governo, desmentiu o que diz o Reitor.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O senhor ouviu a minha resposta!

O Orador: Portanto, nós temos que nos entender.

Os dois não dizem a mesma coisa.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O senhor recebeu a minha resposta.

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, não tendo tempo, pode abanar com a cabeça, dizendo que sim ou dizendo que não.

O senhor não reconhece que mentiu. Mentiu o Reitor?!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Não tem que deturpar o que os outros dizem.

O Orador: É porque as declarações versadas também na nota do GaCS dizem: “A Universidade dos Açores tem estado envolvida no processo do AIR Center, tal como o Governo dos Açores”. O Reitor desmente.

Depois diz que esta questão do supercomputador não tem nada a ver com Governo Regional, mas os Deputados do PS dizem que o AIR Center tem tudo a ver com o Governo Regional.

Deputado André Bradford (PS): Vamos chamar o Reitor à Comissão.

O Orador: Depois diz que o Governo não rececionou nenhuma manifestação de interesse por parte da Academia Açoriana em acolher o supercomputador.

O Reitor diz que não é assim e que já tinha havido contactos e conversas entre a Universidade dos Açores e o Governo Regional, da qual esse Reitor, noutros tempos, fez parte.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Nunca recebi nada.

O Orador: E a seguir o comunicado do GaCS diz que a Universidade dos Açores não tem capacidades instaladas quanto à investigação científica no domínio da supercomputação e nós hoje sabemos que a Universidade do Minho também não tinha,...

Deputado Luís Maurício (PSD): Afinal quem é que mentiu: foi o senhor ou o senhor Reitor?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Eu percebo a manobra.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... está a começar a desenvolvê-las a partir do momento em que lhe foi atribuído e anunciado o supercomputador para lá.

Portanto, Sr. Secretário Regional, é importante clarificar e debater com verdade e o que o PSD quer é colocar as questões e obter as respostas também com a verdade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de interrompermos para o almoço o Sr. Secretário da Mesa vai informar os tempos restantes.

Secretário: Os tempos são os seguintes:

O Governo Regional esgotou o seu tempo;

O PS dispõe de 5 minutos e 13 segundos;

O PSD de 4 minutos;

O CDS/PP de 6 minutos e 56 segundos;

O BE de 8 minutos e 51 segundos;

O PCP de 2 minutos e 44 segundos e,

O PPM de 1 minuto e 42 segundos.

Boa tarde.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos às 15H00 para continuarmos o debate.

Um bom almoço para todos.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

A Mesa tem ainda algumas inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem sei que o Governo Regional não tem tempo, mas o Partido Socialista ainda tem, portanto, seja para memória futura, seja para obter algum tipo de esclarecimento, vou continuar a levantar as questões a que estou obrigada a levantar.

Sr. Secretário Regional, uma coisa tola, Sr. Secretário Regional, é o Governo Regional e o Partido Socialista partirem do princípio que basta chegar aqui e dizer uns nomes em inglês para que o verbo crie.

O verbo foi criador, mas foi há tanto tempo atrás, Sr. Secretário, e consta que não foi em inglês, ainda por cima.

Portanto, não basta falar em inglês para que as coisas possam acontecer.

A propósito do inglês dizer já agora que o *site* do “Ação Socialista”, para além de ter muito pouco ou nenhuma ciência, é muito pouco e “*user friendly*”, porque levamos um tempão, ao contrário do “Esquerda.net”,...

Deputado José Contente (PS): Não tem nada que dizer.

A Oradora: ... a encontrar aquilo que verdadeiramente pretendemos para chegar à conclusão que não encontramos, porque afinal não está lá.

Depois, Sr. Secretário Regional, o Governo dos Açores afirmou, no seguimento da audição solicitada pelo Bloco de Esquerda na quinta-feira passada ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, (e vou citar para não incorrer em erro), “estar disposto a colaborar com o IMAR para evitar a saída de investigadores” e acrescentou que “o Governo pode vir a substituir o IMAR no Programa Nacional de Recolha de Dados da Pesca”.

A questão é, como é que o Governo Regional, no caso, o Sr. Secretário Regional, pode assumir este compromisso, se na realidade o assume,...

Deputado André Bradford (PS): Já o assumiu!

A Oradora: ... com transparência, nesta Casa, e por forma a que todos a que nos estão a ouvir percebam que é a sério, que é verdade, e como o irá fazer?

É uma preocupação. Penso que é generalizada também para o Governo Regional seguramente e, portanto, é importante obter esta resposta.

Depois perguntar-lhe também o seguinte: o Sr. Secretário Regional diz que os bolseiros da FCT têm agora um programa nacional de regularização de precários ou de trabalho científico precário.

A pergunta que lhe coloco é a seguinte:

Os bolseiros da FRCT podem concorrer a este programa nacional? Podem usufruir desta estabilização, digamos assim, laboral, ou pelo contrário, não o podem fazer?

E não o podendo fazer, que é, digamos, a nossa presunção, é de que não o podem fazer, o que é que impede (o Sr. Secretário esclarecerá se é uma presunção ou se é real)...

Deputado André Bradford (PS): Esclarecerá sem tempo!

A Oradora: Os senhores têm!... Os senhores têm!...

Era o que faltava agora que não se pudessem fazer perguntas, porque não há tempo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E a estratégia é mesmo essa!

A Oradora: Continuando... Sr. Secretário Regional, não podendo, o que é que impede o Governo Regional de utilizar a Autonomia estatutária que esta Região tem para criar uma verdadeira carreira de investigação e de investigadores na Região Autónoma dos Açores?

Por que não o fazem, sabendo que isso seria uma mais-valia absolutamente significativa e que redundaria em desenvolvimento, riqueza, fixação de inteligência, criação de trabalho qualificado.

Depois, perguntar-lhe também, Sr. Secretário Regional, passados que são mais de uma semana da publicação da Resolução do Conselho de Ministros que cria uma Comissão Instaladora para a criação de uma Comissão Científica, para a criação do Observatório da Sra. Ministra, se finalmente o Governo Regional já sabe qual é o único representante que vai indicar para esta Comissão Instaladora?

Perguntar-lhe também, Sr. Secretário Regional, se nos pode indicar em percentagem de PIB,...

Deputado André Bradford (PS): Isso é um diálogo de surdos.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Já respondi na CAPAT.

A Oradora: ... qual é o peso do dinheiro gasto em investigação e em desenvolvimento na Região Autónoma dos Açores no ano de 2016, sabendo que a nível nacional esta percentagem é de 1,27?

Para já ficava por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto à questão dos bolseiros crónicos na Região, o silêncio do Sr. Secretário é bem esclarecedor e preocupante.

É que nós temos, neste momento, na Região, uma geração inteira de bolseiros crónicos, ou seja, de pessoas que fazem ciência na Região e que vivem de bolsas que têm que concorrer, uma bolsa atrás da outra, em relação à qual este Governo não tem qualquer solução, porque para as empresas já percebemos que não vamos.

Perguntei ao Sr. Secretário quantos doutorados e pós-doutorados tinham sido efetivamente contratados pelas empresas. O seu silêncio respondeu: nenhum!

Em relação às bolsas de doutoramento e de pós-doc., às quais podem concorrer, também ficou claro que depois de todos os milhões que foram apresentados para a ciência, daquela tribuna, pelo Sr. Secretário, a realidade é que não se abrem concursos para bolsas de doutoramento desde 2015.

Deputado André Bradford (PS): Afinal não é mau abrir bolsas!

A Oradora: Tinha-se aberto em 2012, irresponsavelmente.

Aos Srs. Deputados do PS que gostam muito de falar do passado, eu lembro que em 2012, em vésperas de eleições, o Governo Regional, de uma forma irresponsável, abriu 60 bolsas de doutoramento e 25 bolsas de pós-doc. e estoirou completamente com o orçamento para a ciência e esteve três anos sem abrir projetos de investigação. Tínhamos doutorandos que não tinham projetos para poder fazer os seus doutoramentos.

Portanto, esteve-se três anos sem abrir bolsas de doutoramento. Abriu-se em 2015 com a promessa de uma previsibilidade que estas famílias que vivem em precariedade necessitavam, porque se ia abrir concursos todos os anos e novamente não se abriu em 2016, não se abriu em 2017.

Eu perguntei claramente ao Sr. Secretário se o programa de apoio à abertura de bolsas de doutoramento e de pós-doutoramento do Programa 2020 estava estoirado, tivemos a resposta: “está igual ao seu tempo”.

Sr. Secretário, estoirou!... Não existe!...

Portanto, neste momento é preocupante o que é que se vai fazer a este capital de investigadores que decidiram muitos deles fazer a sua vida na Região e para o qual não existe qualquer solução.

O Observatório do Mar, em relação ao qual, o Sr. Secretário também preferiu dizer que era uma confusão, não há confusão nenhuma, e o Sr. Secretário sabe que não há.

O Observatório do Mar é da responsabilidade de Portugal, está sob a tutela do Ministério do Mar, em que a Região assumiu esse compromisso de que ele seria instalado no Faial, que é o componente de Portugal no AIR Center. Não se fala! Um silêncio ensurdecedor há dois anos a esta parte.

Se neste momento as coisas estivessem a acontecer, o Observatório do Mar podia ser uma alternativa viável para absorver todos os investigadores que acabaram de ser despedidos do IMAR,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Isso é completamente falso!

A Oradora: ... mas neste momento aquilo que o senhor diz é que ainda se vai criar, não já criada como para o AIR Center, mas que para o Observatório do Mar se vai criar, um dia, uma Comissão Instaladora.

Portanto, a realidade, Observatório do Mar, quando é que vai acontecer, Sr. Secretário? E vai ser mesmo no Faial? E vai ser aonde?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Eu já lhe disse que era no Faial.

A Oradora: E qual o contributo do Governo Regional para isso?

Perguntei-lhe: qual o contributo do Governo Regional para isso? Não respondeu!...

Em relação ao tão falado aqui Programa de Recolha de Dados que nos permite avaliar a dinâmica das nossas espécies na Região, só faltou o Sr. Secretário dizer que aquilo que vai fazer é levar o Programa de Recolha de Dados para a Direção Regional das Pescas...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Exatamente!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Disse, disse...

A Oradora: ... como já o disse em Comissão aquando do Plano e Orçamento, e hoje aqui não o disse, mas é isso que o senhor vai fazer. E a Direção Regional

das Pescas não tem capacidade científica para fazer a recolha dos dados. Quem é que o senhor vai contratar para fazer a recolha dos dados?

O senhor sabe perfeitamente que a qualidade científica desses dados tem sido sempre negada por Bruxelas e por isso é que sempre que vamos negociar quotas estamos numa situação precária porque pela lei da precaução, como não conseguimos avaliar efetivamente a dinâmica dos nossos *stocks*, decidem penalizar-nos.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): A Sra. Deputada está a misturar tudo!

A Oradora: Portanto, se até agora já funcionava mal, daqui para a frente sem Programa de Recolha de Dados, o que é que vai fazer?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Está a misturar tudo, Sra. Deputada.

A Oradora: Ah, agora que não tem tempo para falar está disponível?

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Seja séria, Sra. Deputada!

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Tem de gerir melhor o tempo!

A Oradora: Sr. Secretário, em relação novamente àquilo que é a ciência, o sistema científico regional, que não são os deslumbramentos dos AIR Centers, eu digo-lhe, Sr. Secretário, neste momento, a Região está a aprovar projetos de investigação que o senhor apresenta dali como sendo uma grande coisa, que nesses projetos de investigação também se vai poder contratar doutorados, pós-doc..

Um projeto de 180 mil euros, em três anos, sabe quanto é que dá? Dá 60 mil euros por ano. Se retirar daí o pagamento das bolsas de doutoramento e de pós-doc., qual é o dinheiro que resta para fazer investigação?

Isso foi o que aconteceu durante os três anos que estivemos a pagar 60 bolsas de doutoramento.

Este é o real estado da investigação na Região e aqui muito se tem falado nas questões do mar. Eu sei que está na ordem do dia falar das questões do mar, até porque estamos no Faial, mas existe uma realidade muito para além das questões do mar.

A agricultura, que é um dos maiores pilares da nossa economia, em que todos os dias ouço o Governo dizer que se quer afirmar no mercado internacional com produtos lácteos de excelência, onde é que estão os apoios para se fazer investigação na tecnologia alimentar? Não existe!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Os investigadores é que têm que concorrer aos apoios. Não tem projetos adequados.

A Oradora: O Governo diz que a tecnologia alimentar vai ser com o novo centro que se vai construir na Terceira. A ciência, não é ciência de betão, é ciência de resultados, é ciência de investigação. Isso é o que não tem acontecido, Sr. Secretário.

Onde é que estão os projetos para desenvolver a fileira da carne?

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O Governo não se substitui aos investigadores!

A Oradora: Sabe onde é que estão os projetos para desenvolver a fileira da carne?

Foi o Governo, através de um centro que tutela, o INOVA, que pegou em 6 milhões e foi colocar numa universidade de lá de fora para fazer estudos sobre a qualidade da carne,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): O Governo não substitui os investigadores às candidaturas.

A Oradora: ... de vacas velhas de refugio, quando a universidade tinha ensaios a decorrer com espécies de gado de corte, com *know-how*, e o Governo Regional não colocou lá um único euro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Esta é a política de ciência que este Governo faz na realidade.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Mas concorreram a projetos de investigação.

A Oradora: Podem vir aqui dizer as conversas que quiserem, mas quem faz ciência na Região e o senhor sabe muito bem, ou pelo menos até há muito pouco tempo sabia, sabe as dificuldades que é e este Governo não investe rigorosamente nada em ciência.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Porque é que não concorreram aos projetos de investigação? Existem muitas formas de investimento à investigação, Sra. Deputada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. O CDS esgotou o seu tempo para este debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E muito bem esgotado!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

O PCP colocou oito questões. Nenhuma das questões foi respondida.

Passo a citar:

“...este novel Centro de Investigação da Universidade dos Açores (designado por Okeanos) e o Governo Regional estão em condições de assegurar que vão existir todas as garantias e meios necessários para que o polo da Horta desenvolva o seu trabalho científico? Vão ser criadas as condições para se acabar com a precariedade laboral dos seus trabalhadores?”

Também fizemos questões em relação aos navios da Região.

Sr. Secretário, o não responder não é um desrespeito para com o PCP, mas sim um desrespeito pelos açorianos, pelos faialenses e pelos trabalhadores que ali trabalham.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Tem razão!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós estrámos aqui naquilo que eu chamaria a fase estratosférica do debate sobre a ciência nos Açores...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor é especialista!

O Orador: E que começou antes da minha intervenção, que fique claro.

... e que é o seguinte (para que não seja mal interpretado, isto é dito com as melhores das intenções): entramos num diálogo de surdos, que é, quem faz perguntas sabe que não vai ter respostas...

Deputado Luís Garcia (PSD): Quer dizer: o Governo gasta o seu tempo e depois temos de ouvir isto!

O Orador: ... mas faz na mesma; quem quer ter respostas, decide agora, magnanimamente que esta bancada é que afinal responde pelo Governo quando nós passamos aqui plenários e plenários a ser acusados de não poder responder pelo Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não debate o tema, debate o debate.

O Orador: Às vezes dá jeito, a nossa obrigação é responder pelo Governo; outras vezes não dá jeito e a nossa obrigação é não responder pelo Governo.

Portanto, nós não estamos aqui para isso. Nós não estamos aqui na qualidade de tradutores de um diálogo de surdos.

Nós estamos aqui para defender as posições do Partido Socialista...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e faremos isso da maneira que entendermos e soubermos melhor, mas não estamos aqui para cumprir os ditames de conveniência da oposição de cada vez que o debate, anda para um lado ou anda para o outro, cada vez que o Governo tem tempo ou não tem tempo.

Esta bancada gere-se a si própria. Mal ou bem, gere-se a si própria.

Agora o que nos tem cabido nesta Casa nos debates sobre ciência é o papel de Galileu. É que nós somos sempre obrigados a dizer nesta Casa que, no entanto, ela move-se. A ciência nos Açores move-se, existe, produz resultados...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então o que é que o PS acha da ciência?

O Orador: ... apesar deste tom soturno, desconfiado, cínico, em permanência das bancadas da oposição. É que, no entanto, move-se a ciência e a investigação nos Açores.

Nós somos acusados, e o Governo é acusado, de uma coisa e o seu contrário no mesmo debate, pela mesma pessoa e com a maior das tranquilidades.

A Sra. Deputada Graça Silveira – só para usar o exemplo mais recente – na sua intervenção, agora mesmo, disse uma coisa e o seu contrário no mesmo minuto, sem nenhum tipo de problema. Disse que era lamentável o Governo não ter aberto bolsas durante três anos e que era irresponsável ter aberto bolsas um ano antes dos tais três anos em que não houve bolsas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não, não! O senhor não percebeu! Sessenta bolsas!

O Orador: Quer dizer, então é irresponsável abrir bolsas ou é lamentável não ter bolsas?

É irresponsável haver investigadores que são apoiados na sua investigação ou é lamentável agora já não poder haver mais?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Hipotecou três gerações de bolseiros!

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A Sra. Deputada não pode é querer tudo e o seu contrário e o problema que se tem visto neste debate, e eu termino já, Sra. Presidente, é exatamente este: é cinismo, uma visão soturna da ciência nos Açores.

Ela progride, nós temos centros de investigação de excelência, nós temos uma posição privilegiada no plano nacional em determinadas áreas de investigação, nós temos progredido, nós temos a ESA em Santa Maria, nós temos estações de âmbito internacional na Graciosa. E os senhores continuam a achar que não há política de ciência nos Açores, que não há ciência nos Açores.

Nós somos – não nos importamos nada – o Galileu deste debate.

Os senhores ficaram com o outro papel do outro interveniente que levou à morte de Galileu e que vou abster-me de referenciar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira pede a palavra para?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, para um protesto.

Presidente: Protesto a?

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Um protesto às declarações feitas pelo Sr. Deputado André Bradford de coisas que eu disse aqui eu que não disse.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, não lhe posso dar a palavra, porque nada do que foi dito na intervenção...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi, foi!

Presidente: ... do Sr. Deputado Bradford possa motivar um protesto.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, o Sr. Deputado poderia ter feito o debate político que quisesse, se não tivesse citado a Deputada Graça Silveira.

E para citar a Deputada Graça Silveira ou o faz com correção ou não o faz.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, em debate, como compreende, nós não podemos dar a palavra para protestos sempre que há discordância ou sempre que efetivamente as coisas sejam ditas. Nada...

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira, nada, na intervenção do Sr. Deputado André Bradford, poderá dar motivo a que peça a palavra para um protesto, pelo qual não lhe posso dar a palavra para um protesto.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, lamento que deixe que seja dito nesta Casa citações que são menos verdade.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): A senhora tem que gerir melhor o seu tempo.

Presidente: Fica registada a sua interpelação, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós chegámos a um ponto neste debate...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi responsável por 60 bolsas quando se abria 20 por ano.

(Diálogo entre os Deputados da bancada do PS e do CDS)

O Orador: Sra. Presidente, eu gostaria de continuar a minha intervenção, se me fosse permitido, pelos Srs. Deputados desta Casa.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Luís Rendeiro está no uso da palavra.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Nós chegámos a um ponto neste debate que deveria obrigar a que o Governo e o Partido Socialista refletissem muito seriamente acerca da sua estratégia de comunicação, porque num debate desta natureza o respeito pelo Regimento e pela Democracia obrigariam a que o Governo respondesse às questões dos Deputados,...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Respondi às suas questões todas, Sr. Deputado!

O Orador: ... em vez de insistir numa técnica, que já está mais do que vista e mais do que gasta, de esgotar o tempo na tribuna com anúncios e considerações e depois, a seguir, refugiar-se na ausência de tempo para responder às questões colocadas pelas várias bancadas neste Parlamento.

Isso é de lamentar e isso é um claríssimo desrespeito pela Democracia e pelos trabalhos desta Casa, que deveriam merecer o repúdio geral e também da Sra. Presidente na condução dos trabalhos.

Em segundo lugar, o Governo com esta estratégia pode fugir às respostas, mas não pode fugir, nem às perguntas, nem às acusações.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Respondi às suas questões todas!

O Orador: E mesmo sabendo que não tem tempo, Sr. Secretário, até pode responder em aparte que fica registado no diário das sessões.

Deputado Francisco Coelho (PS): Vamos contratar aqui um técnico de linguagem gestual.

O Orador: Nós estamos perante um desacordo claro e grave...

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Inventou!
O senhor inventou!

O Orador: ... entre as afirmações de um Secretário Regional, em plenário, relativas a um supercomputador na Região, e às declarações públicas do Reitor da Universidade dos Açores acerca do mesmo assunto.

E a pergunta é: o Sr. Secretário mentiu no Parlamento, sim ou não?

E o Reitor da Universidade dos Açores mentiu acerca desta questão da supercomputação, sim ou não?

Responda se faz favor, Sr. Secretário.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sr. Deputado, telefone para o Sr. Reitor e pergunte. O que vocês inventam para atacar o seu Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque estou de acordo com a primeira parte da intervenção do Sr. Deputado André Bradford e porque levei a sério a interpelação feita pelo Sr. Secretário Regional da Presidência, quero informar a câmara que o Bloco de Esquerda irá solicitar novamente uma audição do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, para lhe dar a oportunidade de esclarecer todas as perguntas, a que agora não tempo, para fazer.

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Vai falar com o Reitor da Universidade do Minho.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Contente tem agora a palavra.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu venho ao debate só para repetir um pouco aquilo que o Sr. Secretário disse e que de algum modo serve também para clarificar uma pergunta que foi feita de novo aqui, que é, já foi dito que, caso se venha a verificar o encerramento do IMAR, o Governo vai analisar várias soluções e vai ponderar vários fatores, tais como as condições dos contratos que estão em vigor, a pertinência dos projetos, naturalmente, os parceiros, os recursos humanos, materiais e financeiros que dependem da sua execução.

Portanto, isto já foi dito. É uma resposta que efetivamente o Governo tem.

Em relação às carreiras de investigação, eu acho que era importante que a câmara clarificasse este assunto. Quem promove carreiras de investigação são as instituições de ensino superior, não é o Governo Regional.

O Governo Regional não é nenhuma universidade, nem nenhum centro de investigação.

As universidades é que têm essa competência e têm essa autonomia. Portanto, não faz muito sentido falar em carreiras de investigação este momento.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): Não fazer pergunta nenhuma.

O Orador: Depois há uma outra questão que eu gostaria aqui de dar um contributo que me parece ser uma confusão na opinião pública.

Nós não podemos fazer as contas em relação à percentagem do PIB, em termos de investimento de ciência, sem contar com a percentagem do dinheiro que vem da República para a Instituição de Ensino Superior ou para os projetos que são financiados.

Portanto, é uma parte e se somarmos as partes provavelmente a percentagem vai ser superior à percentagem do PIB nacional.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas em 2010 foi possível!

O Orador: O que não se pode querer é que o Governo Regional dos Açores tenha o mesmo nível de investimento e de participação no PIB regional que tem o Governo da República, que tem responsabilidades acrescidas em matéria de ensino superior. Portanto, essa confusão acho que é preciso clarificar de uma vez por todas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, só para alertá-lo que o seu tempo terminou. Portanto, agradeço que abrevie.

O Orador: Então eu termino já Sra. Presidente para dizer que de facto há um conjunto de projetos que estão em vigor...

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Deputado já esgotou o seu tempo.

O Orador: ... que eu gostaria de distinguir que até 2020 há muitos projetos de investigação e desenvolvimento, 22 projetos, no montante de 9,2 milhões de euros, que as bolsas continuam a existir e que há uma nova chamada.

Os investigadores que concorram às bolsas. O Governo Regional não pode obrigar os investigadores a concorrer às bolsas.

Portanto, as pessoas não se podem queixar de num momento haver muitas e depois haver poucas. Isso depende também da própria procura e dos assuntos de investigação.

Por isso também era preciso dizer que se apostou na formação avançada com o lançamento de 24 bolsas de doutoramento e pós-doutoramento.

Portanto, em resumo, o Governo Regional tem estratégia, essa estratégia está em andamento e, de facto, era bom que nós todos fossemos também crentes em relação à ciência e à importância da ciência no desenvolvimento dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PS também esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Volto a este debate, muito rapidamente, porque fui acusado pelo Sr. Secretário de... e não vou utilizar algumas das classificações que o senhor atribuiu à minha intervenção, porque não fica bem.

Portanto, volto ao debate para reafirmar aquilo que disse, de que se tivesse havido provavelmente disponibilidade e boa vontade do Governo para formalizar a cooperação com o IMAR no âmbito do Programa Nacional de Recolha de Dados, esses despedimentos não teriam acontecido.

Deputado João Vasco Costa (PS): Quem é a entidade patronal?

O Orador: Não sou eu que o digo, Sr. Secretário. Atente-se ao que aqui referiu a Sra. Deputada Zuraída Soares quando citou a carta de despedimento que ali tem em seu poder.

O motivo invocado pelo IMAR para não renovar o contrato foi de que o contrato programa que estava estabelecido com o Governo não tinha sido renovado.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes): O IMAR está na Portaria nacional como beneficiário único.

O IMAR está como único beneficiário na Portaria nacional.

Deputado Paulo Parece (PSD): Agora está com vontade de falar!

O Orador: E acrescenta o IMAR ainda “por motivos que nos são totalmente alheios”, se estou a citar bem a carta de despedimento que a Sra. Deputada Zuraída Soares ali citou.

Portanto, Sr. Secretário Regional, o senhor já aqui, direta ou indiretamente, disse que o senhor Reitor da Universidade dos Açores tinha faltado à verdade. Agora o senhor também está a dizer que o Sr. Presidente do IMAR está a faltar à verdade.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Não disse nada disso.

O Orador: Portanto, reafirmo aquilo que disse e aquilo que disse foi o motivo que foi invocado e que está na carta de despedimento pelo Sr. Presidente do IMAR para não renovar, porque não houve disponibilidade do Governo Regional para dar continuidade ao contrato programa que estava assinado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Já disse que isso é falso. Completamente falso!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. O PSD também esgotou o seu tempo. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda a seguir vai encerrar o debate.

Da minha parte também tenho um minuto e pouco. Só dizer o seguinte:

O Sr. Deputado José Contente, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, no final deste debate, sintetizou, penso que bastante bem, o que aqui aconteceu.

Pedi-nos que tivéssemos fé. A palavra utilizada foi crença.

Deputado José Contente (*PS*): E o senhor é um homem católico!

O Orador: Tivéssemos crença em relação àquilo que está a fazer o Governo.

Eu devo dizer que quando a crença se mistura com a ciência as coisas correm sempre mal, porque se impõe a crença à ciência.

Eu acho que a ciência tem que ser racional, tem que ser objetiva...

Deputado André Bradford (PS): Disso o senhor percebe.

O Orador: ... e não pode estar dependente de qualquer tipo de crença ou da fé. Tem que ser algo que tem que ser materializado, tem que ser independente, tem que ser racional.

A verdade é que este debate demonstrou aquilo que observadores externos, com prestígio, com muita experiência,...

Deputado Francisco César (PS): Marcelo Rebelo de Sousa fundador do PSD

O Orador: ... como o Dr. Jaime Gama, ex-Presidente da Assembleia da República e fundador do Partido Socialista, bem referenciou, que foi que, quando olha para a Região, não vê estratégia: não vê estratégia na área da economia, não vê estratégia na área social, não vê estratégia no campo da investigação.

Eu também não vejo e evidentemente todos aqueles que olham para esta questão de forma objetiva, de forma racional, não veem.

O Governo e o Partido Socialista terminam este debate a pedir que tenham fé.

Deputado José Contente (PS): Acredite! Ó senhor, eu já percebi que é ateu.

O Orador: Ora, a ciência não pode ser isso, meus senhores.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, esgotou com esta intervenção o seu tempo, mas também já tinha informado a câmara que não iria fazer mais nenhuma intervenção.

Pergunto se há ainda inscrições?

(Pausa)

Julgo que não. Sendo assim, e no tempo que resta, a Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra para encerrar o debate.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao finalizar este debate quero fazer jus à intervenção do Sr. Deputado José Contente que, na nossa opinião sintetiza de forma brilhante a política de ciência do Governo e o pensamento que lhe subjaz.

Disse o Sr. Deputado que a diferença entre ciência fundamental e ciência aplicada é um conceito ultrapassado.

A este respeito, Sr. Deputado, só posso recomendar a leitura da última entrevista do seu colega de bancada na Assembleia da República, Alexandre Quintanilha, que perde bastante linhas a explicar qual é a diferença e a importância de uma e de outra.

Mas o grave desta questão, Sras. e Srs. Deputados, é que esta lógica de pensamento impede os Açores de serem produtores de conhecimento e reduz a serem apenas e só aplicadores de ciência.

Isto explica infelizmente que com este Governo a Região só pode aspirar a possuir condomínios para alugar aos interesses exteriores que vêm cá estudar este laboratório natural, servindo os Açores de simples estalajadeiro ainda que o mais qualificado possível.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Srs. Membros do Governo:

Isto não é cinismo! Isto é exigência! Isto é esperança! Isto é a certeza de que os Açores podem ter mais e melhor produção de ciência, podem ter (têm que ter!) mais investigadores e sobretudo respeitados e acarinhados no trabalho importantíssimo que realizam para esta Região.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Está feito o encerramento do debate. Encerramos assim também este nosso primeiro ponto da Agenda.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos então às 16H00.

Eram 15 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 07 minutos.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes o ponto dois da nossa Agenda será debatido amanhã de manhã, pelo que avançamos para o ponto três da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 46/XI – “Proteção, dignificação e divulgação dos dialetos açorianos”**.

Este Projeto de Resolução é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM e dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na legislatura anterior apresentei uma proposta com as mesmas características que aqui foi chumbada na altura pela maioria do Partido Socialista.

Esta proposta tem como objetivo fundamental desenvolver também no âmbito da autonomia açoriana algo que em muitos territórios autónomos da Europa é também já há alguns anos (eu diria, a algumas décadas), uma preocupação fundamental: uma preocupação com a identidade dos diversos povos que

integram vários territórios e vários estados europeus e esses territórios normalmente estão dotados de autonomia política e de autonomia administrativa.

No âmbito da sua autonomia política e administrativa, e no âmbito dos setores que gerem, nomeadamente no âmbito da educação, têm vindo a promover a divulgação e a proteção dos diversos dialetos desses territórios.

É uma afirmação identitária, é uma afirmação que diferencia, de facto, a realidade cultural e até a realidade linguística desses territórios, porque os dialetos encerram em si, muito de identidade, muito daquele que é o período de história local, com acontecimentos locais, com intercâmbios do ponto de vista comercial, do ponto de vista social, que marcam e desenharam uma forma de se expressar diferenciada da norma padrão que se impõem. Em todos os países existe uma norma padrão, do ponto de vista da língua, e que se impõe depois do ponto de vista da imposição política, podemos dizer assim, que é o caso claramente de Portugal, e é também o caso, por exemplo, de Itália, só para dar o exemplo, ou de Espanha.

Devo dizer que o exemplo que nós damos aqui neste Projeto de Resolução é, por exemplo, o Estatuto da Autonomia da Andaluzia, que prevê no artigo 213.º que (e passo a citar) “os meios audiovisuais públicos promoverão o reconhecimento e o uso da modalidade linguista andaluza, nas suas diferentes falas”.

Isto está contemplado no Estatuto da Autonomia da Andaluzia, e evidentemente depois as autoridades públicas desenvolvem as políticas no sentido de cumprir aquilo que está no Estatuto.

Devo dizer que o Sr. Secretário da Educação teve a oportunidade de ser ouvido no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais e falou que a Espanha é um caso diferente, que é um caso em que estamos a falar de línguas próprias, como por

exemplo o catalão, o basco ou o galego, que são línguas diferentes do castelhano.

Devo dizer que neste caso específico que nós estamos aqui a dar, também podíamos dar outro, o das Baleares, estes casos específicos de proteção aos dialetos locais, são casos ou são situações que se desenvolvem no interior de uma língua, neste caso o castelhano.

Não existe nenhuma língua andaluza. Não existe! Na Andaluzia falam o castelhano, o castelhano com um dialeto ou com vários dialetos andaluzes.

Portanto, esse exemplo de que são coisas diferentes de que estamos aqui a falar, que estamos a falar de uma realidade que é diferente, é evidente que este é um exemplo que serve para a Catalunha ou para o país Basco ou para a Galiza, que têm a línguas próprias, mas não serve para aquele exemplo que nós estamos a dar aqui que é, de facto, uma variante em termos de dialetos, que é a variante da Andaluzia, mas eles não falam outra língua a não ser o castelhano.

Portanto, esse argumento é um argumento completamente errado. Eu penso que ninguém aqui, nesta câmara, poderá defender que existe uma língua andaluza.

Portanto, dizer que são realidades diferentes é, perdoem-me a expressão, uma barbaridade científica.

Depois, em relação a esta questão (e vou utilizar mesmo a minha experiência de professor na Região Autónoma dos Açores ao longo das últimas duas décadas) eu não tenho nenhuma dúvida que se eu acho que em São Miguel a proteção e ao uso do dialeto local continua a ser muito forte, noutras ilhas, como por exemplo na Ilha do Corvo, o dialeto local está a perder-se por força da massificação do ensino nas escolas, por força dos meios de comunicação social, da norma padrão que ouvem todos os dias nas televisões, que ouvem todos os dias nas rádios, e da norma padrão que ouvem todos os dias e que é dignificada e protegida nas escolas, no tal ensino de massas que nós estamos a desenvolver atualmente.

Pelo contrário, o que eu vejo depois é que em relação aos diferentes dialetos das diversas ilhas existe um desprestígio. Todos já viram gente que diz: “bom, mas fala bem português”. Mas quem está a falar o português utilizando a fala da Terceira ou de São Miguel, utilizando estes dialetos, está a falar de forma correta.

Não é apenas a norma padrão que é um português correto. Quem fala, por exemplo, com o dialeto brasileiro, com os diversos dialetos brasileiros, está a falá-lo de forma correta.

O que existe é, por parte da comunicação social, de uma parte da comunicação social, por parte de um conjunto de escolas ou de normas que estão a ser introduzidas nas escolas, há uma pressão para que seja utilizada a norma padrão desprestigiando os dialetos locais.

Eu termino esta primeira intervenção dizendo o seguinte:

De facto, nesta matéria, os Açores está muito longe do que está a ser feito... Já dei o exemplo em Espanha, mas podia dar o exemplo também da Holanda, que tem desenvolvido políticas cada vez mais agressivas na defesa dos dialetos locais.

Esta defesa é vista como uma defesa da identidade.

Ora, a nossa autonomia não tem apenas uma justificação geográfica ou uma justificação histórica. Tem uma justificação também identitária.

Estamos a falar de uma identidade diferente que tem muitas vertentes. Uma delas é também a variante linguística que nós utilizamos aqui.

Devo dizer, para terminar, porque pode surgir alguma questão em relação à definição de dialeto, que esta questão quando foi discutida na anterior legislatura, foi ouvida a Professora Doutora Helena Mateus Montenegro, por sugestão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e quando foi questionada nesse sentido por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o que a Doutora Helena Mateus Montenegro disse foi o seguinte: “existem oito dialetos

açorianos, e não nove como se possa pensar, porque as ilhas do grupo central, a forma de falar tão aproximada não afasta a sua diferenciação para outro dialeto, e cerca de cem falares açorianos”.

Depois, ela também diz, que é uma especialista nesta matéria, quando lhe perguntam:

“Mas a utilização desta designação de dialetos é correta?” – pergunta também o Partido Socialista.

A resposta foi, “ultimamente e decorrente dos trabalhos realizados pela Universidade de Lisboa, o termo mais em uso é variantes dialetais ou dialetos. Já o termo falares açorianos significa uma variante dentro de outras variantes”.

Bem, esta é essencialmente a questão e espero que mereça a melhor atenção de V. Exa..

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado César Toste tem a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos!

Analisando este diploma e como o Sr. Deputado Paulo Estêvão frisou, ele já foi analisado nesta Casa no ano de 2015 e na altura ele foi rejeitado e em ambas situações foram ouvidas diversas personalidades entre as quais o Sr. Secretário.

Nós, o PSD, concordamos com a definição desta proposta, porque fala em quatro verbos que para nós são muito importantes relativamente à nossa cultura que são: proteger, dignificar, valorizar e divulgar.

Quando ouvido, principalmente nesta última audição, em 2017, o Sr. Secretário, falou-se dos avanços e de tudo o que já tem sido feito ao longo deste tempo para preservar os próprios dialetos, principalmente no âmbito da investigação, que é extremamente importante.

Falou-se também na questão da parte principalmente das escolas, uma vez que na parte da comunicação social nós não podemos impor à comunicação social que faça programas sobre dialetos, nem que exerça com os seus jornalistas pressão para que eles utilizem os dialetos das diversas ilhas dos Açores.

Também ao nível da educação, já também em 2015, o Dr. Victor Rui Dores falou que cabe aos professores terem também a iniciativa de promoverem também junto dos seus alunos este tipo de ação.

No entanto, uma verdade que o Deputado Paulo Estêvão frisou, é que se em algumas ilhas nota-se muito bem o vincar dos dialetos, noutras ilhas vai-se perdendo.

Apesar de toda a investigação que foi feita, e é muito importante, e embora o Sr. Secretário tenha dito que a última que foi feita, através do Atlas em 2011, os dialetos não vão evoluir e não é necessário estar sempre a investigar, é importante para nós que se continuem a apoiar iniciativas, todas as que possam vir, como as que foram frisadas em 2015, como o Programa “Gente Franca”, do jornalista Vasco Pernes, e outras que entretanto venham a ser programadas em iniciativas pela própria RTP-Açores. Que o próprio Governo Regional tenha esta sensibilidade para isto, como também tenha a sensibilidade para apoiar iniciativas das escolas.

Como há congressos, como há diversas atividades que são feitas, por que não, de certo tempo em certo tempo, ser realizado com os próprios alunos nas escolas este tipo de iniciativas e proporcionar projetos?

Era muito bom que se continue a apoiar a nível da investigação. Já foi feito, em muitas das ilhas, e foi salientado isto também na própria audição com o Sr. Secretário, mas que o Governo Regional continue aberto para isso, como também esteja aberto a ele próprio, o próprio Governo, e realize iniciativas neste aspeto.

Portanto, a concordância do Partido Social Democrata neste diploma não é um sentido de impor às escolas, nem de impor à comunicação social, mas sim de um alerta continuo para que este tema não seja esquecido dentro da comunidade açoriana, uma vez que, e frisando também as palavras do próprio Dr. Victor Rui Dores, em 2015, disse que é importante a forma como se passa a gerações futuras este património, principalmente nas escolas.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na verdade, este assunto, a primeira dúvida que tinha causado ao Grupo Parlamentar do CDS prendia-se um bocadinho com esta questão do dialeto ou falares, mas foi devidamente esclarecida pelo Deputado Paulo Estêvão.

De qualquer das formas o que nós achamos é, quem é que poderá, por exemplo, menosprezar a beleza, a riqueza e até a herança etimológica das palavras, como numa frase até proferida pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura, no exato dia da sua tomada de posse, quando foi instado a comentar, por exemplo, o novo desafio que na altura abraçava, e aí cito: “os desafios da minha vida sempre forem assim, e eu toda a vida ouvi dizer que ninguém nasce aprendido”, fim de citação.

Ora, eu como utilizador do velho acordo ortográfico, aprecio também sobretudo esta herança etimológica das palavras e, no caso em apreço, até se percebe, por

exemplo, a influência francesa da utilização do ser aprendido. Em francês diz-se efetivamente “*je t'apprends*”, como se diz, quando se vai ensinar.

A não implementação deste Projeto de Resolução faz com que, por exemplo, no Diário das Sessões sejam feitas correções àquilo que são as expressões, até bastante regionais, adotadas por cada um de nós e ao proponente até questiono, por exemplo, se não acha pertinente que a livre utilização de expressões regionais não seja alvo de correção por parte da redação nesta Casa?

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Fátima Ferreira tem a palavra.

(*) **Deputada Maria de Fátima Ferreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Segundo o Currículo Regional do Ensino Básico e através do Plano Regional de Leitura, na disciplina de português, as escolas desenvolvem conhecimentos e valorizam especificidades linguísticas que vão ao encontro do objetivo deste projeto que visa a proteção, a dignificação, a valorização e a divulgação dos dialetos açorianos.

A leitura e a audição de textos de diferentes tipologias e em suportes diversos vão proporcionar conhecimento e valorização das especificidades linguísticas, da observação de contrastes fonéticos, morfológicos, sintáticos e semânticos, em diferentes realizações do português, com a consciencialização das diferenças e do respeito por elas.

Tendo em conta que a evolução dos dialetos e as suas especificidades não são necessariamente medidas de proteção institucional, pois será da liberdade de expressão que a evolução se fará, não esquecendo as particularidades do povoamento dos Açores e das suas origens, sendo estas as responsáveis pelas suas diferenças.

Alguns meios de comunicação têm um leque de apresentadores com pronúncias diferentes que são excelentes profissionais.

Acreditando que hoje os alunos são confrontados com a diversidade dos dialetos e dos falares, será a aprendizagem da língua portuguesa a base da sua formação, despertando o seu interesse para a diversidade de pronúncias e falares que lhes dará maior respeito pelas diferenças existentes nas diversas ilhas.

Será importante referir Leite Vasconcelos que foi quem elaborou a primeira classificação dos dialetos portugueses e baseou nas diversas viagens que efetuou pelo país com o intuito de estudar as diferenças.

Hoje em dia são inúmeros os estudos que existem nesta área e a necessidade da sua continuação e da sua consciência para melhor valorizarmos os Açores e as suas gentes.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Propõe o Projeto de Resolução do PPM, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, que recomende ao Governo Regional que planifique a execução, as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos, nomeadamente através da criação de mecanismos adequados para promover o seu uso nos órgãos de comunicação social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional.

Para além da constatação que a Representação Parlamentar do PPM faz de que, em norma, as variantes dialetais dos Açores continuam a ser estigmatizadas, não sendo mais do que um português, por vezes, atrasado e malfadado, e de que

tal estigmatização se deve, julgamos, exclusivamente ao facto de oito dialetos e mais de cem falares existentes nos Açores, segundo a Professora Helena Montenegro, não gozarem de proteção institucional, inspira-se ainda esta proposta no artigo 213.º do Estatuto da Autonomia da Comunidade Autónoma de Andaluzia que prevê o reconhecimento e o uso de modalidade linguística andaluza, nos seguintes moldes: os meios audiovisuais públicos promoverão o reconhecimento e o uso da modalidade linguística andaluza nas suas diferentes falas.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Comparando este artigo do Estatuto da Autonomia da Comunidade Andaluza com a atual proposta, desde logo existe uma diferença substantiva entre ambos, pois enquanto o Estatuto de Andaluzia apenas determina que os meios audiovisuais públicos promoverão o reconhecimento e o uso de modalidade linguística andaluza nas suas diferentes falas, a presente resolução vai mais longe e pretende que sejam criados mecanismos que imponham o uso de dialetos e falares açorianos nos órgãos de comunicação social.

Para nós, PCP, tal como dissemos em 2015, nesta mesma Assembleia, continuamos a ter sérias dúvidas e reservas, quer sobre a concretização prática de tal pretensão, quer sobre os resultados práticos de tal medida.

Não nos parece que seja este o caminho para combater eventual estigmatização no domínio linguístico.

Julgamos bem mais profícuo e eficaz quer o trabalho de investigação e divulgação dos falares e dialetos açorianos, quer o reconhecimento e a inclusão dos currículos escolares e no Plano Regional de Leitura da abordagem aos diferentes falares e dialetos açorianos, o que já acontece.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sendo a nossa língua, uma língua viva tal como são os nossos dialetos, é natural que quanto a nós, até desejável, que nomeadamente os dialetos que falamos reflitam o momento histórico e as influências próprias desse mesmo momento.

Não se nos afigura uma boa forma de proteger, divulgar e incentivar o uso de dialetos, falares açorianos, impedir o seu livre fluir, encerrando-os na cápsula do tempo, forçando o seu uso como pretende a proposta.

Para nós, PCP, é importante, isso sim, que se vá mais além na divulgação e na promoção não só dos nossos dialetos e falares, como em geral da nossa cultura e muito mais existe para divulgar neste domínio.

Não posso aqui deixar de salientar quer a importância das Casas dos Açores neste domínio, quer a Associação da Casa do Triângulo ou Associações de Amigos da Ilha das Flores, ambas em São Miguel, bem como outras congéneres.

Há, sim, que fomentar, incentivar e apoiar o trabalho destas que desenvolvem nesta área.

Quanto à intenção de impor o uso dos dialetos nos órgãos de comunicação social, julgamos que maior importância é garantir a independência e a liberdade dos jornalistas e livrá-los da pressão da precariedade e das suas consequências caso não sejam bem-comportados, ou eventualmente usem falar o dialeto que não agrada a quem manda.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo já a algumas questões que me foram colocadas, começo pela intervenção do Sr. Deputado João Corvelo para lhe dizer o seguinte:

Veja bem!... O Sr. Deputado disse que esta proposta impunha (foi o verbo que utilizou) ou pretendia impor a utilização dos dialetos açorianos.

Vou ler a proposta: "... dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos, nomeadamente através da criação de mecanismos adequados para promover". Promover!... E não impor.

Portanto, a questão da imposição é algo que não faz parte do nosso projeto de resolução. Deve ter tido uma cópia, Sr. Deputado, diferente, mas esta é a cópia real. Portanto, é a promoção.

Depois, devo dizer-lhe também que a sua preocupação que se fixe o dialeto e que se impeça que ele venha a sofrer alterações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Sr. Deputado, muito bem!

O Orador: ... como sofrem as línguas e os dialetos, isso também não é verdade, nem sequer é possível.

Nunca ninguém conseguiu impedir que as línguas ou os dialetos sofressem alterações. Ninguém consegue fazer isso, porque isso faz parte daquela que é a mobilidade das populações, da utilização de diferentes conceitos ao longo de tempos diferentes.

Portanto, isso é algo que nós não pretendemos nem seria possível. Portanto, esta proposta em nada também afeta essa sua preocupação.

Depois diz-me o Sr. Deputado que no sistema educativo regional já existe esta preocupação.

Devo dizer-lhe, até porque fui professor em várias ilhas e conheço bem o sistema educativo, que não é verdade, esta não é uma preocupação que se tenha, a defesa do dialeto.

Como lhe digo, esta é uma preocupação que é algo que está a acontecer em muitos países, de facto, e cada vez de forma mais acentuada, com mais recursos, com mais preocupação em defender a identidade dessas populações, mas não é algo que nas nossas escolas esteja a decorrer.

Existe um ou outro professor mais preocupado, uma ou outra escola, mas não é nada que esteja a decorrer com a intensidade que o Sr. Deputado referenciou.

Depois em relação aos órgãos de comunicação social, na Andaluzia, é mais fácil, porque ao contrário do que acontece nos Açores, eles têm televisão própria, são eles que pagam através do seu orçamento, a televisão e a rádio.

Aqui, é uma tarefa que não é da Autonomia, é do Estado.

Portanto, é mais difícil implementar essas medidas ou não é automático, porque nós não gerimos diretamente os órgãos de comunicação social públicos. Nós não temos essa competência, essa competência pertence ao Estado central ao contrário do que acontece nas Autonomias Espanholas em que essa competência é uma competência das autonomias.

Deputado André Bradford (PS): Não sei onde é que o senhor foi buscar isso.

O Orador: Mas também devo dizer-lhe o seguinte:

Eu tenho muitos testemunhos (e os jornalistas estão a ouvir-nos) que um jornalista que utiliza o dialeto de São Miguel ou da Terceira, há um conjunto de chefias que não ficam agradados que utilizem essa forma de falar.

Portanto, nos órgãos de comunicação social, em grande parte dos órgãos de comunicação social, não tenho nenhuma dúvida, que se impõe a norma padrão.

Aliás, eu até lhe posso dizer isto. Eu já ouvi (eu peço desculpa se algum jornalista ficar ofendido comigo) alguns jornalistas a falar...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dialectos.

O Orador: ... de uma forma bastante diferente na comunicação social, muito próxima da norma padrão, e depois no dia-a-dia e numa conversa que temos de forma informal, eu noto que falam de forma diferente.

Portanto, eu não tenho nenhuma dúvida que por parte das televisões e das rádios existe uma imposição da norma padrão. Eu não tenho qualquer tipo de dúvida a este respeito.

É algo que pode não ser generalizado, tal como nas escolas podem existir exceções, mas é algo que penso que acontece e que muitas vezes até já está no subconsciente dos profissionais que trabalham nessa área, já está no subconsciente dos profissionais esse tipo de limitação.

Meus senhores, eu considero que nesta matéria (e qualquer observador que analise a realidade açoriana) nós estamos muito atrasados em termos de proteção da nossa identidade cultural. Estamos muito atrasados!

Ninguém na Europa, ninguém nas comunidades autónomas espanholas, ninguém nas comunidades autónomas da Flandres ou da Holanda, neste momento tem esta desproteção em relação aos dialetos locais. A verdade é esta. A verdade é que para nós, este é um tema em que temos investido muito pouco e eu acho que está na altura de termos uma posição mais afirmativa na defesa dos dialetos dos Açores, transmitindo claramente à nossa população e transmitindo claramente aos nossos jovens que quando falam com sotaque, quando falam com o dialeto de São Miguel ou da Terceira, estão a falar corretamente, estão a afastar-se da norma padrão de Lisboa, mas é tão correto, a forma de falar é tão correta como aquela que está a ser utilizada em Lisboa ou em Coimbra. É tão correta como essa.

Portanto, o que temos que dizer às nossas crianças, aos nossos jovens, é que devem ter orgulho da forma como falam e que devem utilizar o nosso dialeto sem qualquer tipo de complexo.

Eu tenho o testemunho do meu próprio filho. Tem um ligeiro sotaque...

Deputado João Vasco Costa (PS): Por imposição do Sr. Deputado.

O Orador: ... e tem uma forma de falar, porque foi educado no Corvo. Portanto, tem uma forma de falar de que se orgulha e na Universidade um dos professores chamou-lhe a atenção em relação à forma como ele falava.

Se quiserem dizer a verdade, cada um de nós tem histórias em relação a esta matéria, em que a forma de falar dos açorianos e a utilização dos dialetos

muitas vezes acontece num contexto difícil e em que existe efetivamente a discriminação. Não vale a pena negar a realidade.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é alentejano e não tem sotaque nenhum! Vai obrigar as pessoas a ter sotaque?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ai tenho, tenho!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que ainda estará na memória de todos e de todas nós, aqueles que transitaram da última legislatura para esta, que houve em 2015 uma discussão, um debate bastante acalorado sobre esta exatíssima matéria e sobre esta recomendação do PPM que, no fundo, exorta o Governo Regional a planificar e a executar medidas que protejam, dignifiquem, valorizem e divulguem os dialetos açorianos que na voz de uma especialista conceituada e já consultada, nomeadamente pelo Partido Socialista, são nem mais, nem menos, do que oito, na Região Autónoma dos Açores, acrescentados de mais de cem falares.

Penso que não vale a pena repetir aqui o mesmo debate, repetir aqui as mesmas considerações. Obviamente que o Bloco de Esquerda votará favoravelmente, tal como o fez em 2015,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

A Oradora: ... este Projeto de Resolução, querendo apenas deixar uma nota: obviamente que existe uma norma padrão e obviamente que ela deve ser respeitada, mas isso não colide com o respeito, com o carinho, com a dignificação e com o reconhecimento de cariz identitário aos dialetos existentes nesta ou noutra qualquer região.

Portanto, achar que uma coisa se opõe a outra, para eu respeitar a norma padrão tenho que desprezar todas as outras formas de expressão, nomeadamente os

dialeto existentes, do meu ponto de vista é um erro crasso, porque as coisas não se excluem e a riqueza de uma identidade é exatamente esta pluralidade de dizeres, uns mais próximos e cumprindo a norma padrão, outros mais afastados, mas ainda bem que existem, ainda bem que eles são capazes de nos fazer dizer: olha ali está alguém da Ilha Terceira, olha ali está alguém da Ilha de São Miguel,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E há alguns que não são de lado nenhum.

A Oradora: ... olha, ali estão alguém do Pico, olha, ali está alguém das Flores, do que sermos todos iguais uns aos outros, e essa diversidade identitária acabar por pouco a pouco morrer.

Se o Governo Regional está tão à vontade para dizer, como disse em 2015 e agora repete, que está a fazer tudo no sentido de proteger, de dignificar, de valorizar e divulgar os dialetos açorianos, Sras. e Srs. Deputados, então não terá outra solução senão aprovar este Projeto de Resolução que exatamente exorta o Governo a que continue a fazer aquilo que o Governo diz que já está a fazer. Estará? – pergunto.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vamos ouvir um dialeto agora.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É um dialeto da tua terra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nos dicionários o vocábulo arquipélago significa um conjunto de ilhas. Quer isto dizer que os dicionários conferem à palavra arquipélago um sentido de coesão.

No entanto, mais do que um conjunto de ilhas, os Açores constituem fundamentalmente uma pluralidade de ilhas, porque as ilhas são muitas, porque as ilhas estão muito dispersas, porque as ilhas foram descobertas durante um longo tempo, pelo menos desde 1427 até 1452, porque as ilhas, se pensou outrora que constituíram dois arquipélagos, os Açores propriamente ditos, compostos apenas por sete ilhas, e as Floreiras ou Corvinas, incluindo as restantes duas ilhas, e ainda porque as ilhas foram ocupadas, como aqui já foi lembrado por gentes muito diferentes, por portugueses de todas as províncias, por estrangeiros do norte e do sul da Europa e por minorias, todas elas portadoras de estigmas que dificultavam a sua integração no reino, por exemplo, criminosos, judeus, moriscos e escravos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E alentejanos.

O Orador: Os Açores são, portanto, um império da diversidade. A melhor das provas reside precisamente na pluralidade dos nossos falares que identificam quase na perfeição as gentes de cada ilha até de cada lugar.

Claro que a projeção económica e demográfica da Ilha de São Miguel faz com que sobretudo no exterior o falar micalense seja comumente identificado com o falar açoriano, mas o falar açoriano é o único falar inexistente nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Entre nós, mais do que núcleos dialetais de grande definição, encontramos, creio, sobretudo, pontos de relativa identidade lexical.

Mesmo assim, reconhecemos uma comedida autonomia entre os falares das ilhas e do continente.

A origem das distinções dos nossos linguajares é de fácil identificação.

Com efeito, ela enraíza de certo na diversa origem dos povoadores de cada ilha e de cada lugar, mas principalmente na quebra da convivência dos falantes por falta de contatos humanos regulares e de meios de comunicação comuns.

Nestas circunstâncias o hodierno convívio das gentes, estimulado por vontade política e por progresso económico, possuirá com certeza consequências linguísticas necessariamente traduzidas na atenuação de diferenças entre ilhas e eventualmente mesmo grupos sociais.

Mesmo assim, longe se encontra o tempo do desaparecimento dos falares típicos de cada ilha e de cada lugar.

Basta atentar no orgulho com que os jovens praticam e defendem os seus falares;

Basta atentar no modo como o Governo e os seus serviços consideram a preservação das formas de expressão de antigamente;

Basta atentar no modo como as instituições científicas e particularmente a Universidade dos Açores dedicam tempo e espaço aos estudos de dialetologia.

De resto, a preservação dos nossos léxicos dispensa a imposição de prosseguimentos e o artificialismo de todas as opções, porque elas gerariam a cristalização e a cristalização é, como se sabe, o atributo maior das línguas e dos dialetos mortos.

Ao invés, uma das principais características das línguas e por consequência dos falares, é a sua evolução. É por isso que ao longo do tempo surgem acordos ortográficos que vão adequando a etimologia à pronúncia com as consequentes alterações na escrita.

A língua é, portanto, um organismo vivo.

De facto, acha-se em mutação permanente, resultante da alteração dos seus agentes e das muitas influências que sobre eles se exerce.

Caso contrário, hoje, não falaríamos o português. Talvez ainda falássemos o latim que se tornou uma língua morta na evolução dos tempos.

Assim, historicamente, do lado da adequação da língua às mudanças da sociedade, estiveram sempre os mais clarividentes e os mais inovadores.

Em Portugal, por exemplo, o estrangeirado Luís António Verney, no século XVIII, e a intelectualidade paladina do republicanismo na transição entre os séculos XIX e XX.

A melhor defesa dos nossos dialetos, dos nossos falares, é a investigação. É a investigação dirigida pelas universidades e pelos institutos culturais.

Foi essa investigação que já originou o Atlas Linguístico ou Etnográfico dos Açores, concluído em 2011, preparado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, com supervisão do Professor João Saramago.

Foi essa investigação que já originou o primeiro encontro de estudos dialetológicos, organizado em 2006, na Universidade dos Açores, pelas Professoras Maria Clara Rolão Bernardo e Helena Montenegro.

Foi essa investigação que já originou em 2003 a publicação de um livro intitulado “O falar micalense”, fonética e léxico, da autoria das mesmas investigadoras.

Foi essa investigação que antes de tudo isso, por exemplo, suscitou na década de 80 os estudos de Maria Alice Borba Lopes Dias sobre a “Linguagem e etnografia da Ilha Terceira”.

E nos anos 50 e 60, ainda mais longínquos, os estudos de Elsa de Lemos Mendonça sobre São Jorge.

Estes exemplos que acabo de dar podiam inclusivamente multiplicar-se.

Recordo-me, a título de exemplo, novamente, do Dicionário de “Falares dos Açores”, Soares de Barcelos.

Passando da investigação ao ensino, o ensino do português, no sistema educativo regional, não se exclui as variantes lexicais da língua.

Por acréscimo, o currículo regional determina a abordagem da açorianidade em todas as disciplinas. Nas línguas, por exemplo, determina, em contextos de compreensão oral e escrita de textos de natureza e funções diversificadas com especial ênfase na literatura popular e nos autores ou temáticas açorianas.

Mais em concreto, no pré-escolar, na área do português confere-se, passo a citar: “às crianças oportunidades de desenvolver a comunicação oral” e de abordar a linguagem escrita, volto a citar, “com particular atenção à diversidade de pronúncias locais e de sons que são representados na escrita”.

No ensino básico atenta-se, cito de novo, “na afirmação da identidade linguística e literária açoriana, promovendo o conhecimento e a valorização das especificidades linguísticas decorrentes da descontinuidade territorial regional das dinâmicas do povoamento e dos fenómenos migratórios açorianos”.

Do mesmo modo, o Plano Regional de Leitura, recomenda uma lista de obras de autores e temáticas açorianas que integra livros onde as variantes dialetais dos Açores ganham expressividade e imortalizam especificidades fonéticas, sintáticas e lexicais, dando também voz à mundividência e aos falares das nossas comunidades.

Quanto à comunicação social, embora ela tenha por missão um esforço de entendimento global, são muitos os profissionais que se expressam de forma bem diferenciada.

Aliás, na televisão e na rádio, casos como Pedro Moura, Sidónio Bettencourt ou Vasco Pernes, em Programas como o “Bom dia”, o “Interilhas” ou “Gente franca”, são exemplos da difusão dos nossos falares, que são ao todo cerca de uma centena.

Quer isto dizer que proteger, dignificar, valorizar e divulgar são já propósitos de hoje, que acrescem à autoestima dos nossos concidadãos em defesa dos nossos falares.

Como disse atrás, a preservação dos nossos léxicos dispensa a imposição de prosseguimentos e o artificialismo de opções, porque gerariam a cristalização, como disse também, atributo maior das línguas e dos falares mortos.

De facto, quando apenas determinada pela obstinação, a insistência na tradição conduz ao definhamento cultural que acarreta inevitavelmente o retrocesso material.

Assim, a defesa da cultura, da língua e dos falares, implica um exercício de liberdade e uma prática de estudo.

Em suma, há que dizer que por influência normalizadora da língua padrão, os nossos falares não correm o risco de perda, nem sequer de estigmatização.

Em suma há que dizer ainda que o nosso propósito essencial consiste em que todas as crianças, todos os adolescentes e todos os jovens aprendam corretamente o português, independentemente das respetivas pronúncias.

Em complemento defendemos a arqueologia dos falares numa perspetiva de enriquecimento cultural.

Por outras palavras, a prioridade é o estudo do português. O complemento é a defesa dos falares.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vejo que a opinião do Partido Socialista e do Governo Regional não se alterou nesta legislatura.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Não se alterou?

O Orador: Portanto, nesta matéria, quero aqui referenciar quatro fatores que me parecem essenciais.

O primeiro deles, até aponte aqui a frase do Sr. Secretário da Educação. Disse ele o seguinte: “O Governo Regional reconhece a comedia (a palavra foi esta,

comedida) autonomia dos nossos falares em relação aos do continente”. Isto significa uma visão centralista do Partido Socialista, que aliás é uma visão histórica, é um pecado original da parte do Partido Socialista.

Eu lembro que a nossa bandeira azul e branca foi votada sem a presença do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quando se procedeu à votação. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista abandonou a sala para não ter que votar o símbolo maior da Autonomia dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aaahhhh!...

O Orador: Portanto, é um pecado original que aqui se repete quando se diz que temos uma comedida (reconhece, uma comedida!) autonomia dos nossos falares.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Deviam ser mais comedidos nessa bancada.

O Orador: Em segundo lugar, há aqui uma questão, uma insistência no artificialismo, na cristalização, disse o Sr. Secretário, que a promoção dos dialetos açorianos provocaria.

Eu pergunto: então cada vez que se promove a língua portuguesa, promove-se também que a língua portuguesa passe a ser uma língua estática e também inamovível.

Eu acho que não é isso que acontece, nem isso que se pretende, quando se promove a língua portuguesa. A mesma coisa em relação aos dialetos.

Quando se promove os dialetos, eu não vejo por que é que tem que ter esse efeito, que não tem, quando se promove a língua portuguesa. Até parece que aqui se está a propor a criação de uma academia da língua açoriana e não se está a propor nada disso.

Portanto, está a propor-se a promoção dos dialetos açorianos. Não estou a ver por que é que isto significa criar aqui este estigma todo, que não se cria quando se promove a língua portuguesa ou outra qualquer.

Portanto, este argumento, na minha perspetiva, não faz muito sentido.

Depois, é evidente, a investigação. A investigação é sobre muitas coisas. Há investigação, por exemplo sobre as Pirâmides do Egipto. Bom, mas investigação não significa que esteja a proteger os dialetos.

O Sr. Secretário fala na investigação no sentido de estudar o fenómeno, mas não de o proteger, não de permitir que ele venha a desaparecer, impedir o seu desaparecimento e a sua fragilização, que é aquilo que está a acontecer.

Depois, o Sr. Secretário tem aqui uma visão diferente, mas isto é uma democracia, cada um tem a sua, que os dialetos açorianos (a frase foi esta) se encontram muito longe do fim.

Bom, eu também acho que se encontram longe do fim, mas eu acho que se encontram cada vez mais próximos do fim, e era esta tendência que eu queria alterar. Eu queria proteger os dialetos açorianos, porque noto, e não sou só eu, diversos investigadores (tive a oportunidade de ler) falam no retrocesso evidente dos dialetos açorianos, como dos dialetos do território continental do país, por dois fatores fundamentais.

Primeiro, a massificação da educação utilizando a norma padrão (ponto n.º 1);

O segundo, é a massificação que promove a comunicação social que maioritariamente, ou de forma esmagadora, também utiliza a norma padrão.

Estes dois fatores conjugados estão a promover um retrocesso, um forte retrocesso no âmbito da existência e da vitalidade dos dialetos, não só aqui como também no território continental do país, como também em muitas outras regiões da Europa, por isso é que essas regiões da Europa promoveram, e na Holanda já desde a década de 60, a criação de políticas de proteção desses dialetos, porque reconheceram esse perigo. Portanto, há aqui um diagnóstico que, na minha perspetiva, não está correto.

De qualquer das formas, concluindo esta intervenção, dizer o seguinte:

Eu penso que esta questão só se resolve do ponto de vista político, com um novo Governo, com um cariz mais autonómico, com um cariz menos centralista, e que aposte mais na identidade dos Açores e na promoção da identidade dos Açores e que, quer com este Governo, quer com o anterior, nós vemos que esta visão continua a manter-se, esta visão tão centralista.

Por isso é necessário um novo ciclo de políticas, e o novo ciclo só acontecerá quando V. Exas. abandonarem o poder em 2020.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exma. Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Este é um assunto deveras pertinente, com elevada importância, acima de tudo porque fala daquilo que hoje nos permite conversar uns com os outros, que é a língua, e neste caso, a língua portuguesa e os seus dialetos.

A língua é, além de uma forma de comunicação, uma expressão de poder.

A discussão sobre as línguas oficiais em instituições internacionais é um claro exemplo da língua como uma ferramenta de poder.

Recordo aqui que na União Europeia, até 1990, aproximadamente, a língua mais dominante era a língua francesa. A partir de então passou a ser o inglês, mas recordo que em 2006, a Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu, em junho de 2016, questionava precisamente a permanência do inglês como língua oficial da comunidade europeia no contexto do “Brexit”.

Portanto, aqui se nota o peso da língua como uma ferramenta de comunicação, mas também como um peso político.

Mas para além desta relevância, acima de tudo, é preciso chamar a atenção de que a língua é evolutiva, tem uma cronologia própria, ou seja, diferenciam-se no tempo e na história e por isso mesmo o português que aqui todos nós, hoje,

falamos, não é mesmo que falaríamos no século XIII quando Portugal foi fundado, no século XII consolidado, mas também não é aquele que falaríamos no século XVI, quando se observou o fomento do povoamento das nove ilhas dos Açores.

A verdade é que a esta diferença cronológica associa-se uma diferença tipológica, que é precisamente a questão dos dialetos, que o Sr. Deputado Paulo Estêvão nos traz hoje à discussão e que queria chamar a atenção para a diferença do Projeto que é apresentado em 2015 e o de 2017, porque é uma questão importante.

Em 2015, a proposta falava na proteção e dignificação dos falares. Esta agora refere-se aos dialetos. Portanto, o Sr. Deputado Paulo Estêvão “emagreceu” o seu pedido – creio eu que o relatório de 2015 – precisamente porque são oito dialetos, como disse a Sra. Deputada Zuraida Soares, e são cem falares. Antes eram os falares agora são os dialetos.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

A Oradora: Estamos a falar de quantidade, não estamos falar no princípio da sua proposta. Estou só a chamar a atenção para este pormenor que não é despidendo.

De que nos recomenda, portanto, a Representação Parlamentar do PPM?

“Planifique e execute as medidas necessárias para proteger, dignificar, valorizar e divulgar os dialetos açorianos”, e agora chamo a atenção porque isto é que é o coração da nossa discussão, “com mecanismos adequados para promover o seu uso nos órgãos de comunicação social, nos diferentes âmbitos institucionais e no sistema educativo regional”.

Ora, o respeito pelos dialetos como variantes linguísticas, porque os dialetos são variantes da língua, é uma realidade que é ilustrada não só pelo Governo

Regional, mas por esta Assembleia, que tem a plena liberdade de falar com o sotaque e da forma que cada um de nós com a formação e a educação que teve aqui plasma.

Ora, a verdade, como o Sr. Secretário também enunciou, o Governo Regional não descorou esta questão. Referiu-se aqui o Atlas Linguístico Etnográfico dos Açores, divulgado online em 2011, mas eu até queria dar exemplos concretos porque fala-se no Atlas, mas se calhar muitos de nós não consultamos esta ferramenta para perceber como é que os dialetos estão aqui discriminados.

Na área das atividades agrícolas um exemplo: os famosos espantalhos. Chama-se “espantalho” nos Cedros, chama-se “macaco” em São Roque do Pico, chama-se “boneco” na Ilha das Flores, chama-se “tareco” em Nordeste, São Miguel, chama-se “mascarado” em São Jorge e chama-se “maio” nos Altares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): “Maio” não é a mesma coisa que “espantalho”!

A Oradora: E isto, claro, são os fundamentos da nossa identidade. Ou seja, o Atlas, não é apenas algo hipotético, tem um mapeamento, uma localização e nós conseguimos saber, para exatamente a mesma representação etnográfica, em que ilha e em que zona daquela ilha é “marreco”, é “maio”, é “boneco”, é “tareco” é “mascarado”.

Ora bem, nos outros dois setores que a proposta do Sr. Deputado apresenta, a comunicação social e no sistema educativo, a verdade é que estes dialetos são salvaguardados sem a pretensa recomendação governamental.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Já o Sr. Secretário e a Deputada Fátima Albino falaram nos projetos que estão a ser desenvolvidos na área educativa, nomeadamente no CREP e no Plano Regional de Leitura.

O Sr. Secretário também listou aqui alguns dos programas que a RTP tem, precisamente valorizando os dialetos, mas também queria chamar aqui a

atenção que a RTP Açores, desde 1980, desenvolveu uma profusa e rica produção ficcional que claramente valoriza os dialetos à margem desta desejável recomendação que agora se pretende: “O Barco e o Sonho”, “Mau tempo no Canal”, “A viagem”, “As Pedras Brancas”. Oiçam-se todas estas produções de ficção regional e percebe-se exatamente o que é e o que são os dialetos e os falares açorianos.

Mas vou mais longe. Mesmos sem esta pretensa recomendação, em 2006, quando é inaugurado o Museu da Língua Portuguesa em São Paulo, no Brasil, é criado um vídeo específico sobre os dialetos portugueses e os Açores, a representação dos dialetos dos Açores, estão nesse vídeo, até com excerto muitíssimo bonito que nos dá a alusão sobre esta importância.

Deixem-me ainda dar um pormenor. Para quem consulta o Wikipédia, independentemente do seu valor, consegue perceber que há registos fonográficos de expressões, e ainda são longas, tenho o texto escrito, mas tenho audível no Wikipédia, por exemplo, como é que se fala, permitam-me a expressão, à moda de Ponta Garça, em São Miguel, das Fontinhas, na Ilha Terceira, ou na Fajazinha, nas Flores.

A verdade é que há um conjunto de referências que claramente denunciam que a proteção aos dialetos e aos falares açorianos é feita à margem de uma institucionalização e de uma recomendação.

Mas Sr. Deputado, sendo eu uma adepta, e não falo de nenhum tipo porque cresci em Lisboa e, portanto, não tenho nenhum sotaque, nem nenhum dialeto em particular ligado aos Açores, terei outros, tem a ver com a minha formação, portanto, gosto muito da especificidade com que nós açorianos comunicamos, o que me preocupa um pouco é a operacionalização desta sua proposta, porque, pergunto-lhe:

Vamos ter quotas na comunicação social? À segunda o Telejornal é à micaelense...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem?

A Orador: ... e à terça é à forma da Graciosa?

Vai o Governo Regional contratar ou legislar para que os recursos humanos, das entidades que estão no seu projeto, tenham que prestar provas orais, para saber se vão ser contratados se falam à forma das Flores ou à moda de Santa Maria?

Ou seja, nós temos aqui um princípio teórico, mas temos depois a operacionalização e isto preocupa-me porque há aqui um primado que é da liberdade individual e podemos correr o risco, permita-me agora ser um pouco abusiva, de criar um contrassenso.

O Sr. Deputado falou aí por inúmeras vezes sobre a norma padrão, a língua portuguesa, mas a esta ditadura da uniformização que o Sr. Paulo Estêvão preocupa-se vai-se seguir a ditadura da regionalização. Ou seja, vamos criar uma nova Torre de Babel, o que de facto também não me parece que seja esse o objetivo.

Mas, por fim, o Sr. Deputado fiz aí alusão a dois exemplos que me parecem muito pertinentes.

O Sr. Deputado é historiador, portanto, vou dar-lhe exemplos que conhece muitíssimo bem. Curiosamente os dois exemplos que o Sr. Deputado falou são Espanha e Holanda.

Ora, nestes dois enquadramentos, a história destas duas nações, são histórias que têm um fomento de etnias e de povos diferentes. A Espanha de hoje é o resultado secular de uma conjugação de Castela, Aragão, Navarra, Granada.

Os Países Baixos! O Sr. Deputado falou na Holanda. A Holanda é uma criação do século XVII, porque até então eram os Países Baixos e nós bem sabemos, ainda na década de 90, as lutas, do ponto de vista do domínio da linguagem que em Bruxelas houve por causa da dissonância de linguagem. Ou seja, os dois exemplos que o Sr. Deputado traz, que são todos naturalmente legítimos, não são comparáveis com o exemplo de Portugal e dos Açores, porque Portugal

desde a sua fundação teve uma matriz identitária única completamente díspar da história espanhola, até porque a movimentações de Catalunha agora o mostram que é uma amálgama, é uma união da desunião, uma união artificial e, portanto, são dois exemplos muito singulares.

O Sr. Deputado não trouxe o exemplo francês, o Sr. Deputado não trouxe o exemplo de Inglaterra. Trouxe dois exemplos de que a história, de facto, é singular e não é comparável com a matriz portuguesa.

Portanto, ainda lhe digo mais. O Sr. Deputado falou aqui nas questões da Autonomia. Deixe-me dizer: a nossa Autonomia, quando nasce no século XIX, não nasce com base em argumentos identitários. Ela nasce com base em argumentos económicos.

Segunda questão: mesmo no segundo movimento autonomista, aquele que vai de 1919 até 1940, e aí sim as questões de identidade são bastante importantes, eu queria aqui recordar o patrono da atual Biblioteca de Angra, Luís da Silva Ribeiro, que dizia claramente “mais açorianos seremos quanto mais portugueses formos”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que há quem não concorde com isso nesta Casa!

A Oradora: Portanto, aqui também a identidade específica dos Açores parece-me funcionar.

Deixem-me terminar com um filho de uma terceirense, Fernando Pessoa, que claramente dizia (não Fernando Pessoa, mas Bernardo Soares, do “Desassossego”, e deixe-me terminar com este desassossego, este filho de uma terceirense, Bernardo Soares, Fernando Pessoa, que claramente dizia aquilo que nós podemos dizer): “A minha pátria é a língua portuguesa”.

Portanto, é esta matriz que nós temos aqui que respeitar e acima de tudo falemos todos de forma individual e liberta. E à margem das recomendações,

esta autonomia individual parece-me que é fundamental para salvaguardar, à margem de eventuais recomendações, à margem de eventuais obrigações.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos então desmontar o seu discurso, Sra. Deputada.

Em primeiro lugar, a Sra. Deputada fala do exemplo Andaluz falando na Catalunha, falando de línguas diferentes. Eu tive oportunidade de lhe dizer que isso é uma barbaridade e vou explicar-lhe porquê. Na Andaluzia falam o quê? Castelhana! Portanto, falam o castelhano com o dialeto local que é reconhecido no Estatuto da Andaluzia.

Portanto, quando a Sra. Deputada diz assim: bom, mas a Andaluzia é um exemplo muito diferente.

É diferente em quê? Foi povoado, como bem sabe, por Castela, tal como os Açores foram povoados maioritariamente por gente proveniente do território continental do país e desenvolveram um dialeto diferenciado como nós também desenvolvemos aqui. Portanto, onde é que está a diferença?

A Sra. Deputada conheceu algum reino da Andaluzia? É porque eu não conheci. E a Sra. Deputada falou aí no Reino de Granada, o Reino de Granada era um Reino Islâmico muito diferente do que a Andaluzia.

Portanto, Sra. Deputada, eu não conheci nenhum reino da Andaluzia que a senhora acabou de criar na sua alocução – primeiro ponto.

Em segundo lugar, diz a Sra. Deputada que a história da Holanda é muito diferente. Bom, a história da Holanda não é assim tão diferente. Consegue a independência em relação à Espanha, como nós conseguimos em relação a Castela e Leão. Também há uma autonomização, mas nessa autonomização é evidente que o território Holandês que pertencia e que integrou Espanha a partir de Carlos V, como bem sabe, tinha uma identidade cultural diferente que não foi construída depois da separação da soberania espanhola. Portanto, também aí a Sra. Deputada está errada, nesse exemplo que deu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Dois a zero.

O Orador: Depois, devo dizer-lhe: provas orais e quotas? Onde é que está escrito aqui no projeto?

Dá-lhe jeito do ponto de vista de tentar obviamente ridicularizar a proposta, mas o ridículo é seu, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Três!

O Orador: Quem fala de quotas, quem de fala de provas orais, quem fala desse tipo de propostas, foi V. Exa., porque em nenhum momento V. Exa. leu aqui na proposta. O que leu na proposta foi a promoção, a promoção dos dialetos.

Torre de Babel, Sra. Deputada! Vamos transformar isto em Torre de Babel!

Bom, na Torre de Babel temos de falar línguas diferentes. Eu comecei por dizer que falamos a mesma língua, mas falamos é com dialetos diferentes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai mandar para o castigo?

O Orador: Falamos a língua portuguesa, portanto eu não estou a ver como V. Exa. pode dar este exemplo da Torre de Babel, a menos que aqui se estivesse a defender que existe uma língua açoriana própria.

Portanto, também é um exemplo completamente desfocado. Ou seja, a sua intervenção, Sra. Deputada, é uma intervenção imaginada e com várias incorreções do ponto de vista histórico e do ponto de vista argumentativo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é bom O senhor faz intervenções e responde a si próprio.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se os senhores não respondem...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Voto de silêncio!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como os senhores se renderam, não vêm ao debate, eu sou obrigado então a vir aqui ao Parlamento recolher os louros da vitória, do ponto de vista da argumentação, porque V. Exas. já não discutem, portanto não estão a contra-argumentar.

Portanto, para terminar e para esgotar os minutos que eu tenho, eu gostava de dizer o seguinte:

Há aqui uma perceção que é uma perceção claramente centralista por parte do Governo Regional, uma perceção perfeitamente centralista por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ela vai falar.

O Orador: Ah!... Afinal temos uma intervenção. Vou deixar alguns segundos para depois responder.

Portanto, essa é a vossa perceção.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Susana Costa tem a palavra.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exma. Senhora Presidente, Exmas. Senhoras e Senhores Deputados, Exmos. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor não explica, e ainda não explicou, como é que vai operacionalizar isso,...

Deputado André Bradford (PS): Ele não sabe.

A Oradora: ... porque isso é: recomenda-se... recomenda-se... recomenda-se...

Eu falei na questão das quotas e dos concursos, porque eu li a sua proposta com muito cuidado...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... e refleti com ela com muita diligência.

Portanto, se nos diz numa parte que para recomendar aos órgãos de comunicação social esta proteção, temos que ter uma pragmatização disto, não é só dizer recomenda-se.

A minha proposta de fazer concursos e quotas tem a ver na sequência direta de eu ter pensado com muita seriedade nesta sua reflexão, apenas.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão. Em cerca de um minuto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, como acabou de reconhecer inventou as quotas, inventou as provas orais, inventou tudo isso. Acabou agora de reconhecer na sua intervenção.

O que aqui está é promover. E como é que se promove? Como é que se promove a utilização dos diferentes dialetos açorianos?

Pois é evidente, promovendo e criando as condições logísticas e financeiras para que os órgãos de comunicação social possam desenvolver muitos mais programas sobre esta matéria, possam desenvolver utilizando os dialetos açorianos também ao longo da sua atividade profissional.

Não é preciso inventar nada, Sra. Deputada. Se tivesse investigado o caso de Andaluzia, que a Sra. Deputada deixou logo, porque achou que era uma questão diferente em Espanha, e tudo isso, porque era uma língua diferente, se a Sra. Deputada tivesse estudado o caso de Andaluzia, verificava o que é que eles estão a fazer.

Eles estão a apoiar os órgãos públicos, financiar, para que os dialetos sejam utilizados em diferentes programas...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

... que seja fomentado o seu uso em diferentes programas.

Quem tiver oportunidade de verificar os canais televisivos de Andaluzia verifica que isso é utilizado de forma massiva, ou seja, a normal padrão está presente, mas também estão presentes as várias variantes do ponto de vista dos dialetos na Andaluzia.

Portanto, é isso. Não é preciso inventar. É fazer aquilo que os outros estão a fazer.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar. Já ultrapassou largamente o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente, dizendo que a mesma coisa em relação ao sistema educativo regional. Só quem nunca deu aulas numa escola dos Açores (termino, Sra. Presidente), é que aqui vem dizer que os dialetos dos Açores são promovidos. Muito pelo contrário.

As crianças e os jovens que utilizam os dialetos dos Açores...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São corrigidos.

O Orador: ... são corrigidos e até são muitas vezes tipificados, a verdade é esta.

Vir aqui dizer o contrário é, pura e simplesmente, Sra. Deputada, não conhecer a realidade.

No seu caso eu considero que não faz por má-fé, mas é não conhecer a realidade da escola dos Açores.

Deputado José Contente (PS): Isso é uma declaração abusiva!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E não só.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Esgotou o seu tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Concluimos assim o ponto três da nossa Agenda.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Muito obrigada.

Presidente: É regimental. Regressamos às dez para as seis.

Eram 17 horas e 19 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Entramos agora no ponto quatro: **Projeto de Resolução n.º 40/XI – “Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Entretanto deu entrada na Mesa uma proposta de substituição integral, que já foi distribuída por todos. É sobre esta proposta de substituição integral que se fará o debate e sobre a qual também faremos a votação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No dia 22 de dezembro de 2016 fez-se história na Assembleia da República.

Nesse dia foi aprovado, por unanimidade, um texto de substituição que procedia à fusão das iniciativas apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE e PAN e que tinham um objetivo comum: dignificar o estatuto jurídico dos animais.

A iniciativa em causa foi, posteriormente, publicada sob a forma de Lei n.º 8/2017, de 3 de março, cujo artigo 1.º (Objeto) postula assim:

“A presente lei estabelece um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos dotados de sensibilidade, procedendo à alteração do Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, do Código de Processo Civil, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26 de junho, e do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro.”

Este diploma é o resultado, ainda não final, de uma longa caminhada, entre inúmeros obstáculos, percorrida por diversas associações e pessoas singulares que abraçaram, há muito tempo, a nobre causa de defender os direitos dos animais.

A Lei n.º 8/2017, de 3 de março, dá um passo fundamental para a causa acima referenciada, uma vez que introduz uma alteração substancial no ordenamento jurídico, o qual passa a consagrar a seguinte “tríade”: pessoas; animais e coisas. Desde o dia 1 de maio de 2017 – data da entrada em vigor da Lei n.º 8/2017 – que “Os animais são seres vivos dotados de sensibilidade e objeto de proteção jurídica em virtude da sua natureza.”

Consequentemente, os animais deixam de ser, como até aí, coisas, autonomizando-se através de um estatuto jurídico próprio.

A alteração em apreço, aparentemente simples e óbvia, demorou décadas a ser concretizada e a tornar-se uma realidade.

Aqui chegados, importa, pois, continuar a caminhada – uma caminhada que implica, desde logo, a assunção de dois problemas basilares: o do abandono e o da sobrepopulação. Há que atuar, massiva e consistentemente, na base de ambos, ou seja, em campanhas alargadas de colocação de chips nos cães (e conseqüente registo), bem como de esterilização de cães e gatos.

Neste sentido, entende-se por adequado – após a inclusão, primeiramente, e por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista em sede de discussão do Plano e Orçamento para 2017, de uma ação específica, destinada à promoção do bem-estar de animais de companhia e animais errantes, bem como o recente reforço desta mesma ação, proposta pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda e aprovado nesta Casa, Grupo Parlamentar que, aliás, se juntou a nós, ou a que nós nos juntámos, no diploma que me cumpre aqui apresentar, e que resulta de um encontro verdadeiro de preocupações, em sede de especialidade, aquando da discussão do Plano Regional para 2018 – concretizar, com maior acuidade, os objetivos inerentes a tais propostas.

Acresce que a verba ora alocada a esta ação, que representa um aumento de 100% face ao ano transato, é elucidativa quanto à importância que estas matérias têm para todos aqueles que se reveem numa sociedade que se quer cada vez mais humanista e progressista.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Não importa se os animais são incapazes ou não de pensar. O que importa é que são capazes de sofrer.” – disse Jeremy Bentham, no século XVIII.

Assim, e na consciência de que esta câmara, de que esta Casa tem de dar um sinal inequívoco da sensibilidade que esta matéria também nos impõem, propomos que, nos termos regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que promova iniciativas, em estreita articulação com associações regionais de proteção de animais (devendo estas, por seu turno, conferir prioridade às famílias com dificuldades económicas), financiadas pela ação “Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes” inscrita no Plano Anual Regional para 2018, designadamente, no sentido da colocação de microchips em cães, registo na respetiva base de dados e esterilização de animais de companhia e de animais

errantes, bem como para apoiar as associações em alimentação e tratamentos veterinários diversos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD encara as questões do bem-estar animal com a preocupação que elas merecem, sem deixando de hierarquizar com o bem-estar animal e as outras questões subjacentes ao objeto deste diploma têm uma consequência óbvia naquilo que é o mais importante, que é a saúde pública, e a defesa da saúde pública é sempre a prioridade do PSD nas questões relativas aos animais.

E este diploma foi uma evolução em relação ao diploma anterior que em Comissão foi dito, e foi assumido até pelo próprio Secretário Regional, que era uma resolução que recomendava ao Governo que fizesse aquilo que já fazia e às autarquias que fizessem aquilo que também já faziam.

Portanto, era na versão original uma resolução “Melhoral”, quando não fazia bem também não fazia mal.

Como o PSD bem disse em Comissão esta resolução era tão vazia de conteúdo de prático...

Deputado André Bradford (PS): Mas estamos discutindo é a que existe agora, não é a que existia antes!

O Orador: O Sr. Deputado certamente poderá inscrever-se e dar o seu contributo ao debate...

Deputado André Bradford (PS): Era só para lembrar!

O Orador: ... quando entender fazer.

Como o PSD disse em Comissão, esta proposta, esta resolução na sua versão original, mais utilidade teria se fosse substituída por uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento que tivesse um reforço de verba para a rubrica em questão. O PS não o fez, o Bloco fê-lo e fê-lo muito bem e se não me engano essa proposta de alteração foi aprovada por unanimidade por todos os partidos desta Casa.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah não!

O Orador: Se não foi por unanimidade, serei corrigido certamente.

Portanto, com essa proposta de alteração aprovada e com o reforço de verba, o Projeto de Resolução original teria ficado ainda mais esvaziado de conteúdo, porque os objetivos, ou o reforço dos objetivos, foi feito com a verba que o Bloco de Esquerda propôs nessa altura.

Julgo que o PS poderia então ter retirado esta Resolução. Não o fez. Entendeu melhorá-la com alguns contributos e certamente com o acordo que pelos vistos obtive com o Bloco de Esquerda, a ver pelos Deputados subscritores deste novo diploma.

Portanto, julgamos que a Resolução ficou melhor. A original dizia pouca coisa, a atual já diz alguma coisa e nós concordamos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Entendemos também dizer que, ao contrário daquilo que muitas vezes se quer passar nesta Casa, as questões relativas ao bem-estar e aos direitos dos animais não são património nem preocupação de alguns.

São património e preocupação de todos os partidos. É uma causa que a todos nos une, é uma causa até civilizacional e julgo que mais uma vez deve merecer o apoio dos partidos desta Casa neste objetivo que é nobre e que tem que ser prosseguido numa sociedade evoluída e civilizada que é aquela que queremos ter nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): Os animais conseguem unir-nos. Digam lá.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, como é claro, subscreve esta iniciativa, este Projeto de Resolução, que inicialmente começou por ser da iniciativa do Partido Socialista. Sabemos claramente que a aplicação deste Projeto de Resolução não será a solução mágica para todos os problemas desta área, mas estamos seguros que contribuirá de forma significativa para acabar com aquilo que é um flagelo na área do bem-estar animal que são os abates, as centenas de abates de animais que ainda ocorrem nos Açores anualmente.

Antes de falar sobre o Projeto de Resolução em questão gostaria de lembrar que o Bloco de Esquerda tem tido aqui nesta Casa várias iniciativas nesta área.

Em 2014 fizemos aprovar um Projeto de Resolução que previa, entre várias resoluções, a promoção de campanhas de sensibilização que apontassem para as virtudes da política de não abate, dinamização de processos de licenciamento dos centros de recolha oficial, a realização de campanhas de sensibilização pública junto dos detentores de animais contra o abandono, assim como da adoção responsável, entre muitas outras resoluções que me abstenho de citar, porque já foram aqui diversas vezes recordadas.

Ainda nesta Legislatura, durante este ano, apresentámos uma proposta de alteração ao DLR 12/2016/A, para antecipar o final dos abates nos Açores.

Esta proposta não foi, infelizmente, aprovada pela maioria com a justificação de que efetivamente as autarquias não estavam preparadas para ela.

Ora muito bem, o Partido Socialista apresentou uma proposta com vista a acelerar este processo. Esperamos nós que não seja preciso chegar a 2022, porque ainda falta seis anos, se não me falham as contas, para lá chegarmos.

Esperamos que a aplicação deste Projeto de Resolução seja um contributo e que não se tenha de esperar para 2022 para acabar com os abates nos Açores.

Apresentamos ainda, como já foi aqui lembrado, uma proposta de alteração ao Plano para 2018, com o reforço de 50 mil euros também para esta área.

Sras. e Srs. Deputados, nós subscrevemos este Projeto de Resolução porque ele é efetivamente também diferente da proposta inicial que o Partido Socialista apresentou, e nesta versão garante-se que todas as Associações que estejam em condições de concorrer aos apoios existentes possam concorrer a elas, abrangendo-se assim um maior número de associações, uma maior área territorial e eventualmente também mais ilhas.

Subscrevemos este Projeto porque as famílias de acolhimento temporário que voluntariamente dedicam o seu tempo, o seu esforço e até o seu dinheiro para garantir que haja menos abates nos Açores também serão de certa forma apoiadas pela aplicação deste Projeto de Resolução, porque colaboram com as Associações que serão apoiadas através da aplicação desta Resolução.

Garantimos ainda que as famílias carenciadas tenham acesso a cuidados veterinárias através novamente das Associações e que tenham também o direito a ter animais de companhia. Que eles sejam bem tratados e que tenham os cuidados veterinários que sejam necessários.

Há, no entanto, uma lacuna que esperamos que mais tarde venha a ser suprimida que é o facto de existirem ilhas que não têm associações de proteção

animal e, como tal, não poderão usufruir, para já, deste Projeto de Resolução, mas esperamos que nessas ilhas haja de facto o aparecimento de associações que possam concorrer aos apoios que serão criados com base nesta resolução.

Este Projeto de Resolução, se for cumprido na íntegra e executado, contribuirá, não temos dúvidas, com o reforço de verbas também proposto pelo Bloco de Esquerda para terminar de uma vez por todas com os abates de animais nos Açores e esperamos nós para uma antecipação do prazo definido para 2022.

Não pode este Projeto de Resolução servir para desresponsabilizar as autarquias da sua responsabilidade, da sua competência nesta área.

Não pode servir para as autarquias não terem Centros de Recolha Oficial licenciados, com boas condições, praticarem também uma política de não abate, de promoção do bem-estar animal.

É preciso que este Projeto de Resolução não sirva para desresponsabilizar as autarquias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Isso é exatamente ao contrário.

O Orador: Termino com uma pergunta, Sr. Secretário:

Em 2017, já existiam 50 mil euros previstos no Plano. Pergunto, Sr. Secretário, o que é que foi feito até aqui com estes 50 mil euros, uma vez que na audição em Comissão, à saída, referiu à comunicação social, que ainda não tinha sido executada a verba?

O que é que já foi feito? Já houve associações apoiadas? Quantas esterilizações foram feitas? Quantos cuidados veterinários foram executados através da verba definida em 2017?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A avaliar pela quantidade de vezes que nesta Casa já se discutiu as questões relacionadas com os animais errantes, penso que é consensual que todas as bancadas consideram que esse é um problema em relação ao qual nós temos que encontrar solução.

Em relação a este Projeto de Resolução que se chamava, e se chama “bem-estar de animais de companhia e de animais errantes”, vou dizer que na sua génese e sem as alterações introduzidas pelo Bloco de Esquerda, a única coisa que aconselhava era a castração e a “chipagem”. **Deputado André Bradford (PS):** Alterações de quem?

A Oradora: Efetivamente são necessárias, porque vão ao encontro de dois problemas que são os mais graves, que são o da sobrepopulação e o do abandono.

Portanto, em relação à questão da sobrepopulação é fundamental a esterilização e em relação ao abandono ter o microchip para se poder identificar quem efetivamente está a abandonar os animais e poder devolvê-los, mas que nada contribui para o bem-estar animal.

Contribui para resolver um problema que nós temos para resolver, mas em nada contribui para que os animais se sintam melhor: alimentação, cuidados veterinários, as condições onde eles ficam em cativeiro, se calhar até para uma vida toda, porque a partir do momento em que deixar de ser permitida a eutanásia de animais pode haver animais que nunca vão para adoção e nós não podemos fazer de conta que assim não é, pela sua idade, pelas suas condições, porque são animais até de maior agressividade e que as pessoas não têm apetência para os levar para casa, podem ter que ficar sujeitos a condições de cativeiro perpétuas.

Portanto, criar condições nos espaços públicos, nas associações onde eles ficam detidos, criar condições onde eles possam ter uma alimentação saudável e onde eles possam ter cuidados veterinários e, isso sim, contribui para o bem-estar

animal e, neste momento, já consta da parte resolutiva deste Projeto de Resolução.

Agora devo dizer que este Projeto de Resolução trazido aqui ao Parlamento, aquilo que faz, em primeiro lugar, é dizer ao Governo, é recomendar ao Governo para cumprir a lei. É impressionante!... Aliás, já houve várias iniciativas nesta Casa que foram chumbadas exatamente com o argumento de que aquilo que os Srs. Deputados estavam a fazer era dizer ao Governo para cumprir a lei...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e que o Governo cumpria a lei e já estava a fazer isso.

Portanto, o PS está a assumir que efetivamente o Governo não está a cumprir a lei.

Mais!... O PS, que é o partido que suporta o Governo, não confia que as verbas que são alocadas a determinadas medidas no Plano e Orçamento sejam efetivamente usadas para esses fins, porque vem aqui dizer que o Governo Regional use para os devidos fins...

Deputado Francisco César (PS): Aí está uma proposta que é boa, mas vamos desvalorizá-las!

A Oradora: ... a verba que está no Plano e Orçamento para as Associações, aliás, que de resto nos pareceres que nos foram facultados às diferentes associações dizem claramente “as verbas alocadas nos Planos e Orçamentos nunca chegam às Associações bem como os subsídios das diferentes Secretarias Regionais das diferentes tutelas chegam para cumprir os seus fins”.

Portanto, as associações reconhecem que isso não está a acontecer. O Grupo Parlamentar do PS, sensibilizado para isso, recomenda ao Governo que use as verbas que aloca nas determinadas medidas para os seus fins.

Portanto, isto é o reconhecimento da descredibilidade do próprio partido que suporta o Governo...

Deputado André Bradford (PS): Descrédibilidade?

A Oradora: ... da capacidade de execução do Governo dos seus próprios orçamentos.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): É dialeto!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate, do ponto de vista da bancada parlamentar do Partido Socialista, e esta iniciativa em concreto que estamos a apreciar, tem uma dupla relevância política. Por um lado, porque tendo em atenção a matéria de facto e os nobres propósitos desta iniciativa, desta Resolução, no que diz respeito à defesa da causa animal e da procura do fim dos abates dos animais de companhia e animais errantes,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: ... é um passo significativo nessa matéria. Portanto, daí deriva uma parte da sua importância política.

Mas há um outro lado que eu já percebi que incomoda alguns partidos da oposição, mas que também é de relevância política, e que nos cumpre, à bancada parlamentar do Partido Socialista, salientar, que é, se calhar não ficou até agora muito claro que havia uma iniciativa do Partido Socialista, exclusivamente do Partido Socialista, que essa iniciativa foi apreciada em Comissão e o próprio Partido Socialista achou que ela necessitaria de ser melhorada, que essa iniciativa passou por uma primeira fase de melhoria exclusivamente do Partido Socialista, e que numa segunda fase havendo um

interesse específico e uma manifestação de vontade política do Bloco de Esquerda nesta matéria houve um esforço do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda no sentido de se encontrar uma formulação comum.

Portanto, aquilo que nós somos muitas vezes, vezes de mais acusados nesta Casa, que é o de mantermos por teimosia a nossa posição inicial, não sermos capazes de melhorar aquilo que propomos só porque somos maioria, acabou neste caso concreto de ser desmentido pelos factos e pela realidade.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós fizemos tudo o que pudemos para que não fossemos os únicos, porque sabemos que há outros que estão connosco nessa luta.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, isso tem que ser claro, apesar das intervenções que venham a fazer, de dizer que são todos amigos dos animais e que por causa disso não vale a pena debatermos mais nada.

Não senhor!... Vale a pena debatermos o resto! E o resto é o esforço que esta maioria fez para estar nesta causa com aqueles que estão de facto empenhados nesta luta.

Deputada Zuraída Soares (BE): É verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros dos Governo)

O Orador: Foi o esforço que esta maioria fez para tornar comum uma iniciativa que era, na origem, nossa. Portanto, esse esforço ninguém nos tira, apesar de candidamente virem agora alguns aqui dizer: bom, não vale a pena falarmos muito deste assunto, porque animais de companhia todos gostamos, a causa animal todos defendemos e, portanto, passemos à votação.

Passemos, mas primeiro isto tinha que ser dito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como se sabe o PPM aprovou a legislação em causa.

Nós considerámos é que o período parecendo curto, exigia que o Governo e as autarquias cumprissem as suas responsabilidades legais.

A verdade é que logo no dia 23 de maio de 2016 perguntei o que é que se estava a fazer em relação ao cumprimento da legislação, uma vez que o Governo tem a competência de fiscalização no âmbito destas matérias, ou seja, saber se as autarquias estão ou não estão a desenvolver a legislação.

O que me disseram foi que o Governo estava a desenvolver todos os esforços.

Depois voltei a perguntar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... no dia 29 de março de 2017, o seguinte: que municípios não estão neste momento a cumprir o previsto no n.º 3, do artigo 6.º que diz o seguinte: “Os animais recolhidos são obrigatoriamente identificados eletronicamente, esterilizados, vacinados e desparasitados.”.

Qual é a resposta do Governo?

O Governo responde o seguinte: “Todos os municípios com Centros de Recolha Oficial cumprem com o estabelecido na lei”.

Depois (e não tenho tempo para pormenorizar) fiz mais uma série de questões: “que municípios estão a cumprir o previsto no n.º 7 do Decreto Legislativo Regional?”

Resposta do Governo: “Todos os municípios”.

Como eu sabia que isto não correspondia à verdade e que o Governo não estava a responder corretamente, o que é que eu fiz? Voltei a colocar outro requerimento, que é uma arma fabulosa, de fiscalização política, quando é respondido.

No dia 22 de junho de 2017 voltei a perguntar: então, como é que os senhores sabem que está a ser feito?

Então, pedi cópia dos programas de esterilização e cópia dos relatórios.

Bom, a partir do momento em que eu peço cópias destes relatórios, a partir daí é que as coisas se complicaram, porque os relatórios e as cópias chegaram. Estão aqui as cópias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora responda lá!

O Orador: E o que é que aqui está escrito nestas cópias?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Que nada do que os senhores tinham assegurado que estava a ser feito está a ser feito. E repare! Há uma notícia da Lusa que diz assim: “nenhum canil municipal dos Açores cumpre integralmente a legislação”.

Diz o Sr. Diretor: “na verdade, o que se verificou foi que nenhum cumpre integralmente a lei, conforme o que ela estabelece...”

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ele está a desvirtuar.

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Secretário, porque tenho muito pouco tempo.

“... quer do ponto de vista dos programas de esterilização, quer do ponto de vista do registo eletrónico dos canídeos”, afirmou José Hélio Ventura.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): É verdade!

O Orador: Portanto, reconhece que não estava a ser feito. Mas antes tinham respondido que estavam, de facto, a cumprir a legislação.

Ora bem, como muito bem disse a Sra. Deputada do CDS-PP, o que está a acontecer é que o Partido Socialista desconfia do Governo e tem que desconfiar. Eu também desconfio. Bem-vindo ao clube.

Eu também achava, por isso é que fiz três requerimentos sobre esta matéria, que o Governo não estava a fiscalizar esta matéria, como não estava e não estava a responder com verdade em relação aos requerimentos.

Só disse a verdade quando eu pedi as cópias, e as cópias são bastante evidentes e dizem que não está a ser feito...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Afinal o Governo responde!

O Orador: ... como o próprio José Hélio Ventura reconhece que não estão a ser executados os programas de esterilização e o registo eletrónico.

Portanto, ele próprio diz que não está a ser feito.

A questão é esta: esta proposta é uma proposta do Partido Socialista que eu considero que vai no caminho certo? Sim! Apoio e vou votar favoravelmente!

A minha questão do ponto de vista político e o que eu vou continuar a fazer é a fiscalizar para que isto se faça.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é a função de um Deputado.

O Orador: Porque é assim, daqui a quatro anos temos que estar em condições de executar esta legislação.

A minha preocupação do ponto de vista político é que isto se faça e que não digam que não tiveram tempo, por isso é que existe uma prioridade, por isso é que existe esta urgência e o meu esforço político nesta matéria tem sido de fiscalizar o Governo, confortar o Governo com estas questões.

Portanto, do ponto de vista político, do ponto de vista dos objetivos, quer do Partido Socialista, quer do Bloco de Esquerda, quer dos outros partidos, eu apoio integralmente.

Agora, o que tenho estado a fazer é a verificar e a fiscalizar e a fiscalização até ao momento indica que o Governo Regional não está a ser eficaz, quer do ponto de vista da fiscalização, quer do ponto de vista de ajudar os municípios a implementar estas medidas.

Esta medida vai no caminho correto? Com certeza! Vamos ver se também é executada.

Eu nos próximos dias começarei a remeter requerimentos sobre esta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução de bem-estar de animais de companhia e de animais errantes é a cara da política dirigida aos animais de companhia e errantes que o Governo do Partido Socialista tem praticado, parca e insuficiente.

Desde logo, no preâmbulo deste Projeto de Resolução o Partido Socialista congratula-se com a publicação da Lei n.º 8/2017, de 3 de março, que “Estabelece o Estatuto Jurídico dos Animais” apenas tendo resolvido o problema no papel e esquecendo-se que foi com a Lei 27/2016, que teve por base um Projeto de Lei do PCP, na Assembleia da República, que se visou a criação de uma rede de Centros de Recolha Oficial de animais e se esta não foi cumprida na totalidade foi por falta de vontade política e governativa do Partido Socialista.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PCP não acredita no Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas que quando ouvido em Comissão de Economia referiu que o Governo Regional já desenvolveu várias campanhas de sensibilização e tem vindo a fiscalizar todos os canis e municípios, porque se tal tivesse sido efetivamente realizado deveria

então o Sr. Secretário saber que este tipo de medidas não foi abrangente tendo sido de alcance reduzido no panorama regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Os relatórios das visitas estão ali, Sr. Deputado. O Sr. Deputado Paulo Estêvão têm-nos todos em sua posse!

O Orador: O Sr. Secretário referiu ainda que o Governo já apoia associações amigas de animais, quer a nível de alimentação para animais, quer a nível de tratamento dos próprios animais.

No entanto, sabemos que em muitas ilhas temos associações amigas de animais em estado de inatividade ou moribundas, por falta de apoio do Governo Regional e das autarquias.

Prova disso mesmo é a falta de participação por parte da larga maioria dessas associações quando solicitadas a darem o seu parecer em relação ao Projeto de Resolução.

Relembrando ao Governo Regional e ao Partido Socialista que é com medidas abrangentes e alargadas que se resolve de forma efetiva os problemas ligados ao bem-estar dos animais de companhia e animais errantes e que medidas como estas podem até apaziguar, minimizar e camuflar, mas não resolvem verdadeiramente o flagelo.

No entanto, o PCP votará favoravelmente este projeto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma nota de rodapé que tem que ser agora senão perde a oportunidade, relativamente à intervenção do Sr. Deputado André Bradford.

Na realidade é nossa convicção que os consensos devem ser procurados nesta Casa. Aliás, penso mesmo que é uma das razões de existir desta Casa, de cada um e da cada uma de nós.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mais do que uma maioria simples.

A Oradora: É a prova de que aqui dentro há mais do que um diálogo de surdos, mas para haver consensos é preciso procurá-los e quando se procura tem que haver um a procurar e o outro a ser procurado.

Aquilo que aconteceu é que a iniciativa do Partido Socialista de procurar o Bloco de Esquerda encontrou acolhimento, porque na realidade consideremos que esta causa, como muitas outras, merece essa procura de consensos.

Portanto, só uma nota de rodapé ao Sr. Deputado no sentido de dizer que a democracia de quem procura o consenso é igual à democracia de quem está disponível para o consignar.

Deputado Francisco César (PS): Chama-se a isso democracia demonstrada nesta Casa

A Oradora: E registar com agrado que nesta matéria, disse-o no princípio e agora volto a dizê-lo, disse-o em aparte e agora digo-o à câmara, na realidade parece que estamos todos de acordo e a prova disso é que todas as bancadas deram sinal de que votarão favoravelmente este Projeto de Resolução.

Portanto, valeu a pena.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Chama-se missão de democracia!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado André Bradford, não havia necessidade!

Perante um consenso que foi encontrado nesta Casa e um assunto que não mereceu divergências por parte da generalidade dos grupos parlamentares, o Sr. Deputado em vez de ficar satisfeito com isto,...

Deputado André Bradford (PS): E fico.

O Orador: ... resolveu vir fazer aqui um exercício que é revelador daquilo que é a postura do Partido Socialista perante os consensos, que é ficou muito incomodado e disse: não, há aqui um consenso, mas o PS é que é o “pai desta criança”.

Deputado André Bradford (PS): Não, não! Não foi nada disto que eu disse!

O Orador: Não queremos os outros meninos satisfeitos com este assunto.

Deputado André Bradford (PS): Não foi nada disto que eu disse!

O Orador: Foi exatamente isso que o Sr. Deputado disse e ficou-lhe mal.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado André Bradford (PS): Eu disse exatamente o contrário!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, sim, os partidos representados nesta Casa estão satisfeitos com o consenso; sim, os partidos nesta Casa vão votar a favor deste diploma...

Deputado Francisco César (PS): Sim, à democracia!

O Orador: ... menino feio, menino feio, que não ficou contente com a unanimidade obtida neste diploma.

Deputado André Bradford (PS): O menino feio sou eu?

O Orador: Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dizer o seguinte, três pontos muito rapidamente.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado André Bradford não resistiu à sua veia de caçador de safari e veio aqui apresentar como troféu o Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda fez muito bem em, de facto, mostrar-se incomodado com esta situação.

Ponto n.º 2: há necessidade de fazer uma correção aqui no Projeto de Resolução.

Eu sinto-me ofendido com a generosidade do PAN, que é referenciado como Grupo Parlamentar, e nunca (também só temos um Deputado) fomos referenciados como Grupo Parlamentar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma representaçãozinha!

Deputado Francisco Coelho (PS): Estamos a pensar aplicar o regulamento da Assembleia da República!

O Orador: Sinto-me realmente prejudicado, mas não é por isso que eu não vou votar a favor.

A segunda questão é a seguinte:

Eu não resisto a ler aqui os relatórios, é que isto deu tanto trabalho a conseguir que tenho que aproveitar.

Vejam bem! O relatório da Madalena do Pico.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Madalena?

O Orador: Devia ter escolhido um do Partido Socialista, peço desculpa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Fale da Madalena!

O Orador: Vai o da Madalena, mas o das Lajes é igual. Eu tinha escolhido o das Lajes.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Fale do da Madalena, é interessante!

Deputado Miguel Costa (*PS*): Estamos atentos.

O Orador: Madalena do Pico, diz assim:

“Todos os animais recolhidos não são identificados eletronicamente, esterilizados e vacinados. Os registos dos animais recolhidos não possuem a fotografia do animal, nem o número de identificação do animal.

Não existe um programa de esterilização de acordo com o que foi estabelecido no diploma, nomeadamente com o objetivo, número de esterilizações...” etc..

Bom, e passamos aqui ao das Lajes. O que é que diz o das Lajes?

“Todos os animais recolhidos não são identificados eletronicamente, esterilizados e vacinados, não possuem qualquer tipo de registo dos animais recolhidos...” etc..

Deputado André Bradford (*PS*): É a mesma coisa.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Eu acho que se deviam fazer uns requerimentos.

O Orador: Todos os relatórios demonstram que nada disto está a ser feito.

Tudo o que foi legislado neste Parlamento não está a ser feito e o Governo Regional, num primeiro requerimento, dizia que não, que isto era o melhor dos mundos. Está tudo a ser feito.

Eu quero mais uma vez referenciar que (eu tenho muita boa vontade, como todos os outros partidos em relação a esta matéria) exijo que isto se cumpra. É a exigência que o PPM tem nesta matéria.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu fui muito mal interpretado na intervenção que fiz inicialmente, por aqueles que não quiseram fazer um esforço para perceber...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor era o único com o passo certo.

O Orador: ... ou, pelo menos, que percebendo não gostaram do rumo do debate e do rumo da conversa.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não lhe correu foi nada bem a tirada, Sr. Deputado!

O Orador: O que eu disse, e vou tentar explicar de uma forma mais clara, utilizando a minha fala e o meu dialeto próprio, foi que era naturalmente de salientar o consenso que se gerou e se gera sempre à volta deste tema, que há uma componente política importante porque nós estamos a contribuir para resolver um problema social grave,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É um pacificador, sem dúvida.

O Orador: ... um problema civilizacional, mas que é uma outra componente deste debate, e que essa componente cabia-me a mim deixar clara neste Parlamento.

E a componente que eu salientei foi o contrário do que os senhores sempre nos acusam, que foi, fomos nós (e isso é verdade) que procurámos o consenso, e encontramos alguém disponível para connosco melhorar uma iniciativa que era nossa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Nós fizemos isso em duas fases.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Também não procuraram mais ninguém! Estamos sempre disponíveis para conversar!

O Orador: Numa primeira fase fomos nós próprios que alterámos por acharmos desadequada a maneira como estava feita a nossa própria iniciativa. Fomos nós que a reformulámos para a melhorar.

Numa segunda fase, com contributos do Bloco de Esquerda, melhorámos e tornámos a iniciativa ainda mais eficaz.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda!... A versão inicial não oferecia nada, admita isso, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, foi isso que eu salientei na minha intervenção.

Não fico nada incomodado, antes pelo contrário, de haver um consenso absoluto nesta Casa sobre esta matéria e em relação a esta iniciativa.

Fico, em nome da bancada parlamentar do Partido Socialista muito agradado com as nossas iniciativas sejam aprovadas por unanimidade.

Fico ainda mais satisfeito por a nossa iniciativa ser subscrita por outro partido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é a vossa.

O Orador: ... e ser agora uma iniciativa conjunta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, sim...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é bem um pedido de desculpas, mas está próximo!

O Orador: Portanto, foi isso que eu disse, é isso que deve ser salientado, porque os senhores acusam-nos, mês sim, mês sim senhor, que nós não procurámos consensos, que nós não somos capazes de sair da nossa teimosa maioria, que nós nunca queremos que os outros se associem às nossas iniciativas e esta iniciativa é o exemplo acabado de que isso não é verdade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O problema é que o senhor não tinha argumentos para discutir, arranjou uma discussão!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a exceção que confirma a regra.

O Orador: Foi isso que eu disse e é isso que eu volto a dizer.

Se isso me dá o estatuto de menino feio, pois o que é que eu hei de fazer.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da nossa parte não leva nenhum castigo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

E o Governo?!

A questão é esta: e o Governo onde é que está?

Eu não posso gastar o tempo todo sem ter a oportunidade também de entrar no debate com o Governo Regional.

Deputado Francisco Coelho (PS): Não é competência legislativa do Governo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas do Governo:

Em dialeto da Lagoa, eu gostaria sobre essa matéria de fazer algumas considerações.

O Governo Regional regista com agrado o caminho que já fizemos, na Região Autónoma dos Açores, nas problemáticas em relação ao abandono de animais de companhia e ao bem-estar animal.

Foram passos acertados, com sentido de responsabilidade, com bom-senso e acautelando os diferentes interesses que há sobre essa matéria.

É visível, e isso é indesmentível, a evolução positiva, aliás muito positiva, que houve, no comportamento das populações em geral sobre essa problemática, no que se refere aos abandonos de animais e à problemática do bem-estar animal.

Para esta nova realidade não tenho dúvidas que foi determinante o trabalho meritório, de forma generosa e gratuita por parte das Associações de Proteção dos Animais.

Daí que esta iniciativa que é apresentada agora numa nova forma pelo Grupo Parlamentar do PS e pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda é meritória e é importante porque vem possibilitar dar mais meios a quem tem poucos meios para cumprir um trabalho que é de grande alcance e de importância, que tem sido desenvolvido pelas associações em prol desta temática.

Daí que o Governo não tem o mesmo olhar que alguma oposição tem sobre esta iniciativa.

E não tem porque nós estamos a cumprir aquilo que é a nossa parte, e estamos a cumprir quando no passado recente promovemos um conjunto de campanhas de sensibilização pública, com distribuição *flyers*, de *posters*, divulgação junto das escolas, das juntas de freguesia, das autarquias, para essa problemática do bem-estar animal e do abandono dos animais de companhia.

Atribuímos apoios às Associações de Defesa dos Animais para financiar os seus planos de atividade, as mais diversas tarefas essenciais, sejam a nível de alimentação, sejam a nível do tratamento dos animais e anualmente há uma Resolução do Conselho de Governo que está disponível e se as Associações queixam-se que não têm meios é porque não apresentam candidaturas, porque todas as associações que apresentam candidaturas são apoiadas e foram apoiadas no registo que tenho dos últimos anos (2015, 2016 e inclusivamente e 2017).

Aliás, aquando da apresentação da primeira iniciativa do Grupo Parlamentar do PS sobre esta temática, ao nível do gabinete também começámos a trabalhar em paralelo, daí que nós no início do próximo ano estejamos em condições de enviar para parecer, às diferentes Associações, uma proposta de Portaria tendo em vista apoiar ações que estão previstas aqui nesta Resolução, que têm a ver com a desparasitação, vacinação, esterilização, identificação eletrónica, que naturalmente as associações irão fazer em parceria com médicos veterinários ou

centros de atendimento de médicos veterinários, onde será definido um montante global máximo com um teto para cada associação.

Outra questão importante que estamos a desenvolver neste momento e que esta Portaria também irá no fundo dar cobertura a esta situação, é o desenvolvimento de uma Base de Dados Regional na qual seja introduzida todas as questões que tenham a ver com os animais, identificação dos proprietários.

No fundo, será, se podemos chamar, um bilhete de identidade dinâmico dos animais.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que isso quer dizer: duas patas bom, quatro patas mau?

O Orador: Não! Duas patas bom e quatro patas bom!

Por isso mesmo, são medidas que irão, no fundo, contribuir para termos um rastreio de todos os animais e para identificar muito mais facilmente e responsabilizar eventuais situações que tenham sido feitas pelos proprietários dos animais no caso de abandono ou maus tratos.

É uma medida que nós consideramos muito importante para combater o abandono dos animais de companhia nos Açores.

Por outro lado, estamos também a trabalhar ao nível da Direção Regional da Agricultura com os parceiros no sentido de criar uma brochura que seja de distribuição geral, com o objetivo de sensibilizar a população para o não abandono e para todas as questões da legislação, das problemáticas ligadas ao bem-estar animal e de companhia e animais errantes.

Também estamos a ultimar um pequeno filme para divulgar nas redes sociais e também na RTP Açores para sensibilizar a população em geral sobre essas problemáticas.

Ou seja, na verdade, nós estamos a trabalhar nessa matéria, mas também estamos a trabalhar noutra aspeto importante que é a aplicação do Decreto Legislativo Regional 12/2016. E nessa matéria temos acompanhado esse

assunto com responsabilidade, bom-senso e acautelando também os diferentes interesses.

É preciso perceber que temos que ter a consciência que houve uma dificuldade por parte dos municípios em concretizar as infraestruturas dos centros de recolha oficiais.

Naturalmente que passado um ano aquilo que se nota é uma grande evolução nesta matéria. Aliás, da última vez que estivemos a discutir essa problemática aqui na Assembleia, julgo que no mês de junho, desde essa altura já houve uma evolução.

Dou dois exemplos: o Centro de Recolha Oficial Intermunicipal da Ilha do Pico, a que o Sr. Deputado Paulo Estêvão referia-se nesse relatório, as obras já se iniciarem.

O da Ribeira Grande já está concluído.

Portanto, neste momento já temos na Região nove municípios que já têm a sua situação resolvida. Estamos a caminhar para mais três.

Há, de facto, aqui um trabalho que tem sido feito pelos municípios para dar resposta a esta questão e a esta problemática.

“Roma e Pavia não se fizeram só num dia!”

Da parte do Governo, nós entendemos que numa primeira fase era preciso divulgar, era preciso estimular as autarquias, era preciso fazer um trabalho de pedagogia. Não quisemos por opção própria cumprir a lei e aplicar coimas. Agora, na verdade, é que depois dos relatórios, das vistorias que foram feitas, nós, em janeiro, já com os novos executivos em funções, vamos, como se costuma a dizer, apertar o cerco. Não poderá ser de outra forma.

Gostava também de responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para não ficar aqui a ideia de que o Governo anda a enganar esta Casa. Aliás, o Governo tem a maior consideração por esta Assembleia e tem respondido na íntegra àquilo que

são as questões que são colocadas. E nós, quando respondemos ao primeiro e segundo requerimento, respondemos às questões que o Sr. Deputado colocou.

Aquilo que dissemos, por exemplo, no que se refere se os municípios estão a cumprir o previsto no artigo 7.º do Decreto Legislativo, foi que todos os municípios que têm Centros de Recolha Oficial cumprem determinados objetivos que estão previstos na lei.

Agora, os que não têm não cumprem e isso é claro na nossa resposta.

Nunca omitimos nada em relação a essa matéria e sempre foi assim.

Aliás, quando o Sr. Deputado pediu toda a informação, nós sempre remetemos a informação que tínhamos e se não remetemos a informação mais cedo é porque também não tínhamos.

Quando o Sr. Deputado pediu a informação em março, nós, nessa altura, ainda não tínhamos feito vistorias de controlo. Essas vistorias só foram feitas no mês de julho e logo que o Sr. Deputado fez um novo requerimento, nós quando respondemos já enviámos a informação que tínhamos.

Isso para dizer que da nossa parte estamos a ter uma postura séria no relacionamento com esta Assembleia. Portanto, não se pode vir dizer agora aqui que o Governo não faz isso e que o Governo não é correto para com esta Assembleia.

Gostava também de dizer que (uma questão que me foi colocada pelo Sr. Deputado António Lima e tinha a ver com as verbas de 2017) as verbas de 2017 que estavam na ação, parte dessas verbas foram gastas com apoios a associações, aquelas que apresentaram candidaturas no âmbito da Resolução e algumas despesas também têm a ver com a produção de *flyers* que estamos a desenvolver, com a produção do filme. Essencialmente são essas as despesas que nós tivemos com esta ação que ainda não está totalmente executada.

Julgo que por agora ficava por aqui.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta ao Sr. Secretário Regional.

Pareceu-me ter ouvido o Sr. Secretário Regional anunciar a criação de uma Base de Dados para registo dos animais chipados na Região.

Sabendo que existem já duas bases de dados nacionais, uma na posse do Sindicato dos Médicos Veterinários e outra na posse do Estado, em que medida é que isto não é uma triplicação de bases de dados já existentes, quando prevê a criação dessa base de dados e qual é que será o custo previsto de tal medida, porque isto parece-me ser uma novidade, nunca antes referida, no que diz respeito à identificação animal na Região.

Gostaria que o Sr. Secretário pudesse concretizar este anúncio da criação da base de dados relativa à identificação dos animais, nomeadamente os animais de companhia, os animais errantes da Região.

Era só esse esclarecimento que eu gostaria que o Sr. Secretário fizesse nesta Câmara.

Muito obrigado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O PSD autonómico quer uma base de dados nacional?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário:

Só lhe vou dar um exemplo, não tenho tempo para mais, já só tenho dois minutos.

Deputado André Bradford (PS): Só dois minutos?

O Orador: Só para lhe dizer, por exemplo:

“N.º 2 – Os municípios não estão a cumprir o previsto no artigo n.º 7.”

Diz o senhor: “todos os municípios com ou sem Centros de Recolha Oficial cumprem o estabelecido no artigo n.º 7”.

Vamos ver agora o relatório.

O relatório diz o seguinte:

“Os registos dos animais recolhidos não possuem fotografia do animal, nem número de identificação do animal...”, etc..

Ou seja, a resposta não está correta.

Eu não digo que o senhor tenha recebido uma informação incorreta dos seus serviços, mas evidentemente a resposta não está correta. Os diversos relatórios mostram que não é verdade, nem num caso, nem dois, três, quatro. São muitos mais do que isso. Portanto, só para lhe dar um exemplo.

Segunda questão, para terminar a minha participação neste debate, a menos que venha a ser interpelado. Dizer o seguinte:

O grande objetivo do PPM é o artigo n.º 3:

“Proibição e abate – é proibido o abate de qualquer animal de companhia ou animal errante, sem prejuízo no disposto no artigo seguinte”.

Depois diz aqui que o disposto no artigo n.º 3, que acabei de ler, entra em vigor no sexto ano posterior à data de entrada em vigor, ou seja, em 2022.

Eu acho que estamos atrasados na implementação deste grande, grande objetivo de proibir o abate.

Eu, neste momento, penso que para se concretizar com êxito esta medida no prazo que está previsto estamos atrasados.

Deputado André Bradford (PS): É uma crença.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em primeiro lugar, de recentrar de alguma forma o debate.

Há um Projeto de Resolução aqui, neste momento em discussão, que é, digamos, da coautoria do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, que também não resisto a explicar, embora de alguma forma respondendo a apartes, que sei que não deverei fazê-lo, mas julgo que também há alguma pertinência em explicar que esta verba só existe porque em 2017 o Partido Socialista a propôs e porque para 2018 o Bloco de Esquerda propôs o seu aumento.

Portanto, nós procurámos o já referido consenso junto do Bloco de Esquerda e, de facto, encontrámos acolhimento e encontrámos também propostas que melhoraram o diploma base como já aqui foi amplamente explicado.

O Partido Socialista acredita que com este diploma, e ao contrário do que também aqui já foi referido por outras bancadas, vamos trabalhar no sentido da melhoria do bem-estar animal, sim.

Acreditamos que sim!

Acreditamos também que este é o caminho a seguir para conseguirmos chegar àquele que é o almejado objetivo que é acabar obviamente com o abate dos animais nos canis da Região.

Não pretendemos de todo (e aqui até chamo à minha intervenção as palavras do Sr. Deputado António Lima) e não pode servir para desresponsabilizar as autarquias, é evidente que não. Não é esse de todo o objetivo.

As autarquias têm de cumprir as suas obrigações, mas entendemos que devemos recomendar ao Governo Regional que dê também o seu contributo para que em conjunto consigamos chegar ao fim, que eu agora vejo com algum agrado, que todos desejamos.

Portanto, esta é uma causa que, de facto, não deve levantar muros, deve criar pontes. Esta ponte foi, e ainda bem, criada.

Julgo que a ponte se estenderá, digamos assim, ao que julgo ter percebido aqui pelo tom do debate, na votação.

A ponte esteve, desde sempre, feita com as Associações, e eu também não poderia deixar de passar este diploma sem dizer que as Associações têm tido um papel absolutamente central, fundamental, quer aqui, quer no território nacional, no combate por esta causa, feita de pessoas que voluntariamente se batem de forma tenaz e irrepreensível sobre todos os aspetos, sob o ponto de vista ético, sob o ponto de vista moral, sob o ponto de vista da dedicação,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Nem sempre irrepreensível!

A Oradora: ... e que têm de facto cumprido um desígnio e cumprido um dever civilizacional que também nos cumpre, passe a redundância, a todos estabelecer.

Portanto, não gostaria que este diploma ficasse demasiado descentrado.

Pareceu-me que em algum momento se descentrou a situação que deve constituir o cerne da questão e é para o Partido Socialista obviamente uma alegria perceber o consenso que isto gera, deixando a palavra de gratidão às associações que fiz questão de deixar.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, no seguimento da sua resposta queria colocar uma outra questão que fiz referência durante a minha primeira intervenção dizendo que gostaríamos de ver antecipado o prazo para o final dos abates nos Açores.

Perguntava-lhe, Sr. Secretário, se considera que neste momento, passados alguns meses, e o Sr. Secretário referiu que há progressos feitos pelas autarquias, se será necessário (ponho a questão de outra forma) chegar a 2022 para acabar, ou antecipando o fim dos abates nos Açores? Ou seja, alterando a lei a meio caminho para acabar com este problema na nossa Região.

Queria também registar e congratularmo-nos com a unanimidade que há nesta Casa perante esta iniciativa.

Estivemos, como é claro, neste processo e nas alterações que também propusemos ao Partido Socialista sobre este Projeto de Resolução, de boa-fé, e apesar da intervenção do Deputado André Bradford quero acreditar que também do lado do Partido Socialista houve e há boa-fé.

Vamos estar, no entanto, muito atentos há aplicação deste Projeto de Resolução, porque tivemos em 2014 uma Resolução aprovada com seis pontos e que infelizmente muitos poucos deles foram executados desde então.

Esperamos desta vez que seja efetivamente diferente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caro Colega:

Questões que me foram colocadas, objetivas e respostas objetivas:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, em relação à Base de Dados, essa Base de Dados tem naturalmente como objetivo, não principal, mas central, permitir também um registo, da parte do Governo, de todos os animais que vão ser apoiados no âmbito desta iniciativa, que naturalmente tendo-se iniciado este ano, terá que haver consequência no futuro.

Portanto, é uma Base de Dados que não terá custos. Está a ser desenvolvida pelos técnicos da Direção Regional da Agricultura, da área da informática.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Estará ligada às Bases de Dados Nacionais ou será uma base estanque?

O Orador: É estanque. Funciona só na Região.

Terão acesso os CROs, terão acesso as Associações de Proteção de Animais, as Forças de Segurança e os Médicos Veterinários dos Centros Médicos.

Portanto, entendemos que é também um passo importante para o controlo, sobretudo de eventuais atos que sejam praticados contra os animais, no caso de abandono ou maus tratos e será mais fácil responsabilizar essas pessoas.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, de facto aquilo que nós respondemos é verdade.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Então vamos ver.

O que é que refere o ponto 3?

A questão que o Sr. Deputado pergunta – que municípios não estão a cumprir o previsto no artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional 12/2016, de 8 de junho”.

E nós respondemos: “todos os municípios com ou sem Centros de Recolha Oficial cumprem com o estabelecido no artigo nº 7”.

O que é que essencialmente está no artigo 7.º?

“Os animais que são recolhidos nos CROs têm que ser registados e identificados pelo número de identificação”.

Depois, o ponto 2 define que deve ser criada uma ficha com uma série de alíneas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ponto 2 do mesmo artigo!

O Orador: No mesmo artigo.

Na verdade, e o que importa para aqui, é que todos os municípios, ou todos os centros de recolha oficiais e todos os canis municipais fazem o registo e a identificação dos animais que entram.

O que depois verificámos, quando se fez o controlo, é que nem todos os municípios faziam com esse tipo de detalhe que aqui está.

Portanto e nessa medida não cumpre na íntegra, é verdade que não cumpre. Se o seu problema é a íntegra, pronto, não cumpre na íntegra.

Agora, nós quando respondemos, quando não tínhamos feito o controlo, é que nós tínhamos a informação por parte dos canis, dos municípios e dos centros de recolha oficial, que era feito o controlo e o registo com o número de identificação.

Portanto, isso estava a ser cumprido. Agora, quando nós fizemos o controlo verificámos, de facto, que havia uma série de pormenores que não cumpria na íntegra, mas o importante e essencial já era cumprido pelos municípios.

Só faço esta referência para ficar claro mais uma vez que o Governo não omitiu nada a Assembleia, nem omitiu nada ao Sr. Deputado. Quando informou, informou de acordo com a informação que dispunha na altura.

Eu julgo, e a questão é comum ao Sr. Deputado Paulo Estêvão e ao Sr. Deputado António Lima, que nós estamos atrasados em relação ao cumprimento da legislação.

De facto, no último ano deram-se passos muito significativos nesse sentido.

Há um conjunto de obras a decorrer, aqui no caso da Ilha do Faial, no caso da Graciosa, nos três municípios do Pico.

Deputada Zuraida Soares (BE): As perguntas são diferentes!

O Orador: Sim, mas eu já vou responder.

Eu acho que estamos no bom caminho e eu sou um homem de fé.

Acho que temos condições, e se assim for naturalmente o Governo (e já o disse isso no debate que fizemos aqui em junho), logo que haja condições objetivas, estará disponível para alterar a lei.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É vontade, não é fé.

O Orador: Agora é preciso que, de facto, os municípios façam a sua parte.

Nós, da nossa parte, como disse, a partir de janeiro vamos apertar o cerco.

Agora é preciso também que os municípios façam a sua parte, mas aquilo que o Governo espera é que seja possível nos próximos anos também darmos um salto qualitativo e quantitativo muito grande, porque na verdade o percurso que se fez no último ano é muito positivo e dá-nos esperanças para que seja possível, não em 2022, mas antes, acabar com os abates na Região.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): A fé é que nos salva!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem muito pouco tempo.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não posso permitir que o Sr. Secretário diga uma coisa que não corresponde inteiramente à verdade.

É porque as respostas que eu tenho aqui não correspondem.

Diz, parcialmente! Não, não há parcialmente.

O artigo 7.º é ou não é cumprido?

E o senhor diz-me assim. Não, a alínea d), c), e) e a d) não cumprimos. As outras cumprimos.

Está a cumprir o artigo 7.º?! Não está a cumprir o artigo 7.º!

Ou seja, há uma série de condições que estão aqui estabelecidas e o senhor diz-me que estão a cumprir.

A resposta correta... Se fosse eu que fizesse a resposta...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): O senhor nem sequer respondia.

O Orador: ... teria dito: cumprimos com as alíneas a), b) e e), cumprimos estas alíneas do artigo n.º 7.º,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termine, Sra. Presidente.

... mas não cumprimos todas as outras.

Portanto, esta é a verdade.

Presidente: Obrigada. O Sr. Deputado Paulo Estêvão esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Só para clarificar:

Aquilo que quis dizer ou se calhar não fui claro, foi o seguinte:

Nós quando respondemos ao requerimento apresentado por si ainda não tínhamos efetuado o controlo local, nos Centros de Recolha Oficial e nos canis.

Nessa altura, a informação que demos era a informação que tínhamos, de acordo com os contactos que naturalmente os serviços faziam com regularidade e no acompanhamento que faziam pelos diferentes Centros de Recolha Oficial e pelos diferentes canis, em que um animal quando entrasse no respetivo canil ou no respetivo Centro de Recolha Oficial havia o registo e a identificação com o número. Isso é feito.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: Agora, aquilo que se verificou quando é feito o controlo e o relatório é que, por exemplo, um dos municípios não tirava a fotografia ao cãozinho, o outro não tinha o território de origem. No fundo, não cumpria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas há um chip e um número!

O Orador: Para que fique claro, aquilo que o Governo respondeu na altura era a informação que tinha.

Portanto, nós não enviámos a informação de acordo com o nosso interesse. Enviámos de acordo com a informação que nós tínhamos.

A informação que nós tínhamos era a informação correta que dispúnhamos na altura, Sr. Deputado.

Portanto, nós não mentimos e não falhámos com esta Assembleia.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, é para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, foi requerido à Mesa um intervalo regimental e depois desta Conferência de Líderes a Mesa decide encerrar os trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10H00.

Uma boa noite a todos.

Eram 19 horas e 07 horas.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho

César Leandro Costa Toste

Deputados que falaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Miguel António Moniz Costa

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira Cabeceiras

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Lei:

Assunto: Estabelece a integração dos médicos-veterinários municipais como agentes de proteção civil e cria uma equipa de salvação e resgate animal – n.º 672/XIII/3.^a (PAN) - n.º 123/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2017 – 11 – 29

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 19.

2 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que estabelece os critérios definidores do processo de receção, devolução e troca de garrafas utilizadas de gás de petróleo liquefeito e os termos de comercialização obrigatória, nos postos de abastecimento de veículos rodoviários, de gás de petróleo liquefeito engarrafado – ME _ (Reg. DL 336/2017) - n.º 59/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2017 – 11 – 30

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2017 – 12 – 20.

3 – Requerimentos:

Assunto: [Gare marítima de passageiros no Porto das Velas](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Artur Lima, Graça Silveira e Rui Martins (CDS-PP)

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.01.05 – N.º 353/XI.

4 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Estado da educação na ilha das Flores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 04

Referência: 54.03.08 – N.º 318/XI;

Assunto: [Lista de espera cirúrgicas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.03.00 – N.º 300/XI;

Assunto: [Pagamento de indemnização por parte do Conselho de Administração da SATA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 310/XI;

Assunto: [Trabalhadores da Região em obra particular](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.03.04 – N.º 314/XI;

Assunto: [Voos redondos na rota Lisboa-Horta-Lisboa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.03.07 – N.º 315/XI;

Assunto: [Mau funcionamento do serviço de medicina dentária na Unidade de Saúde de Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05

Referência: 54.07.09 – N.º 347/XI;

Assunto: [Bienal do Turismo em espaço rural](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 06

Referência: 54.01.05 – N.º 165/XI;

Assunto: [Obras de melhoramento no porto do Topo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 06

Referência: 54.03.05 – N.º 281/XI;

Assunto: [Desleixo e negligência na estrada leste do Corvo – Lugar do Pico 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 305/XI;

Assunto: [Requalificação da estrada leste na ilha do Corvo 2](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 307/XI;

Assunto: [Transporte de doentes inter-ilhas](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 316/XI;

Assunto: [Alteração da cor da água da piscina da Escola Manuel de Arriaga causa preocupação](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 326/XI.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício n.º 1982, de 2017-12-04 a remeter os pareceres da Conta da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano económico de 2016, bem como sobre a Conta da ALRAA respeitante ao ano de 2016

Proveniência: O Conselheiro Presidente da Secção Regional do Tribunal de Contas, Vitor Caldeira

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05;

Assunto: Requerimento a solicitar agendamento de Debate de Urgência sobre “Investigação, Conhecimento e Política de Ciência, na Região Autónoma dos Açores”

Proveniência: Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, Zuraida Soares e António Lima

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: Ofício a solicitar a suspensão de mandato de Deputado/Substituição temporária, por motivo relevante do Deputado no período compreendido entre 11 de dezembro a 20 de dezembro de 2017 (ambos inclusive)

Proveniência: O Deputado, Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão de Deputado Roberto Lúcio Silva Pereira Monteiro, e informar que será preenchida pelo candidato António Gonçalves Toste Parreira, que já exerceu funções de Deputado na presente legislatura, pelo que tem os poderes verificados (a substituição produz efeitos com início a partir de 11 de dezembro a 20 de dezembro, ambos inclusive)

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, André Bradford

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de um Debate de Urgência acerca do Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2016

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07.

6 – Relatórios:

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de dezembro](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 12 – 11;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 49/XI \(PPM – “Criação de um domínio de primeiro nível para a Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, referente ao período legislativo de dezembro](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 11;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que define as características a que deve obedecer o arroz da espécie Oryza Sativa L e a Trinca Arroz destinados ao consumidor final – MAFDR – \(Reg. DL 420/2017\) – n.º 55/XI-GR](#)

Proveniência: Subcomissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 05;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 25/XI – Recomenda ao Governo Regional a contratação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil para a realização de uma auditoria técnica às obras do novo cais de passageiros e respetivo molho do Porto da Horta](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 38/XI – Implementação da Portaria n.º 35/2017, de 23 de março que aprovou o processo automático de atribuição da tarifa social de fornecimento de energia elétrica na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 40/XI – Bem-estar de animais de companhia e de animais errantes](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 44/XI – Criação de um regime excepcional e temporário para a ilha do Corvo no âmbito das inspeções e reinspeções obrigatórias de veículos](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07;

Assunto: [Petição n.º 11/XI – Pela revogação da concessão marítima para a construção do Azores Aquarium no porto de Ponta Delgada](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2017 – 12 – 07.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco